

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS

JULIA MARTINS PEREIRA  
STELLA MENDES LOUZADA

R-existência Ribeirinha: pressões e ameaças na comunidade de Cavalcante (Porto Velho/RO)

São Carlos  
2021

JULIA MARTINS PEREIRA  
STELLA MENDES LOUZADA

R-existência Ribeirinha: pressões e ameaças na comunidade de Cavalcante (Porto Velho/RO)

Monografia apresentada ao curso de Engenharia Ambiental, da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) da Universidade de São Paulo (USP), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Engenharia Ambiental.

Orientadora

Profa. Dra. Valéria de Marcos

São Carlos

2021

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,  
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS  
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Prof. Dr. Sérgio Rodrigues Fontes da  
EESC/USP com os dados inseridos pelo(a) autor(a).

Lr Louzada; Pereira, Stella Mendes; Julia Martins  
R-existência ribeirinha: pressões e ameaças na  
comunidade de Cavalcante / Stella Mendes; Julia Martins  
Louzada; Pereira; orientadora Valéria de Marcos. São  
Carlos, 2021.

Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental) --  
Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de  
São Paulo, 2021.

1. Amazônia. 2. Baixo rio Madeira. 3. Território.  
4. Desmatamento. 5. Enchente. 6. Mapeamento. 7.  
Campesinato. 8. Comunidade ribeirinha. I. Título.

# FOLHA DE JULGAMENTO

---

Candidato(a): **Julia Martins Pereira e Stella Mendes Louzada**

Data da Defesa: 01/12/2021

Comissão Julgadora:

Resultado:

**Profa. Dra. Valéria de Marcos (Orientador(a))**

Aprovadas

**Prof. Dr. Silvio Eduardo Alvarez Candido**

Aprovadas

**Prof. Dr. Márcio Henrique Bertazi**

Aprovadas



**Prof. Dr. Marcelo Zaiat**

Coordenador da Disciplina 1800091- Trabalho de Graduação

À todas e todos que r-existem e esperançam.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer à nossa orientadora, Valeria, que topou essa jornada junto com a gente e que nos despertou novas leituras e formas de ver e escrever a Amazônia.

Aos professores da engenharia ambiental que creem em uma universidade pública, gratuita e de fato para todes, em especial a dois que nos inspiram a seguir nas lutas, professor Marcelo Zaiat e Victor Ranieri.

À toda equipe NAPRA que nos acompanha desde 2017 nos constantes estudos sobre as complexidades da Amazônia e não desistem de construir junto. Um grande e querido abraço à Nepal, Ga, Milena e Fer Kraft por todo apoio e amor durante o processo de escuta e escrita desse e tantos outros trabalhos.

Aos moradores do Baixo Madeira, que nos permitiram trocas inesquecíveis sempre que estivemos em campo, nos deram a oportunidade de partilhar experiências e com quem aprendemos muito.

Agradecemos à Miracy e Antonio Ademir pela partilha e aos demais moradores de Cavalcante que nos inspiram e abrem nossos olhos para problemáticas tão próximas e, ao mesmo tempo, pouco vistas pelo Sudeste.

A Babi e Lepo por serem absolutamente tudo para nós!

Em nome de Julia,

Agradeço à minha irmã Luisa por ser a pessoa que é, me aturar, me ouvir e se orgulhar de mim com aquele jeito que só ela tem. E aos meus pais, Celeste e Cassiano, que me permitiram viver experiências incríveis sempre me apoiando a seguir adiante.

Agradeço imensamente a São Carlos, que me permitiu viver histórias das quais espero nunca esquecer e que marcaram minha vida e me tornaram muito do que sou hoje. Às pessoas com as quais partilhei jornadas de autoconhecimento e questionamentos do mundo, principalmente as que conheci a partir do GEISA e me ensinaram a fazer na práxis e ir para além dos muros, à SAPA, onde aprendi muito sobre o poder do coletivo e a partilhei pizzadas mais do que memoráveis. À gestão Mova-se e o colégio CAASO que me permitiram viver intensamente o movimento estudantil e a história de amor e luta que tem o nosso centro acadêmico.

Não poderia deixar de falar de amigas/irmãs que partilhei além da universidade, nossa casinha, obrigada piranhas por tudo, Sueca, Oi, Fox, Poosh e Garça, amo vocês. E as minhas

5 amigas cobrinhas, Mag, Lepo, Turquesa e Capi, vocês são para sempre. Gratidão aos companheiros que fiz antes tarde do que mais tarde, Piconik. E aos que me proporcionaram muito amor e risadas, Colina, Timber, Boto fé, Marquinhos, Maria, Marina, Span, Polly, Angel, Mika e Nelly. Em especial um cheiro e um abraço apertado a Piquete e Edi por serem tão vocês.

E por fim, não sei nem como tentar agradecer a Sussinha, por tudo que você foi nessa nossa aventura, obrigada por tanta partilha, paciência e por estar sempre disposta a estarmos nessa juntas, espero que tenhamos muito mais a construir (com uma brejinha).

Em nome de Stella,

À toda a minha família, que sempre me incentivam e buscam deixar a vida mais leve. É praticamente impossível expressar toda a gratidão que tenho por vocês! Mamis, por ser carinho, paciência e atenção; Papis, por ser cuidado, compreensão e porto seguro; Lau, por ser companheirismo, conselheira e meu orgulho; Juninho, por entrar nessa família e agregar de forma tão incrível; e Flora, que nem chegou nesse mundão mas que já carrega em seu nome todo o amor!

Aos queridos amigos e amigas de infância de Piracicaba, que têm a capacidade de me inspirar à muitos quilômetros de distância. Em especial Lu, Paula, Julio e Paulinha, vocês são pra vida toda!

À família Capitu, que me acompanhou em todo meu percurso em São Carlos, por todo o crescimento que eu tive morando e partilhando com vocês. E a todos os outros amigos e amigas queridos que tive a oportunidade de conhecer durante minha graduação, vocês me fizeram aprender em cada uma das trocas que tivemos.

Por fim, agradeço à Migué, que nunca soltou minha mão durante toda a caminhada e que proporcionou uma construção muito rica ao longo de todo nosso processo, desde o meu primeiro contato com o Baixo Madeira. Que nosso percurso se enriqueça cada dia mais!

“a cidade não tem rima  
mas tem muro  
tem promessa de progresso  
mas nenhuma de futuro  
a cidade sempre aberta  
pra quem chega de outros mundos  
a cidade obedece a roda da moda dos imundos  
que só faz ela apodrecer  
esconde o que de mais bonito tem  
potência no agronegócio  
cometendo genocídio com a terra  
e com quem nela se mantém  
cidade empresarial,  
corta as arvores nativas,  
planta palmeira imperial  
trucida os povos indígenas,  
trata o pobre como marginal  
até aí tudo bem, nada de novo no fronte  
a situação por aqui virou exemplo  
pra Belo Monte  
região norte, periferia do Brasil  
a Amazônia do teu cartão postal já se destruiu  
felizmente ainda existem guerreiros e guerreiras que lutam e são tanto quanto  
os dançarinos de boi bumbá  
balas lhes perseguem na floresta  
mas só viram pauta na imprensa popular  
foi por isso que fiz essa toada  
pra poder na base da palavra  
a força desses guerreiros evocar  
e grita lá Corumbiara a resistência e a luta  
guerra contra os latifundiários  
notícia que os grandes meios de comunicação e o cacique do PMDB oculta  
porque assim como um Marighela uma professora do movimento camponês lutou  
e assim como Chico Mendes  
uma bala em seu peito estourou  
e grita as comunidades  
na beira do Rio Madeira  
que mantiveram sua fé e a tradição  
da cultura Beradeira  
ficaram em suas casas  
quando veio a grande alagação  
os outros prejuízos trazidos pela destruição  
desses projetos que produzem  
energia pra outra região  
a cidade segue colonizada, anestesiada  
mas sonha, sonha, sonha  
com seus filhos que virão  
não aqueles que buscam dela a riqueza  
mas aqueles que por ela lutarão”

*Elizeu Braga, poeta beradeiro do rio Madeira.*

## RESUMO

LOUZADA, S. M.; PEREIRA, J. M. **R-existência Ribeirinha: pressões e ameaças na comunidade de Cavalcante (Porto Velho/RO)**. 2021. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2021.

A ocupação da Amazônia é historicamente marcada por diversas relações complexas. Durante o governo militar, por exemplo, o incentivo à ocupação ignorou a vida presente no território que era divulgado como uma terra vazia, cheia de oportunidades, fundamentado no lema “integrar para não entregar”. Essa lógica de expansão da ocupação territorial incentivou a construção de grandes obras de engenharia, dando destaque às rodovias e as usinas hidrelétricas em toda região amazônica. Um exemplo desse histórico é a comunidade de Cavalcante, localizada na zona rural de Porto Velho/RO, que surge devido a um crime socioambiental que foi consequência da construção e funcionamento das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. Em 2014, a enchente do rio Madeira alcançou uma altura jamais antes vista e destruiu diversas comunidades da região. Com suas casas perdidas e plantações soterradas, algumas pessoas do Baixo Madeira foram buscar refúgio em terras mais altas, a atual Cavalcante. A partir do contexto histórico, da conjuntura atual, de intensificação das pressões e ameaças no território, e do ponto de vista de Raffestin (1993), que o território é um local de relações que estão marcadas pelo poder, objetiva-se identificar as externalidades materializadas em pressões e ameaças na comunidade ribeirinha, bem como retratar a existência daquelas pessoas no território como um embate ao modelo de produção capitalista. A análise de dados georreferenciados através do *Software* QGis 3.10.13, a vivência em território das pesquisadoras em anos anteriores, a utilização de material desenvolvido em um projeto que aconteceu em paralelo a este trabalho e as entrevistas com a comunidade são os principais procedimentos de pesquisa utilizados. A partir deles, ressaltaram-se as dinâmicas que pressionam e ameaçam a comunidade, sendo o desmatamento e as enchentes do rio Madeira as mais aprofundadas. A vida comunitária e o existir no local foram abordados como uma forma de resistência às externalidades que pressionam.

**Palavras-Chave:** Amazônia. Baixo rio Madeira. Território. Desmatamento. Enchente. Mapeamento. Campesinato. Comunidade ribeirinha.

## ABSTRACT

LOUZADA, S. M.; PEREIRA, J. M. **Riverside R-existence: pressures and threats in the Cavalcante community (Porto Velho/RO)**. 2021. Monograph (Completion of Course Work in Environmental Engineering) – Engineering School of São Carlos, University of São Paulo, São Carlos, 2021.

The occupation of the Amazon is historically marked by several complex relationships. During the military government, for example, the incentive to occupation ignored the life present in the territory, which was advertised as an empty land, full of opportunities, based on the motto “integrate, not deliver”. This logic of expanding territorial occupation encouraged the construction of large engineering works, highlighting highways and hydroelectric plants throughout the Amazon region. An example of this history is the community of Cavalcante, located in the rural area of Porto Velho/RO, which arises due to a socio-environmental crime that resulted from the construction and operation of the Jirau and Santo Antônio hydroelectric plants. In 2014, the Madeira River flood reached a height never seen before and destroyed several communities in the region. With their homes lost and plantations buried, some people from Baixo Madeira went to seek refuge in higher lands, the current Cavalcante. From the historical context, the current situation, the intensification of pressures and threats in the territory, and from the point of view of Raffestin (1993), that territory is a place of relationships that are marked by power, the objective is to identify externalities materialized in pressure and threats in the riverside community, as well as portraying the existence of those people in the territory as a conflict with the capitalist production model. The analysis of georeferenced data using the QGis 3.10.13 Software, the experience in the territory of the researchers in previous years, the use of material developed in a project that took place in parallel to this work and interviews with the community are the main research procedures used. Therefore, the dynamics that pressure and threaten the community were highlighted, with deforestation and the floods of the Madeira River being the most profound. Community life and existing in the place were approached as a form of resistance to the externalities that pressure it.

**Keywords:** Amazônia. Lower Madeira river. Territory. Deforestation. Flood. Mapping. Peasantry. Riverside community.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 3.1</b> Comparativo entre área desmatada na Amazônia Legal por ano, nos últimos dez anos.....	32
<b>Figura 3.2</b> Comparativo da área desmatada na Amazônia Legal entre os meses de 2020 e 2021 .....	33
<b>Figura 5.1</b> Mapa da regionalização do município de Porto Velho.....	49
<b>Figura 5.2</b> Mapa do mosaico de unidades de conservação e comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira .....	50
<b>Figura 5.3</b> Mapa das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no Baixo Madeira (Porto Velho/RO) .....	52
<b>Figura 5.4</b> Invasão da água durante a cheia de 2014 em SCJ .....	54
<b>Figura 5.5</b> Marca da água em uma casa na comunidade de SCJ .....	54
<b>Figura 5.6</b> Abrigo utilizado pelas pessoas impactadas pela cheia .....	55
<b>Figura 5.7</b> Mobilização do MAB no centro de Porto Velho, avenida 7 de setembro, 18 de março de 2014.....	55
<b>Figura 5.8</b> Casas em Cavalcante construídas pelos próprios moradores.....	57
<b>Figura 5.9</b> Mapa de trabalho e geração de renda em Cavalcante.....	60
<b>Figura 5.10</b> Mapa síntese das pressões e ameaças no entorno de Cavalcante .....	63
<b>Figura 5.11</b> Cultivo de milho na margem do rio Madeira no período de vazante .....	65
<b>Figura 5.12</b> Mapa da visão aérea do rio Madeira em abril de 2016.....	67
<b>Figura 5.13</b> Mapa da visão aérea do rio Madeira em abril de 2014.....	67
<b>Figura 5.14</b> Mapa comparativo de áreas ocupadas pela água em 2014 e 2016 .....	69
<b>Figura 5.15</b> Invasão da água no distrito de São Carlos .....	70
<b>Figura 5.16</b> Mapa de desmatamento acumulado na região de Cavalcante de 1988 à 2020 ....	73
<b>Figura 5.17</b> Mapa de focos de calor na região de Cavalcante (Porto Velho/RO) de 2010 a 2020 .....	77
<b>Figura 5.18</b> Fumaça no rio Madeira em agosto de 2019 .....	77
<b>Figura 5.19</b> Fotos aéreas do acampamento de invasores na FLONA .....	79
<b>Figura 5.20</b> Foto do grupo de invasores da FLONA.....	79
<b>Figura 5.21</b> Mapa do percurso cotidiano de uma moradora da comunidade de Cavalcante ...	81

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 5.1</b> Dados de área ocupada pelos corpos d'água em abril de 2014 e 2016 .....	68
<b>Tabela 5.2</b> Área total desmatada por ano dentro da área de interesse .....	74
<b>Tabela 5.3</b> Classificação área de interesse .....	75

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 4.1.</b> Dados georreferenciados utilizados e suas fontes.....	46
--	----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APROPEX	Associação de Produtores Rurais, Pescadores e Extrativistas
ASCOMPRAC	Associação de Moradores e Produtores de Curicacas
CNPCT	Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ESEC	Estação Ecológica
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FLONA	Floresta Nacional
GPTE	Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
JK	Juscelino Kubitschek
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
NAPRA	Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia
NGI	Núcleo de Gestão Integrada
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PVH	Porto Velho
RAISG	Rede Amazônica de Informação Socioambiental
RESEX	Reserva Extrativista
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RO	Rondônia
SAD	Sistema de Alerta de Desmatamento
SCJ	São Carlos do Jamari

SEMUR	Secretaria Municipal de Regularização Fundiária Habitação e
Urbanismo	
UC	Unidade de Conservação
UH	Usina Hidrelétrica

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	15
2. OBJETIVOS .....	18
<b>2.1. Objetivo Geral</b> .....	18
<b>2.2. Objetivos Específicos</b> .....	18
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	19
<b>3.1. Histórico de ocupação da Amazônia brasileira</b> .....	19
<b>3.2. Relações de poder: expressões de pressões e ameaças no território Amazônico</b>	29
<b>3.3. Outros sujeitos, outros projetos de desenvolvimento</b> .....	34
3.3.1. R-existência camponesa .....	34
3.3.2. Comunidades tradicionais: a resistência ribeirinha.....	38
4. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA .....	44
5. ESTUDO DE CASO .....	48
<b>5.1. Caracterização de Cavalcante</b> .....	48
<b>5.2. Pressões, ameaças e seus sintomas em Cavalcante</b> .....	61
5.2.1. A grande cheia de 2014 e suas incertezas.....	65
5.2.2. O desmatamento e a alteração na dinâmica da floresta.....	71
<b>5.3. R-existência em Cavalcante: modo de vida e reprodução camponesa</b> .....	80
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS .....	87
APÊNDICES.....	95

## 1. INTRODUÇÃO

A Amazônia é múltipla, diversa de povos, seres e histórias (PORTO-GONÇALVES, 2001). Porém durante sua ocupação existe uma pauta comum, a exploração e a falta de escuta dos povos tradicionais perante as ações e políticas de ocupação. Os incentivos do governo para a ocupação amazônica são marcados pelos períodos da borracha e exploração dos seringais, pela implantação de estradas e de obras hidrelétricas e pelo incentivo das atividades agropecuárias que demonstram políticas de (des)envolvimento na Amazônia (ARBEX JR, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2001). Tal visão se materializa por diversas pressões e ameaças presentes no bioma tais como o garimpo, atividades madeireiras, grilagem de terras, implementação desenfreadas de obras de infraestrutura entre outras atividades que estão sendo cada vez mais legitimadas no território Amazônico, principalmente mais recentemente pelo governo Bolsonaro.

Essas pressões afetam diretamente as comunidades ribeirinhas e demais povos que convivem em simbiose<sup>1</sup> com os rios e as florestas, pressionando a classe camponesa a qual essas relações se baseiam. Além de uma classe, o campesinato também se expressa enquanto um modo de vida, materializado por um conjunto de práticas estabelecidas nos territórios que garantem a complexidade das relações sociais e de produção camponesas (SHANIN, 1979; OLIVEIRA, 1991). O existir da comunidade barra parte dessas externalidades, porém é necessário escancarar a situação atual e entender de onde se originam as relações de forças tão desiguais.

Esse trabalho busca retratar a realidade da comunidade ribeirinha de Cavalcante (Porto Velho/RO) frente às atividades econômicas que a pressionam e ameaçam. Mantém-se um olhar de que essas externalidades não aparecem do dia para noite e sim são construídas e embasadas historicamente por relações desiguais de poder estabelecidas no território. Quando se trata de Amazônia, tem-se uma complexidade que envolve uma ocupação violenta desde o período colonial, culminando em uma desigualdade de classes e em grupos que interferem no cotidiano e expropriam o modo de vida camponês.

A temática estudada se apresentou devido a vivências em território desde o ano de 2017 através da participação em uma associação sem fins lucrativos, o Núcleo de Apoio à

---

<sup>1</sup> Considera-se povos que convivem em simbiose com os rios e as florestas aqueles que constroem um modo de vida harmônico com a natureza que os cerca. Ocupam territórios e usam dos recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. São muitas vezes extrativistas, pescadores e agricultores.

População Ribeirinha da Amazônia (NAPRA). A organização tem como objetivo construir a formação de estudantes e profissionais para ação comunitária no contexto amazônico e apoiar quatro comunidades ribeirinhas, São Carlos do Jamari, Reserva Extrativista Lago do Cuniã, Cavalcante e Nazaré, todas elas localizadas no baixo rio Madeira em Porto Velho (RO). Durante os anos de 2017 a 2019 as passagens pelas comunidades trouxeram diversas inquietações, principalmente quanto à existência da própria comunidade como uma resistência perante tantas atividades de impacto que ocorrem nos entornos.

Uma dentre as comunidades apoiadas pelo NAPRA é a comunidade de Cavalcante, originada após a enchente do rio Madeira em 2014 e formada por ribeirinhos de terras vizinhas que foram obrigados a deixar suas casas alagadas e aterradas durante a cheia histórica de 2014. Cavalcante fica na margem direita do rio Madeira a aproximadamente 80 km<sup>2</sup> de Porto Velho, é considerada uma terra alta e por isso foi um local utilizado principalmente pelos moradores de duas outras comunidades, Curicacas e Terra Caída, para se abrigarem durante e após a cheia. A localização e a disposição geográfica dessas comunidades podem ser observadas na Figura 5.2.

O local, apesar de ter suas terras compradas e destinadas aos atingidos pela cheia, ainda não tem suas infraestruturas básicas garantidas, como energia, água, esgoto e lotes divididos entre as famílias. Por esse motivo e com a intenção de fortalecer a comunidade, o NAPRA construiu em 2021 uma cartilha em conjunto com a população intitulada de *“Visibilidade territorial e fortalecimento comunitário: diagnóstico socioambiental e cartografia social na comunidade de Cavalcante (Porto Velho/RO)”* (NAPRA, 2021). A partir dessa cartilha foi possível aprofundar o vínculo já existente com os comunitários e criar novas formas de comunicação em meio ao isolamento social da pandemia pelo vírus da COVID-19.

Essa aproximação prévia facilitou a caracterização da comunidade e retrato do seu modo de vida, além de possibilitar a utilização de mapas participativos criados para a cartilha e a realização de entrevistas, que devido a pandemia não puderam ser feitas presencialmente em campo. Assim, este trabalho utilizou de uma revisão bibliográfica, dos mapas participativos citados, de entrevistas com duas lideranças e da elaboração de mapas temáticos retratando pressões, ameaças e os principais sintomas levantados pelos moradores de Cavalcante: a insegurança na dinâmica das águas do rio Madeira após a construção das

---

<sup>2</sup> Distância calculada pelo *Software* QGIS 3.10.13.

hidrelétricas e o avanço constante no desmatamento e sua conseqüente alteração na dinâmica da floresta.

Para complementar a bagagem proporcionada durante a graduação no curso de engenharia ambiental, buscou-se na geografia o embasamento teórico de alguns conceitos sociais, sendo eles o território, as relações de poder que se estabelecem nele e o campesinato, que se aprofunda nos sujeitos da comunidade estudada. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa foi de realizar uma análise ambiental das externalidades que pressionam o território e, também, trazer um olhar crítico para a comunidade de Cavalcante que ali resiste, somando o aprendizado da engenharia ambiental e da geografia com as vivências em território. Essa proposta surgiu da vontade de interligar as duas questões, entendendo que o ambiental está sempre atrelado ao social.

Buscando desenvolver e apresentar os dados desta pesquisa, este trabalho foi organizado em três partes. A primeira delas compõe a revisão bibliográfica que se inicia com uma leitura sobre o processo de ocupação da Amazônia, trazendo principalmente os tomadores de decisão e as escolhas que foram sendo feitas para o suposto desenvolvimento da região. Partiu-se do entendimento das relações de poder proposto por Raffestin (1993) para investigar como elas se expressam no território Amazônico através do que se chama de pressões e ameaças. Por fim faz-se um fechamento com o olhar de quem são os sujeitos do território, envolvendo conceitos de campesinato com o intuito de unificar a luta de diversos sujeitos, incluindo as comunidades ribeirinhas (MARTINS, 1990).

A segunda parte descreve os procedimentos de pesquisa, fortalecendo a vivência em campo e a escuta da comunidade para que o trabalho seja coerente com o local de estudo, caminhando assim para a terceira parte, composta pelo estudo de caso. Este aborda a contextualização da comunidade de Cavalcante, sua formação e suas principais características, seguido por uma análise do entorno da comunidade com o levantamento das pressões e ameaças, sendo elas as áreas de pastagem, extrativismo mineral, as construções de vias, os polos de extração de madeira e as hidrelétricas. Em seguida aprofunda-se em dois sintomas mais citados nas entrevistas, o crescente desmatamento através da ocupação do gado e a insegurança das cheias causadas após a instalação das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio.

A última etapa do estudo de caso aborda o cotidiano da comunidade como forma de resistência camponesa. Os vínculos criados, as relações de trabalho, com a floresta e com o rio, são parte do que os fortalece a permanecer ali. Dessa forma a proposta é visibilizar o modo de vida da comunidade de Cavalcante e estimular cada vez mais um olhar crítico e

participativo no território, envolvendo a academia e trabalhando em conjunto com a comunidade.

São considerados os diversos estudos já realizados na Amazônia Brasileira que revelam a “existência de uma onda de infraestrutura, empreendimentos e interesses econômicos” (CARNEIRO FILHO; SOUZA, 2009, p. 6) como ponto de partida para aprofundar sobre um território específico. Para além do foco na comunidade de Cavalcante, trabalha-se o desafio<sup>3</sup> de trazer um outro olhar para o centro, que não o hegemônico. Portanto, a proposta é inserção em um contexto de participação crítica apresentada por Raffestin (1993): querer ver, saber ver, poder ver.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. Objetivo Geral**

Esse trabalho tem o objetivo de investigar criticamente as pressões e ameaças no entorno da comunidade ribeirinha de Cavalcante, localizada no Baixo Rio Madeira (Porto Velho/RO), e retratar o modo de vida da comunidade como potencialidade de resistência contra a degradação do território que ocupa.

### **2.2. Objetivos Específicos**

- Retratar o histórico de formação de Cavalcante e o modo de vida da comunidade.
- Mapear as principais intervenções no território de estudo e seus respectivos impactos sobre a comunidade de Cavalcante.
- Retratar as dinâmicas territoriais atuais e as relações dissimétricas de poder estabelecidas em Cavalcante.
- Discutir o cotidiano da comunidade de Cavalcante como forma de resistência às pressões no território.

---

<sup>3</sup> Trata-se como um desafio pelas pesquisadoras serem duas estudantes não amazônidas.

### **3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

#### **3.1. Histórico de ocupação da Amazônia brasileira**

A história da Amazônia pode ser contada a partir de vários momentos e visões distintas. Pode-se iniciar pela ocupação pré-colonial dos povos originários, ou a partir do século XIV na época de dominação e exploração do território para aquisição de matéria-prima e mão de obra indígena pelos europeus. Pode-se trazer a visão de luta e resistência dos indígenas às explorações amazônicas, ou ainda de incentivo à ocupação do território em datas mais recentes. Porém, independente do momento em que se inicia, o senso comum mais visto é o de que a Amazônia é marcada por estereótipos que englobam um imaginário de natureza intocada, de um grande vazio territorial e dos povos originários enquanto selvagens a serem colonizados, visão essa que reforça uma história parcial dos acontecimentos.

A incorporação dessa idealização amazônica vem de uma ideia mais generalizada contada sempre por uma mesma perspectiva no Brasil, o olhar do colonizador de quando a coroa portuguesa chega ao território em 1500 sob um contexto do imperialismo europeu. O objetivo de entrar no território era claro, explorar os recursos naturais e adquirir riquezas, expandindo o domínio marítimo lusitano e o poder da coroa no Novo Mundo (ARBEX JR, 2005).

Como cita Arbex Jr. (2005), as relações que foram se estabelecendo no território geraram obras literárias sobre o Brasil desde o século XVI, sendo que elas partiram quase todas da mesma perspectiva, narrativas sobre o “novo mundo” como lugar exótico e os nativos da terra como seres fantásticos e selvagens. Os relatos tanto em texto como pinturas partiam dos homens brancos europeus, navegadores, exploradores e jesuítas que descreviam “os costumes ameríndios e se autoglorificavam ao narrar as desventuras da catequese, tais como as dificuldades da vida na colônia, a ferocidade dos indígenas, ou então a ingenuidade ou relutância deles em aceitar a palavra de Deus” (ARBEX JR, 2005, p. 24).

Essa imagem da terra brasileira como dádiva da natureza e os nativos como selvagens foi incorporada pela coroa portuguesa e utilizada em diversos outros momentos para justificar disputas à medida que a nação se constituía. Arbex Jr. (2005), diz que se marcaram duas formas de agir diante dessa visão, uma de maravilhamento, desejo e busca do desconhecido, e outra de ação colonizadora.

Apesar das tentativas colonizadoras do norte do território brasileiro, as incursões sistematizadas na Amazônia se deram efetivamente no final do século XIX, mesmo período em que a economia cafeeira estava em alta no Sudeste. Por conta do contexto mundial de

industrialização e da descoberta do processo de vulcanização<sup>4</sup> no ano de 1839, houve uma crescente demanda pela borracha no mundo todo para a indústria automobilística, o que refletiu fortemente no Brasil. Surgiu a necessidade de uma solução provisória e rápida para aumentar a quantidade de matéria-prima em circulação, o que culminou em uma maior retirada de látex das seringueiras da floresta Amazônica entre o final do século XIX e o início do século XX (FURTADO, 2007).

Pela necessidade de força de trabalho nos seringais, os governos dos estados amazônicos organizaram serviços de propaganda e concederam subsídios para gastos de transporte para os nordestinos interessados em trabalhar nos seringais do norte brasileiro. Porém, ao chegarem ao território, as condições de trabalho e moradia que encontravam eram precárias e insalubres. Segundo Furtado (2007), os migrantes recém-chegados iniciavam o trabalho já endividados; eram muitas vezes obrigados a reembolsar os patrões pela viagem; pagavam pelos instrumentos de trabalho, acomodação e alimentação que eram obrigatoriamente comprados dos próprios seringalistas<sup>5</sup>. Esse sistema de comercialização, chamado aviamento, foi criado pelos patrões dos seringais para controlar os seringueiros e mantê-los vinculados ao trabalho através da criação de dívidas. Consistia na troca da borracha por bens de consumo, vendidos pelos próprios patrões a preços muito altos quando comparados ao valor recebido pela extração do látex, fazendo com que os seringueiros ficassem permanentemente endividados e sem autonomia no território (ALLEGRETTI, 2002).

Essa estruturação dos seringais com a vinda de migrantes a partir da dominação do padrão simboliza uma relação de poder muito forte e desigual. Para explicar essa afirmação, pode-se fazer uma analogia aos estudos de Raffestin (1993), onde ele descreve que toda relação é um ponto de surgimento de poder e que esse poder é muitas vezes desigual, dependendo de quem detém mais trunfos, sejam esses trunfos informação, energia ou o próprio território. No caso dos seringalistas e dos seringueiros, quem detinha maior poder eram os seringalistas, eram eles os ditos donos dos seringais (território), detentores dos bens materiais consumidos pelos trabalhadores que mantinham as dívidas e donos da maior parte do lucro oriundo da venda do látex. Essa relação desbalanceada tem consequências mesmo no

---

<sup>4</sup> Vulcanização é o processo químico utilizado para melhorar as propriedades da borracha através da aplicação de calor e pressão à matéria-prima.

<sup>5</sup> Seringalistas são os patrões donos de seringais.

momento econômico atual, no qual os descendentes dos seringueiros ainda são afetados de diversas formas nos territórios que ocupam.

O período descrito foi conhecido como Primeiro Ciclo da Borracha (1872 a 1920), que termina quando o produto deixa de ser um monopólio de comercialização brasileira e a extração do látex se organiza também na Ásia. No oriente, a seringa se adaptou bem ao clima e ao sistema de plantation além de, como apresentado por Gonçalves (2001), possuir toda uma técnica e estrutura política que permitiu o crescimento da produção no sul e sudeste asiático e sua expansão no mercado global.

Nesse contexto de extração da borracha, associado ao crescimento populacional resultante desse processo, é que diversas cidades amazônicas se formam, inclusive a capital de Rondônia, Porto Velho, que terá um estudo mais aprofundado neste trabalho. A cidade tem sua origem atrelada à construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, uma ferrovia construída por volta de 1907 com o objetivo de conectar a Bolívia ao Oceano Atlântico para o transporte de borracha (CANDIDO, 2010). Durante a construção, Porto Velho recebeu mais de 20.000 trabalhadores e teve seu funcionamento somente até a perda de valor na economia da borracha, momento em que a ferrovia foi desativada.

Durante a Segunda Guerra Mundial a indústria seringueira teve uma nova ascensão, quando os japoneses passaram a ter o controle da produção do látex asiático e os Aliados buscaram um acordo com o governo brasileiro para restabelecer a produção da borracha amazônica (DEAN, 1989). Assim, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas<sup>6</sup> se inicia o Segundo Ciclo da Borracha. Dessa vez, a nova onda migratória foi incentivada através da promessa do status de Soldados da Borracha aos trabalhadores e do subsídio de volta para suas regiões de origem ao final da guerra, promessa esta que em sua maioria não foi cumprida.

Em paralelo a essa migração ocasionada no segundo ciclo da borracha, há uma “crescente institucionalização de políticas estratégicas para o território amazônico” (MEDEIROS, 2015, p. 42), que de certa forma também está presente no governo de Juscelino Kubistchek, no subsequente período ditatorial militar e se estende até os dias atuais. Essa intervenção governamental na região é representada historicamente pela busca incessante de integração da região amazônica seguindo uma lógica externa a ela (CANDIDO, 2010).

---

<sup>6</sup> O governo de Getúlio Vargas, denominado como “Era Vargas”, se estende de 1930 a 1945. O governo provisório corresponde aos quatro primeiros anos do presidente, de 1930 a 1934. Em 1951 Vargas retorna à presidência e fica até o ano de 1954.

Segundo Medeiros (2015), as estratégias de Vargas de incorporar a Amazônia dentro de uma estratégia política de Estado se iniciam em 1930, antes mesmo do segundo ciclo da borracha. Nesse momento inicial, tal incorporação se deu através de um plano de integração, colonização e ocupação dos vazios demográficos, através de um movimento migratório conhecido por Marcha para o Oeste, que foi ainda maior com a vinda dos soldados da borracha. Em um segundo momento, na década de 1950, esse processo de integração da região ao restante do país se intensifica, pois passa a ser uma meta do governo federal com a justificativa de que os planos estratégicos de desenvolvimento eram uma “condição necessária à segurança nacional em um ambiente institucional burocrático” (MEDEIROS, 2015, p. 43).

O governo de Juscelino Kubistchek<sup>7</sup> (JK), alguns anos após a Era Vargas, também foi marcado por um planejamento da ocupação da Amazônia a partir da lógica de colonização. Os principais eixos de ocupação da região, implementados pelo então presidente, se deram em função das obras de infraestrutura construídas (TORRES, 2005). Tais construções foram incorporadas no Plano de Metas do governo, o qual tinha como objetivo desenvolver um projeto amplo de integração nacional, tendo Brasília, capital recém-construída na época, um papel estratégico (CANDIDO, 2010). O intuito era o estabelecimento da ligação geográfica entre a nova capital, no coração do Brasil, e a região Norte, o que facilitaria a ocupação das regiões neste eixo. Como exemplos da materialização deste plano, se pode citar as rodovias Belém-Brasília (BR-010) e Cuiabá-Porto Velho, duas vias de penetração construídas neste período (RABELLO, 2014).

Com a queda da economia da borracha em 1945 e após o fim do governo JK, em 1960, uma nova forma de vida social entre os seringueiros é estabelecida na Amazônia. Libertos dos patrões e sem conseguir voltar para suas regiões originárias, o grupo de nordestinos, em sua maioria homens, integram mulheres indígenas e seus saberes em viver da floresta, muitas vezes de forma violenta, à sociedade seringalista formada (CANDIDO, 2010).

O modo de vida que se passa a ter é diferenciado quando comparado às relações capitalistas que se estabelecem no Sudeste entre os grandes cafeicultores e o mercado mundial, por exemplo. As vivências se dão em comunidade, em relações familiares e em simbiose com a floresta, dela aprendendo a tirar o sustento através de uma mistura de atividades produtivas. Praticavam agricultura, pescavam e caçavam e, ainda, coletavam

---

<sup>7</sup> O governo de Juscelino Kubitschek corresponde ao período de 1956 a 1960.

seringa, castanha e outros produtos para vender aos atravessadores<sup>8</sup> (ALLEGRETTI, 2002). Reformularam a estrutura dos seringais para uma nova relação comunitária camponesa, surgindo aí características territoriais observadas em muitas das comunidades ribeirinhas<sup>9</sup> tradicionais que se mantêm até hoje na Amazônia brasileira.

Com o golpe militar em 1964, o processo de incorporação da região amazônica se intensifica (MEDEIROS, 2015). Foi durante o período da ditadura civil militar que a visão preconceituosa sobre a população e o território, tratado como um vazio demográfico<sup>10</sup>, impulsionou o que se chamou de povoamento e desenvolvimento da Amazônia. A ocupação da região se deu principalmente a partir de obras de infraestrutura, incentivo da economia e de projetos de colonização, o que gerou conflitos com a população camponesa que já ocupava o território. Cabe ressaltar que em 1964 a Amazônia não era um mapa em branco, mas sim ocupada por uma diversidade de núcleos de caboclos, seringueiros, posseiros, criadores e extrativistas que se mesclavam com os povos indígenas originários (IANNI, 1981).

Foi fundamentado na visão da região como vazio demográfico que o regime militar<sup>11</sup>, através do lema “integrar para não entregar”<sup>12</sup>, incentivou a ocupação do território amazônico, período em que o estímulo atingiu o auge (CANDIDO, 2010). Porto-Gonçalves (2001) pontua que esse slogan revela mais sobre a preocupação dos colonizadores de garantir a integridade do território do que propriamente da sociedade da região.

Durante essa busca incessante pela ocupação da Amazônia, o governo federal assumiu o papel de regular a propriedade da terra e dos minérios, dois recursos que despertaram muito interesse de iniciativas particulares na região (PORTO-GONÇALVES, 2001). Como grande consequência dessa intervenção militar direta, Rabello (2014) pontua a transformação do

---

<sup>8</sup> Atravessadores são pessoas que passam de barco pelas comunidades mais distantes das cidades e compram mercadorias delas para revender, além de trazerem suprimentos básicos para os comunitários, fazendo um papel parecido com os dos patrões nos seringais.

<sup>9</sup> Entende-se comunidades ribeirinhas como pertencentes aos povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2016), que são definidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem forma próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007, artigo 3º, inciso I).

<sup>10</sup> Segundo Porto-Gonçalves (2010) o conceito de densidade demográfica é relativo. Primeiramente, porque a relação população-área deve ser equacionada considerando as relações sociais entre homens e entre homem-natureza. Além disso, é preciso entender em relação a que essa densidade demográfica é baixa, se em determinados momentos há até população excedente.

<sup>11</sup> O regime militar se estendeu de 2 de abril de 1964 a 15 de março de 1985 totalizando 20 anos, 11 meses e 13 dias.

<sup>12</sup> Slogan nacionalista no período ditatorial da década de 70.

cenário local, que culminou também na incorporação das “mazelas produzidas pelo capitalismo brasileiro”, sendo algumas delas o racismo, a miséria e a concentração de renda.

O projeto civilizador nacionalista etnocêntrico, implementado durante o regime militar, é o pano de fundo que motiva e justifica os empreendimentos governamentais concretizados principalmente nas obras de infraestrutura e de exploração dos recursos naturais (MEDEIROS, 2015). Nesse contexto, a construção de novas rodovias merece destaque, visto que, segundo Porto-Gonçalves (2001), se caracteriza como o eixo de estruturação do novo padrão de organização do espaço geográfico, sendo elas as responsáveis por tornar terras antes inacessíveis disponíveis geograficamente para a exploração econômica e povoamento (MAHAR, 1978). Porém, a opção de integrar a região via estradas, por terra firme, gerou consequências sociais e ecológicas de enormes proporções (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Após o período do governo JK, Brasília permanece com um papel estratégico na ligação geográfica entre o centro e o norte do Brasil através da construção de estradas durante o período ditatorial. Segundo Porto-Gonçalves (2001), são três os eixos rodoviários a partir da capital brasileira; a Belém-Brasília (BR-010), a Brasília-Cuiabá-Santarém (BR-070 e BR-163) e a Brasília-Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco (BR-070 e BR-364) e, por fim, a transversal Transamazônica (BR-230). Além da infraestrutura rodoviária, a construção de redes ferroviárias e energéticas também foram marcantes. Como exemplos, pode-se citar a linha ferroviária Carajás-Itaqui e as usinas hidrelétricas (UHS) de Tucuruí, Balbina e Samuel (TORRES, 2005), esta última localizada no município de Candeias do Jamari, a cerca de 52 km a leste de Porto Velho, cuja construção foi iniciada em 1982, contexto de rápido aumento populacional do estado de Rondônia (CANDIDO, 2010).

A implementação das grandes infraestruturas na Amazônia acarretou no aumento da demanda de força de trabalho. Por esse motivo, tem-se durante o período ditatorial mais um deslocamento de força de trabalho barata de outras regiões do Brasil, principalmente do Nordeste, para atuar na linha de frente das obras. Tais trabalhadores permaneceram no território após a conclusão do trabalho (LOUREIRO e PINTO, 2005), como ocorreu em outras situações, a exemplo do período de apogeu da exploração da borracha. Dessa forma, acarretou em mais um crescimento populacional marcante na região Norte do Brasil que passou de 2.930.005 habitantes em 1960 para 4.188.313 habitantes em 1970 (IBGE, 1960, 1970).

Como estratégia para abarcar esse montante populacional, foram implantadas pelo governo faixas de 100km de cada lado das estradas federais destinadas à ocupação do território por meio de projetos de colonização (PORTO-GONÇALVES, 2001). A princípio, as

terras seriam destinadas a pequenos e grandes produtores, o que aconteceu de forma desigual na prática. Ao longo da Transamazônica, por exemplo, prometeu-se o estabelecimento de 100 mil famílias de trabalhadores sem-terra que, na realidade, não passaram de 10 mil famílias (PORTO-GONÇALVES, 2001). Desta forma, o que ocorreu na Amazônia foi um crescimento da área dos latifúndios simultâneo ao estancamento relativo do crescimento das unidades inferiores a 100 ha. É esse o contexto de formação “dos maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou em todos os tempos” (OLIVEIRA, 2005, p. 489).

Eram diversos os projetos e programas com o objetivo de colonizar a Amazônia durante a ditadura militar. Tal colonização foi realizada a partir da soberania exclusiva do Estado, mas não de seus povos com suas próprias territorialidades (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021). Em Rondônia, por exemplo, é possível citar o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), financiado pelo Banco Mundial, que tinha como objetivo colonizar a região no entorno da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR 364) através de sua pavimentação e do apoio aos projetos de ocupação que se iniciaram na década de 1970 (RABELLO, 2014). Estes projetos implementados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foram responsáveis pela atração de muitas pessoas originárias de outras regiões do Brasil e resultaram num crescimento explosivo de Rondônia na década de 1970 (TORRES, 2005).

Outras atividades econômicas incentivadas pelos militares foram a pecuária, a extração madeireira e a mineração, o que resultou em grandes empresários investindo e instalando seus empreendimentos na Amazônia (LOUREIRO e PINTO, 2005). Segundo Porto-Gonçalves (2001), tais incentivos<sup>13</sup> eram em sua maioria voltados aos fazendeiros e empresários da região Centro-Sul do Brasil e até mesmo estrangeiros, sendo instalada uma política hegemônica que colocava as elites regionais em um papel secundário e as famílias camponesas ainda mais abaixo na escala de atenção. Consequentemente, as elites locais ligadas a atividades principalmente extrativistas foram marginalizadas, venderam suas terras, seus seringais, castanhais ou se associaram em uma relação desigual com os novos protagonistas da ocupação do território. “A exclusão social e regional estava, assim, inscrita

---

<sup>13</sup> Esses incentivos fizeram parte do que Oliveira (2005, p. 468) coloca como uma lógica do desenvolvimento capitalista na agricultura que se faz no interior do processo de internacionalização da economia brasileira. O autor ainda afirma que “o processo de internacionalização da economia brasileira revela (...) que o desenvolvimento atual do capitalismo na agricultura está marcado, sobretudo, pela sua industrialização. Essa industrialização deve ser entendida como processo de introdução do modo de produzir industrial no campo, que por sua vez provoca um inter-relacionamento intenso entre a indústria e a agricultura” (OLIVEIRA, 2005, p. 470).

desde o início no novo modelo de (des)envolvimento<sup>14</sup> que se impunha à região” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p 101). Tem-se até o momento as principais estratégias utilizadas nos governos brasileiros até o fim do período ditatorial com o objetivo de ocupação e integração da região amazônica. Esse processo, de um modo geral, se deu em todo o território, porém com algumas peculiaridades em cada um deles.

Após o período da ditadura militar, devido à grande concentração de terra existente, os governos subsequentes se empenharam na ocupação da região através da tentativa de reforma agrária, que se iniciou através do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 1985, no governo de José Sarney. Porém, segundo Oliveira (2005), tal projeto não foi efetivo, devido principalmente às forças políticas contrárias organizadas pela União Democrática Ruralista (UDR)<sup>15</sup>. Dessa forma, a reforma agrária perde a força na região e as atividades econômicas voltam a ser o foco no território.

O “boom” dos preços das commodities no início do século XXI impulsionou o governo de FHC (1995-2002) a conduzir a política econômica pela exportação de produtos agrícolas e minerais (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021). Sendo assim, a implementação de grandes obras no território amazônico se tornava cada vez mais necessária na visão governamental, agora motivada principalmente pela alta demanda de energia para viabilizar a produção e extração de produtos, bem como a necessidade de rotas para escoar a produção ali realizada. Foi neste contexto que o planejamento e implementação de grandes obras hidrelétricas, através de programas do governo federal, ganharam protagonismo na Amazônia. Segundo Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021, p. 34), tais programas resultaram da “forma peculiar de expansão/invasão capitalista por dinâmicas de territorialização guiadas por uma razão cínica em que o exercício do poder se dá pela interdição da possibilidade de realização da vida”.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) deu continuidade à exploração da Amazônia de acordo com as demandas externas ao território. O surgimento da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA) é um exemplo nítido de persistência dessa ideia. A IIRSA tomou forma em ações conjuntas de presidentes da América

---

<sup>14</sup> Porto-Gonçalves (2001) define o (des)envolvimento como a quebra do envolvimento da população regional para que a Amazônia se abra para o mundo e incorpore os padrões de modernidade e progresso. Dessa forma, (des)envolver-se significa “tirar daqueles que são do lugar o poder de decidir sobre o seu destino” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 21).

<sup>15</sup> A UDR, composta por latifundiários, teve sua formação em agosto de 1985 com o propósito de ir contra o que o governo propôs como metas no PNRA.

do Sul com o objetivo de integrar a Amazônia “isolada” através de grandes projetos de transporte, energia e comunicação (SWITKES, 2008). No Brasil, a IIRSA foi traduzida em alguns planos governamentais como, por exemplo, o Programa Avança Brasil do governo FHC, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dos governos Lula e Dilma e o Programa de Parceria de Investimento no governo Temer, que tem continuidade no governo atual de Jair Bolsonaro (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021).

Dentre os inúmeros projetos planejados e incorporados nos planos governamentais, se pode citar como exemplo o Complexo Hidrelétrico e Hidroviário do Rio Madeira, em Rondônia, incluído como uma grande prioridade do PAC (KEPP, 2007 apud FEARNSSIDE, 2015). Tal projeto, sob o pretexto de novos apagões como os ocorridos em 2001 e 2002, teve suas obras iniciadas com grande urgência com, inclusive, sua revisão ambiental abreviada para agilizar o processo (FEARNSSIDE, 2015). Switkes (2008) afirma que a insistência do governo Lula na construção das represas do Madeira transformou a análise dos impactos do projeto em uma farsa absurda, sendo os impactos sociais deixados de lado, principalmente pela ausência de consulta às populações atingidas.

É a hegemonia mais uma vez atuando sob as decisões na Amazônia. Uma das justificativas utilizadas para a escolha do local do Complexo do Madeira, um dos maiores rios do mundo (FEARNSSIDE, 2015), foi a localização estratégica do estado de Rondônia, que permitiu o escoamento de produtos do mercado Mercoeste, que envolve os estados de Mato Grosso, Goiás e Tocantins (CAMATA JUNIOR, 2008 apud Silva, 2012). Além da navegação, a energia gerada pelas Hidrelétricas é destinada em sua totalidade para a rede nacional integrada em Araraquara/SP, sendo necessária a instalação de 2.450 km de linha de transmissão (SWITKES, 2008). Por essas e outras justificativas utilizadas, é possível notar que em nenhum momento os interesses eram dos amazônidas, mas sim das pessoas externas à região.

Outra grande obra de infraestrutura imposta pelo PAC foi a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Neste caso, houve uma audiência pública como parte do procedimento para culminar na autorização da obra. Referida audiência, segundo Fearnside (2015), foi realizada em um local muito pequeno, com número significativo de autoridades locais e seus convidados, culminando na exclusão, por falta de espaço, de pessoas que questionavam a construção da

barragem. A pressão, por parte do governo federal<sup>16</sup>, para a aprovação com urgência da UH foi evidente, após tentativa de FHC na liberação da construção da hidrelétrica em 2001 por uma medida provisória que estabelecia um prazo máximo de seis meses para a aprovação ambiental do projeto ter fracassado, em 2003 com a entrada do presidente Lula essa pressão se mantém (FEARNSIDE, 2015). Em 2004 o referido presidente chamou os seus ministros para exigir que achassem modos para contornar impedimentos ambientais a qual resultou na aprovação, pelo Congresso Nacional, da construção em tempo recorde<sup>17</sup>, em 13 de julho de 2005 (FEARNSIDE, 2015). Atualmente, após 16 anos de aprovação do projeto, a região conhecida como “Terra do Meio” se tornou um exemplo marcante da incorporação das mazelas do capitalismo na Amazônia. A área, situada entre os rios Xingu e Iriri, é cenário de grilagem de terras, conflitos violentos e atividades ilegais, como por exemplo tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e trabalho escravo (FEARNSIDE, 2015).

Viu-se até aqui que o processo histórico de ocupação deixa notório a exploração do solo “estritamente vinculada à comercialização, aos transportes e à industrialização dos produtos agrícolas e pastoris” (VALVERDE, 1980, p. 79). A perspectiva que teve força foi a de defesa da privatização e mercantilização da terra, estruturadas principalmente pelas grandes corporações, sendo as conquistas sociais raros respiros em meio ao sistema imposto. Sendo assim, nas disputas para implementação de infraestrutura logística, prevaleceram “grandes interesses capitalistas em conectar novos lugares aos circuitos de acumulação, garantindo, simultaneamente, expansão produtiva de commodities e redução de tempo e custos de circulação pelo aumento da escala da produção/transporte” (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021, p.52).

A partir do golpe de 2016, a perspectiva que começa a ganhar força não apoia somente a privatização e mercantilização da terra, mas também a sua “ampla desregulamentação seja em relação à sua comercialização, inclusive para estrangeiros, seja em relação ao seu uso, reduzindo ao máximo as normativas e fiscalizações trabalhistas e ambientais” (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021, p. 60). É a “nova colonialidade ajustada a um capitalismo cada vez mais excludente e autoritário” (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021, p. 56). Os autores ainda afirmam que no atual governo esta perspectiva tem se pautado em três linhas de atuação, sendo elas:

---

<sup>16</sup> O planejamento do projeto se iniciou no governo FHC, mas teve sua aprovação final no governo Lula em 2005.

<sup>17</sup> A aprovação foi concedida mesmo sem o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) serem finalizados.

1) a fragilização do poder governamental de fiscalização agrária, trabalhista e ambiental e da mediação de conflitos; 2) a deslegitimação dos processos de criação, reconhecimento e defesa de áreas ambientalmente protegidas e de áreas destinadas a povos e comunidades tradicionais e à reforma agrária; e, por último, 3) a legalização da apropriação privada das terras públicas feitas à margem da lei e contra os povos que ali habitam, cuja obrigação legal é a restituição dessas áreas em posse real de uso há séculos ou mesmo milênios (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021, p. 61).

É evidente que as políticas de (des)envolvimento da Amazônia, ao longo de toda a história do Brasil, foram e estão sendo definidas com base no olhar colonizador externo à região (CANDIDO, 2010). O padrão colonial foi se transformando em um “padrão moderno-colonial de espoliação da região, subjugando povos e atualizando pactos de poder hegemônicos” (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021, p. 78). Atualmente, o cenário é cada vez mais preocupante pois a visão do governo sobre a Amazônia e seus povos retrata um conjunto de interesses e de forças que negam os direitos dos povos e comunidades do campo, bem como seus modos de vida (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021). Tal visão se concretiza por diversas pressões e ameaças na Amazônia tais como garimpo, atividades madeireiras, grilagem de terras, implementação desenfreadas de obras de infraestrutura entre outras atividades que estão sendo legitimadas pelo governo Bolsonaro.

### **3.2. Relações de poder: expressões de pressões e ameaças no território Amazônico**

O processo histórico de ocupação da Amazônia brasileira é marcado por diversas relações de poder estabelecidas no território. Para melhor compreensão dessa dinâmica, é importante, em um primeiro momento, diferenciar os conceitos território e espaço, já que um se forma a partir do outro. O espaço é como se fosse matéria-prima, possuísse possibilidades antes de qualquer ação ser realizada, já o território é o espaço onde se projetou um trabalho, onde foi colocada uma energia ou identificados recursos e por isso revela relações de poder construídas (RAFFESTIN, 1993). O território possui limite, traçados ou não, mas que vão definir atores que mantêm esse espaço e que por isso estabelecerão relações de poder com outros grupos e territórios, isolando-os ou fazendo conexões que não são homogêneas e frequentemente gerarão conflitos. É esse conceito de território que embasa as reflexões deste trabalho.

Raffestin (1993, p.53) diz que “toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das

finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações”. Ou seja, as relações estabelecidas historicamente em território amazônico são entendidas como dissimétricas, porque pela teoria se encarada de forma simétrica existiria uma equivalência que limitaria o crescimento de uma estrutura em detrimento da outra e ainda implicaria na necessidade de reconhecer as demandas e o valor de uso do outro para um bem ou serviço (RAFFESTIN, 1993). Nessa perspectiva, é preciso reconhecer que “toda expansão, para o capital, é invasão de territórios para os grupos/classes sociais que ali vivem” (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021, p.17).

A desigualdade existente na tomada de decisão contempla interesses e necessidades dos grupos privilegiados, dentre eles os proprietários de terras, os grileiros, os latifundiários, os empresários, os grandes capitalistas, deixando uma maioria desprivilegiada à margem dessa realidade. Elas não são perceptíveis sozinhas, dependem de diversos atores e dos recursos disponíveis, chamados por Raffestin (1993) de trunfos, e tem como exemplo a população, a energia, a informação e o território, sendo este último indispensável por representar o lugar onde se estabelecem as relações e por isso se torna muitas vezes alvo de conflitos.

A partir do exposto no item *Histórico de ocupação da Amazônia brasileira*, é perceptível que o território revela dinâmicas de relações desiguais, com invasões capitalistas que constituíram uma acumulação primitiva de capital sempre realizada pelos “civilizadores” e que envolveram violência, roubo e fraudes contra um determinado grupo menos privilegiado e já fragilizado pelas relações estabelecidas. Isso se deu na dinâmica de aviação instituída durante o ciclo da borracha, no período de construção de grandes obras, e ocorre até hoje na escala econômica do capitalismo global ao qual pretende integrar a Amazônia (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021).

Para o entendimento da dinâmica dessas relações, esse trabalho toma como ponto de partida as pressões, ameaças e seus efeitos no território Amazônico, aqui chamados de sintomas. Por pressão, entendem-se as atividades que já acontecem em território e, portanto, seus impactos podem ser visualizados e medidos (RAISG, 2020). Já a ameaça está relacionada com cenários e tendências futuras, de atividades que estão planejadas para acontecer, mas que ainda não são implementadas e, portanto, seus impactos podem ser apenas estimados (RAISG, 2020). Tais impactos podem ser entendidos enquanto consequências e, portanto, sintomas dessas pressões e ameaças atuantes no território (RAISG, 2020).

O desmatamento é o principal sintoma das pressões que se estabelecem na Amazônia, sendo sua causa diversa, proveniente de grilagem de terras, instalações de infraestrutura

(hidrelétricas e estradas), expansão do agronegócio, extensão da pecuária e exploração madeireiras. Segundo Carneiro Filho e Souza (2009), essa devastação segue um percurso comum, iniciado pela ação das madeireiras e abertura de caminhos a partir das rodovias ou de estradas clandestinas na direção de locais com árvores valiosas, muitas vezes em áreas protegidas ou de comunidades ribeirinhas. Em seguida, há a exploração da madeira nobre até seu esgotamento e busca de novas frentes de extração. Da mesma forma, com as estradas facilita-se a chegada de grileiros e fazendeiros que convertem a floresta em pastos, consolidando uma pecuária extensiva de baixa produtividade (CARNEIRO FILHO e SOUZA, 2009).

As pressões que originam o desmatamento seguem a dinâmica de relações desiguais. A construção e implementação de rodovias é justificada por atores de órgãos públicos oficiais e empresários que falam sobre a facilitação logística e econômica de transporte de matéria prima, desenvolvimento de mercados e comércio regional. Em contra partida, as estradas incentivam a ocupação territorial de caráter predatório e impulsionam transformações socioambientais negativas (RAISG, 2020). As obras não levam em conta a conservação e o uso sustentável do ambiente natural e causam impactos como alteração na biodiversidade local, compactação e movimentação do solo, poluição ambiental por ruídos e sedimentação de rios, além de facilitar a entrada de outras atividades agressivas aos recursos naturais e às comunidades do entorno, como “a exploração ilegal de madeira, minerais, da fauna, a atividade agropecuária, os projetos de urbanização e as mudanças no valor do território decorrentes de irregularidades na posse e propriedade da terra, entre outros” (RAISG, 2020, p. 20). Tais impactos afetam diretamente as comunidades locais próximas às obras, como é o caso de diversas comunidades tradicionais amazônicas.

O desmatamento é utilizado enquanto uma ferramenta para as atividades agropecuárias de caráter exploratório, transformando o meio natural de florestas por um ecossistema não florestal para uso da área que cresce a cada dia no Brasil. Durante os anos 2000 a área total ocupada pela agropecuária era de 794.429 km<sup>2</sup>, passando por um aumento de 81,5% nos vinte anos seguintes (RAISG, 2020). Com esse cenário que pressiona cada vez mais o bioma, um aumento significativo do desmatamento também foi notado nos últimos 10 anos, como mostra a Figura 3.1. Cabe ressaltar que o desmatamento acumulado da Amazônia

até o ano de 2010 já era expressivo e totalizava uma área de 378.782 km<sup>2</sup><sup>18</sup>, o que torna o cenário ainda mais preocupante em 2020, quando chega a 457.237 km<sup>2</sup> (INPE, 2021).

**Figura 3.1** Comparativo entre área desmatada na Amazônia Legal<sup>19</sup> por ano, nos últimos dez anos.



Fonte: INPE (2021) - Dados tabulados pelas autoras.

Em acréscimo ao cenário preocupante de área desmatada na região, o ano de 2021 vem se apresentando de forma alarmante. O Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), realizado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) divulga mensalmente Boletins do desmatamento da Amazônia Legal e realiza um comparativo com os mesmos meses do ano anterior. De janeiro a agosto de 2021, o SAD<sup>20</sup> detectou 7.715 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia Legal, um aumento de 46,8% em

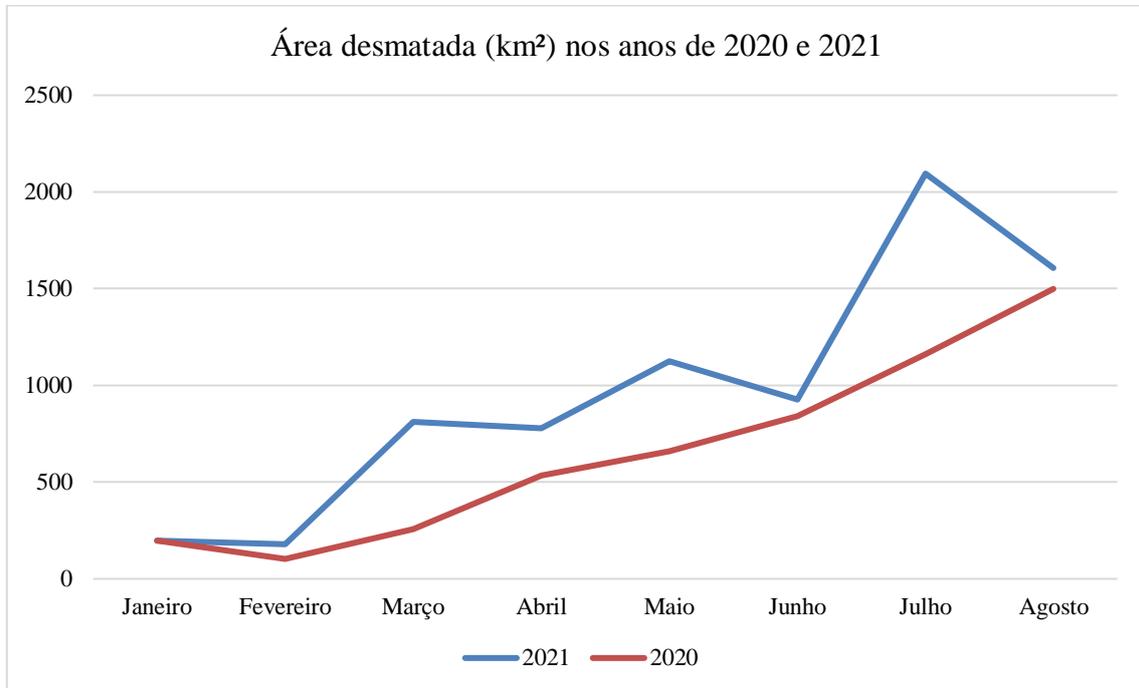
<sup>18</sup> Essa área foi calculada pelo Programa de Monitoramento da Amazônia, realizado pelo INPE, a partir do ano de 1988.

<sup>19</sup> Considerou-se a Amazônia Legal Brasileira, que inclui os Estados: Pará, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, Maranhão, Acre, Tocantins, Roraima e Amapá.

<sup>20</sup> Vale ressaltar que existe uma pequena diferença entre as áreas calculadas pelo SAD, realizado pelo Imazon, e pelo Programa de Monitoramento da Amazônia, realizado pelo INPE. Isso pode se justificar pelas diferentes imagens de satélites usadas como fontes de dados ou até mesmo pequenas diferenças na metodologia de cálculo. Optou-se por utilizar o INPE para a análise anual pelo Instituto acompanhar a dinâmica do desmatamento há mais tempo e, o Imazon para períodos de tempos menores, visto que o SAD divulga os dados com mais periodicidade. Vale ressaltar que os períodos de acréscimo ou decréscimo entre as duas fontes se coincidem.

relação ao mesmo período de 2020, quando o desmatamento somou 5.256 quilômetros quadrados. As variações entre os anos 2020 e 2021 são apresentadas na Figura 3.2.

**Figura 3.2** Comparativo da área desmatada na Amazônia Legal entre os meses de 2020 e 2021



Fonte: INPE (2021) – Dados tabulados pelas autoras.

Outra pressão de grande impacto são as hidrelétricas instaladas por toda a bacia amazônica que se justificam no Brasil por discurso de serem um recurso renovável e inesgotável. Seus impactos durante a construção e após o funcionamento das hidrelétricas alteram os tributários, os fluxos de inundação, a dinâmica da biodiversidade aquática e a dinâmica da vida de quem depende das águas. O protagonismo do governo federal desde o mandato de FHC no incentivo de implantação das obras de hidrelétricas é alto e garantiu a expansão do capital para atender as demandas do Centro-Sul. Como dito anteriormente, foi também uma forma de expansão/invasão capitalista por dinâmicas de territorialização (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021).

No que se refere ao território a ser estudado no presente trabalho, tem-se a construção de um complexo hidrelétrico em Porto Velho (RO) das usinas de Jirau e Santo Antônio. Com as obras iniciadas em 2008, a cidade de Porto Velho sofreu um inchaço súbito decorrente da necessidade de força de trabalho nas construções. Houve também um aumento nas taxas de violência e na especulação imobiliária na zona urbana e fundiária na zona rural. No que se refere às comunidades ribeirinhas do entorno das hidrelétricas, o alagamento de áreas durante

a construção e conseqüente represamento das águas causou uma desestruturação social nas comunidades, deslocando famílias de seus territórios de origem para outras localidades. Esses impactos iniciados durante a construção culminaram na grande cheia do rio Madeira em 2014 que foi causada pelo excesso de chuvas na época e uma irresponsabilidade por parte das empresas responsáveis pelas hidrelétricas, que não se comunicaram e abriram simultaneamente as barragens, liberando um volume muito grande de água represada rio Madeira abaixo. O volume de águas destruiu diversas comunidades da beira do rio e parte da cidade de Porto Velho, deixando perdas de bens materiais e imateriais os quais até hoje não foram ressarcidos (CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014).

A implementação de hidrelétricas e de estradas, a grilagem de terras, o agronegócio, o aumento de áreas de pecuária e exploração madeireiras são exemplos das diversas pressões que causam o desmatamento e tantos outros sintomas na Amazônia. Assim, o que pode motivar os impactos na floresta são diversos fatores, todos eles representados pela relação desigual de poder, onde uma vontade externa à região se sobressai às populações que ali vivem e que lutam pela floresta em pé, populações estas diversas e que constituem formas cotidianas próprias de vida.

### **3.3. Outros sujeitos, outros projetos de desenvolvimento**

Esta seção é dedicada à compreensão da diversidade social na Amazônia. Para isso, retoma-se brevemente o processo histórico de ocupação com o objetivo de entender as relações sociais estabelecidas na região, com enfoque para os povos da floresta. A proposta da discussão parte do princípio de que afirmar exclusivamente que esses sujeitos foram desconsiderados e abandonados, “é continuar vendo-os passivamente como se eles não estivessem tecendo as suas próprias alternativas” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 143). Portanto, a proposta é trazer um olhar mais próximo para esses sujeitos em busca de enxergar as experiências que desenham outro modelo de desenvolvimento na Amazônia (PORTO-GONÇALVES, 2001).

#### **3.3.1. R-existência camponesa**

Foi possível entender que as imposições históricas se deram a partir de uma relação dissimétrica estabelecida que se caracterizou em muitos casos pela expressão da resistência amazônica. O mergulho nas relações de trabalho estabelecidas atualmente só se faz efetivo se todos os tempos e espaços que o compõe são compreendidos, entendendo-o enquanto

tradução das temporalidades históricas que ele traduz e pelas quais é produzido (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021).

A migração ocorrida no primeiro ciclo da borracha pode ser caracterizada pelo que Martins (1990) coloca como um nomadismo camponês, processo que pode ser restrito a uma área de perambulação na realização da agricultura de roça, ou mais abrangente na tentativa de encontrar um novo lugar. Este último é o caso das migrações em questão, sendo que as trabalhadoras e trabalhadores migrantes adquiriram uma rica experiência acumulada através da combinação entre agricultura e extrativismo, o que permitiu considerá-los não apenas extrativistas, mas sim extrativistas agricultores (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Posterior ao período de extração da borracha, com a abertura de estradas na região amazônica, se teve a ocupação por grandes proprietários em suas margens, que muitas vezes ocupavam o local quando as rodovias existiam apenas em projetos. Consequentemente, se estabeleceu na região um número muito mais significativo de rendeiros que pagavam pelo uso das terras ao redor das estradas do que de proprietários e posseiros, processo que também se deu no Brasil como um todo (OLIVEIRA, 1991). É nesse cenário que se originaram grande parte dos latifúndios da região, caracterizados por Oliveira (2005) como uma herança colonial no Brasil. Tal herança de concentração fundiária que influenciou não somente na distribuição das terras como também nas relações de trabalho que se deram no decorrer do tempo no território.

Em paralelo à expropriação camponesa, foi registrado um aumento de unidades familiares de produção, caracterizadas por um trabalho não especificamente capitalista. Esse processo conjunto ilustra uma contradição do capitalismo no campo, representada pela concentração de terras em paralelo ao aumento das lutas pela recuperação delas<sup>21</sup> (OLIVEIRA, 2005; TAVARES DO SANTOS, 1978). Portanto, a rápida expansão do trabalho assalariado – e consequentemente capitalista – não significou o domínio absoluto desta forma de produzir no campo, pois, contraditoriamente, possibilitou um grande crescimento de estabelecimentos pequenos, com menos de 100 ha (OLIVEIRA, 2005) conduzidos por camponeses que produziam na terra com a força de trabalho familiar.

Viu-se, de forma espacialmente desigual, duas faces estruturais do desenvolvimento capitalista que, contraditoriamente, caminham juntas (OLIVEIRA, 2005). A primeira delas referente ao aumento do trabalho assalariado, permanente ou temporário, em médios e

---

<sup>21</sup> Oliveira (1991) aponta que o camponês é caracterizado por um grupo que quer entrar na terra e que ao ser expulso, retorna com frequência, mesmo que em um território distante ao seu de origem.

grandes empreendimentos capitalistas, a segunda, referente ao trabalho familiar nas pequenas unidades com áreas inferiores a 100 ha. Essa contradição pode ser entendida a partir da necessidade do capitalismo de (re)criar a organização camponesa, ao mesmo tempo que a destrói, já que sua completa expulsão ocasionaria na extinção da força de trabalho barata e na sujeição da terra ao capital (CARVALHO, 2015). Portanto, é o próprio capital que abre espaço para a produção camponesa, tornando-se o capitalista beneficiado com a acumulação que o trabalho campesino lhe proporciona por meio da sujeição da renda da terra (OLIVEIRA, 2005).

Marcos (2006) aponta que os processos de (re)produção e (re)criação campesina proporcionam caminhos que garantem a autonomia e liberdade camponesa, pela não total subordinação e dependência à lógica capitalista. Por outro lado, o capital também destrói a organização camponesa através da expropriação, principalmente das gerações mais novas, que se preparam cada dia mais para o trabalho assalariado nas cidades através das influências externas e estudos nas escolas tradicionalmente urbanas (OLIVEIRA, 2005; TAVARES DOS SANTOS, 1978). É por isso que Oliveira (2005) afirma que apesar da proletarianização atingir a família camponesa como um todo, são as filhas e filhos de camponeses que se proletarianizam na maioria dos casos, pois são eles que encontram mais dificuldade de adquirir terras para ampliar suas propriedades (TAVARES DOS SANTOS, 1978). Ao mesmo tempo que acontece essa proletarianização, uma parcela de camponeses reconquista a autonomia do trabalho, através da luta contra o capital, da ocupação de novos espaços e da construção da sua própria organização da propriedade (OLIVEIRA, 1991). Referida ocupação que pode ser realizada de forma individual ou coletiva através dos movimentos sociais, que têm como bons exemplos o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O campesinato é colocado aqui enquanto uma classe social para que seja possível a sua compreensão dentro do capitalismo e não fora do sistema<sup>22</sup> (OLIVEIRA, 2007). Porém, ao mesmo tempo em que se apresenta enquanto classe, é também um modo de vida (SHANIN, 1979). É por conta dessa dualidade que se propõe aprofundarmos o conceito de existência que, segundo Porto-Gonçalves (2001, p. 130), se apresenta como uma luta não somente pela resistência mais direta contra aqueles que “matam e desmatam, mas por uma

---

<sup>22</sup> Como visto anteriormente, a relação camponesa é um “trabalho não especificamente capitalista reproduzido historicamente pelo modo de produção capitalista” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 23).

forma de existência, um determinado modo de vida e de produção por modos diferenciados de sentir, agir e pensar”. Portanto, é uma r-existência que se apresenta “dentro do modo capitalista de produção, e não se expressa num universo particular e isolado” (OLIVEIRA, 1991, p. 49).

São notadas um conjunto de práticas estabelecidas em territórios camponeses que caracterizam a existência do camponês. Pode-se perceber a produção familiar para autoconsumo, a terra enquanto meio de trabalho familiar, a autonomia, o controle do processo produtivo, a força de trabalho familiar, a solidariedade, as relações de vizinhança, os vínculos locais, o lazer em comum, a organização de coletivos e redes, as parcerias, os mutirões, as trocas de dias de serviço, entre outras práticas que garantem a complexidade das relações sociais e de produção camponesas (OLIVEIRA, 1991). São elas as responsáveis por apontar uma resistência relacionada não somente com encontros e embates diretos vinculados aos movimentos sociais, mas também de maneira mais ampla, pela forma de existir camponesa, com essas características e práticas localizadas e assentadas no território (PAULINO; FABRINI, 2008).

O camponês, que muitas vezes se organiza em redes, tem o coletivo fortemente apresentado enquanto uma forma de construção do território autônomo, livre e solidário (MARCOS, 2006). Essa coletividade, como aponta Tavares dos Santos (1978), é notada não somente entre famílias camponesas, mas também dentro de uma única família que se estrutura em uma divisão do trabalho e combina todos os seus membros de forma coletiva, de acordo com as necessidades do momento. É por isso que é possível afirmar que no centro das “particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar” (PAULINO; FABRINI, 2008, p. 26).

Em conjunto à forma coletiva de organização, se tem no cotidiano camponês a flexibilidade de adaptação, o apoio e ajuda mútua entre as famílias, as possibilidades múltiplas de soluções para problemas diversos e o objetivo de reproduzir seu modo de vida muito presentes (PAULINO; FABRINI, 2008). A ajuda mútua, a exemplo do mutirão, se caracteriza por um acontecimento em grupo, que se mobiliza para auxiliar uma família que está com sobrecarga de trabalho em determinado momento, sendo uma forma de organização fundamental para a reprodução camponesa, à qual se recorre nos casos em que não se consegue suprir as demandas de trabalho entre sua própria família e, muitas vezes, não se consegue realizar o pagamento assalariado (SANTOS, 1978).

Por outro lado, em algumas propriedades camponesas, há a presença de alguns trabalhadores assalariados. Se nota, portanto, duas situações que se combinam, uma marcada

pelo trabalho intenso nas propriedades camponesas e a outra por força de trabalho ociosa, que permite complementar a renda da família através do assalariamento em outras propriedades. É importante destacar que mesmo com a presença do trabalho assalariado a relação não é entendida como capitalista, pois o camponês que paga o salário contrata o trabalhador não para a extração da mais valia, mas para complementar a força de trabalho de sua família e continua com a finalidade exclusiva de vender seu produto para comprar outros necessários, ou seja, a conversão direta de dinheiro em mercadoria permanece: é vender para comprar (OLIVEIRA, 1991; TAVARES DOS SANTOS, 1978). Dessa forma, o camponês se apresenta como um trabalhador que quando precisa de dinheiro pode vender a sua força de trabalho sem deixar de ser camponês (CARVALHO, 2015).

Essas múltiplas práticas se concretizam na pluralidade da classe camponesa e de sua r-existência. Assim, é necessário retomar o conceito de território de Raffestin (1993), um espaço que revela as relações de poder estabelecidas, para visualizar as ações de r-existência localmente construídas, sendo ele o resultado de ação das forças camponesas (PAULINO; FABRINI, 2008). É também fundamental o entendimento das construções locais que irão especificar os camponeses como proprietários e posseiros de terras públicas e privadas, extrativistas, povos da floresta, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, catadores de caranguejos, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros, pequenos arrendatários, quilombolas e povos indígenas, agricultores familiares, poliprodutores dos assentamentos da reforma agrária, entre outras. Toda essa diversidade foi contextualizada inicialmente em uma única classe – camponesa – pela importância da unificação das lutas políticas e dos confrontos (MARTINS, 1990).

### 3.3.2. Comunidades tradicionais: a resistência ribeirinha

Nesta seção, faz-se o convite para uma segunda reflexão crítica quanto a conceituação da população estudada no presente trabalho, trazendo o olhar para a forma como esses camponeses de auto identificam. Em um primeiro momento, foi aprofundado o entendimento dos camponeses enquanto um modo de vida. Agora, a partir da compreensão da existência diversa de práticas e manifestações culturais camponesas, sobretudo expressas nas Amazôniaas abordadas por Porto-Gonçalves (2001), a proposta é aproximar um pouco mais o debate que apesar de oposto ao de campesinato, é como se autodenominam alguns dos povos da região, como comunidades tradicionais, especialmente as ribeirinhas que serão retratadas.

É fundamental, neste momento, recorrer às relações desiguais estabelecidas na ocupação da região, visto que a formação social da Amazônia foi fundamentada no seu

desenvolvimento histórico (FRAXE; WITKOSKI; MIGUEZ, 2009). Foi a “confluência de sujeitos sociais distintos: ameríndios da várzea e/ou terra firme, negros, nordestinos e europeus de diversas nacionalidades” que inauguraram “novas e singulares formas de organização social”, sendo elas caboclos, ribeirinhos, seringueiros, pescadores artesanais, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, extrativistas, entre diversas outras (FRAXE; WITKOSKI; MIGUEZ, 2009, p. 30). Assim, a ocupação da região fez com que Amazônia se tornasse ainda mais plural, composta por uma diversidade de povos e comunidades tradicionais, definidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) como

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, artigo 3º, inciso I, grifo nosso).

Antes mesmo dessa pluralidade de grupos serem reconhecidos formalmente pela legislação brasileira, a Constituição de 1988 instituiu as denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”, que eram mais restritas aos indígenas e quilombolas (DEDINI; RAMOS, 2017). Atualmente, com a PNPCT, a definição ganhou uma amplitude maior, de acordo com as especificidades, diferenças na formação histórica e variações regionais. Dessa forma, são considerados territórios tradicionais os “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (BRASIL, 2007, artigo 3º, inciso II).

Fez-se uma breve contextualização do que está previsto formalmente na legislação brasileira. Porém, a intenção não é se aprofundar nas classificações e subclassificações<sup>23</sup> para

---

<sup>23</sup> A título de curiosidade, expõe-se aqui algumas outras subclassificações realizadas. O CadÚnico, por exemplo, classifica os Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs) quanto a “origem étnica” (indígenas, quilombolas, ciganas e pertencentes a comunidades de terreiro), a “relação com o meio ambiente” (extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhas), a “relação com o meio rural” (assentados da Reforma Agrária, acampadas rurais, agricultores familiares, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário), as “situações conjunturais” (atingidas por empreendimentos de infraestrutura, de presos do sistema carcerário, de catadores de material reciclável, aquelas compostas por pessoas em situação de rua) (BRASIL, 2014). Já o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) considera 29 segmentos, sendo eles: povos indígenas; comunidades quilombolas; povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; povos ciganos; pescadores artesanais; extrativistas; extrativistas costeiros e marinhos; caiçaras; faxinalenses; benzedeiros; ilhéus; raizeiros; geraizeiros; caatingueiros; vazanteiros; veredeiros; apanhadores de flores sempre vivas; pantaneiros; morroquianos; povo pomerano; catadores de mangaba; quebradeiras de coco babaçu; retireiros do Araguaia; comunidades de fundos e fechos de pasto; ribeirinhos; cipozeiros; andirobeiros; caboclos; e juventude de povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2016).

não se restringir a elas, mas sim compreender a diversidade e conseqüente complexidade desses grupos a partir da PNPCT, que segundo Almeida (2004), aciona os grupos sociais a se autodefinirem, manifestando consciência de sua própria condição. O ponto de partida da análise crítica proposta é o questionamento de como os próprios agentes sociais se autodefinem e se auto representam e “os procedimentos de classificação que interessam são aqueles construídos a partir dos próprios conflitos pelos próprios sujeitos e não necessariamente aqueles produtos de classificações externas, muitas vezes estigmatizantes” (ALMEIDA, 2011, p. 79).

Almeida (2004) pontua que a autodefinição constrói identidades específicas em territórios específicos. Vale ressaltar que essa construção da identidade não se manifesta de forma estática e congelada, mas sim em constante transformação e movimento no tempo e espaço (FRAXE; WITKOSKI; MIGUEZ, 2009). Em cada territorialidade são realizados modos de vida camponeses distintos e dinâmicos que possuem características históricas e que incorporam “identidades redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada” (PAULINO; FABRINI, 2008; ALMEIDA, 2004, p. 29).

No caso específico dos ribeirinhos<sup>24</sup>, por exemplo, eles se caracterizam como habitantes das várzeas, com um saber da convivência com o rio e a floresta (PORTO-GONÇALVES, 2001). Suas práticas combinam uma cultura muito diversa de povos indígenas, migrantes portugueses, migrantes nordestinos e populações negras (PORTO-GONÇALVES, 2001). É em torno do rio que essa população se territorializa e tece seu modo de vida e de produzir a partir da combinação entre agricultura, pesca e extrativismo. Essa proximidade com a água faz com que muitos deles se autodeclarem como *beradeiros*,

A relação diária com o rio faz com que qualquer alteração no seu curso natural, mesmo que imperceptível para alguns, seja observada pelas comunidades. Nos casos mais extremos de transformações, também aparecem os que se autodefinem como atingidos por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, isto é, que perderam ou estão em vias de perder a capacidade produtiva das terras que sempre ocuparam, as áreas de exercício da atividade pesqueira, as atividades produtivas locais e até mesmo suas territorialidades de referência, afetando a renda, reprodução e o modo de vida das populações (ALMEIDA, 2004; BRASIL, 2010, artigo 2º).

---

<sup>24</sup> Cabe ressaltar que não há nenhuma definição legal do que são comunidades ribeirinhas como acontece com comunidades tradicionais, através da PNPCT. Tal entendimento é realizado com base em estudos e vivência do território, considerando a autodeclaração da comunidade como primordial para a classificação.

Assim como o modo de vida camponês foi exposto como uma r-existência, apresentam-se aqui os embates diretos de resistência, realizados em diferentes espaços e momentos históricos. Tais lutas ganham destaque por meio dos movimentos sociais, reconhecidos por Paulino & Fabrini (2008) como uma forma camponesa de se rebelar contra a ordem desigual, reivindicar melhores condições de vida, buscar transformações sociais e se tornar sujeito político. Na sua diversidade, são a voz por meio da qual se autodeclaram de maneira coletiva e clamam por direitos e cidadania daqueles que até então não tinham como se expressar (ALMEIDA, 2011; PORTO-GONÇALVEZ, 2001). São muitos os exemplos de movimentos<sup>25</sup> que podem ser abordados, sendo um deles o Movimento dos Atingidos por Barragens, que atuou em diversos momentos na região de estudo desde o início do processo de licenciamento das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau em 2006, durante sua construção a partir de 2008 (SWITKES, 2008) e também na grande cheia do rio Madeira em 2014.

O MAB nasceu na década de 1980 da luta dos camponeses contra ameaças e pressões decorrentes da implantação de projetos de hidrelétricas e acumula uma longa história de resistência e conquistas (MAB, 2021). O movimento tem o objetivo de “organizar os atingidos por barragens antes, durante ou depois da construção dos empreendimentos” e, atualmente, sua luta aponta para a autonomia em relação às classes dominantes regionais, atua na mediação dos interesses coletivos com o Estado, organiza formações para multiplicar informação e realiza contatos e alianças com outros movimentos nacionais e internacionais da sociedade civil e se amplia para a reivindicação de um Projeto Energético Popular, em busca de uma transformação radical da estrutura energética do Brasil (MAB, 2021; PORTO-GONÇALVES, 2001). Sobre este último, a militante do Movimento Cleidiane Santos afirma<sup>26</sup>:

[...] entendemos que para superar os problemas da política energética nacional é necessário superar as visões reducionistas que apontam como saídas a questão tecnológica, diga-se de matriz. *O problema central é o próprio modelo energético nacional*, a forma como está organizada a produção e distribuição de energia, que penaliza o povo brasileiro e

---

<sup>25</sup> Alguns exemplos que podemos citar são: Conselho Nacional dos Seringueiros, Movimentos Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Movimentos dos Fundos de Pasto, Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, entre muitos outros.

<sup>26</sup> Cleidiane escreveu essas palavras como uma resposta ao artigo publicado em 10 de dezembro de 2013, pela Carta Capital. Este último, traz a opinião do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento do Ministério das Minas e Energia (MME) da época, que defendia a construção de hidrelétricas na região Norte do país.

privilegia os setores rentistas, eletrointensivos e exportadores. *Por isso, perguntamos: energia pra quê e pra quem?*

Atualmente no Brasil, 80% da geração de energia elétrica provêm da hidroeletricidade, nas atuais condições tem sido a forma mais barata de gerar energia. Em compensação, pagamos uma das tarifas mais caras do mundo, perdendo para países com fontes energéticas baseadas na geração nuclear, com preços de produção muito mais altos. Enquanto a taxa de lucratividade no setor tem sido extraordinária, o povo paga a conta (SANTOS, 2013, grifo nosso).

A fala da militante demonstra a mesma angústia de muitas outras pessoas que, organizadas pelo movimento, se colocam como atingidas pelas barragens. Essa autodeclaração é muito significativa, pois mostra que são pessoas que não receberam ações do Estado, pelo contrário, foram afetadas diretamente por projetos governamentais (PORTO-GONÇALVES, 2001). Através do coletivo, se apresentam como sujeitos que desejam protagonizar suas próprias vidas (PORTO-GONÇALVES, 2001). Lutam contra os diversos efeitos<sup>27</sup> perversos dos empreendimentos e para que as águas sejam regidas pelas leis da natureza e não pela lógica do capital (MAB, 1989 apud PORTO-GONÇALVES, 2001).

As reivindicações do movimento se expandem por todo o território nacional. Porém, a Amazônia ganhou um lugar de destaque justificado pelo fato da região ser palco de imposições da visão neoliberalista que sempre enxergou o território como fronteira para expansão do capital (PORTO GONÇALVES, 2001). Populações que sofreram consequências das obras de infraestrutura implementadas viram a necessidade de colocar suas demandas contra o modelo estabelecido, não em escala local/regional/nacional, mas também internacional (PORTO-GONÇALVES, 2001). Dessa forma, a atuação do MAB na região se contrapõe ao modelo imposto, denuncia a violação de direitos humanos e dos impactos socioambientais e defende que a riqueza natural seja do e para o povo. Como um dentre os inúmeros exemplos, o destaque será feito sobre as organizações dos atingidos pelas barragens realizadas em decorrência do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, composto pelas usinas Santo Antônio e Jirau, em Porto Velho/RO.

Desde o projeto de construção das duas hidrelétricas, o MAB já se mobilizava na região para reivindicar o espaço de fala da população local. Porém, como descrito no item *Histórico de ocupação da Amazônia*, sabe-se que a reivindicação não foi atendida pela pressa

---

<sup>27</sup> Como exemplos desses efeitos perversos, se pode citar como a inundação de terras férteis, o aumento da concentração fundiária, o deslocamento de famílias contra a vontade delas, a expulsão do campo para as cidades; o empobrecimento dos atingidos, a perda de saber popular da terra e do rio, a alteração do rio com conseqüente ocorrência de doenças, o surgimento e desaparecimento de curvas do rio, as praias que deixam de existir, a contaminações das águas entre tantas outras formas de expropriação do modo de vida dos afetados (MAB, 1989 apud PORTO-GONÇALVES, 2001).

do governo em realizar as obras. Após a construção, o movimento continuou na organização de diversas reuniões, assembleias e mobilizações, tendo como um dos resultados a elaboração de uma pauta de reivindicações<sup>28</sup>, elaborada com pescadores e comunitários da região do Baixo Rio Madeira, que envolveu desde o “plano de recuperação e desenvolvimento das comunidades até ações prioritárias sobre o fortalecimento da pesca, investimentos imediatos para recuperação, preservação e desenvolvimento das comunidades e a necessidade de um programa de regularização e de reforma agrária para a região” (MAB, 2011).

Após a grande cheia do rio Madeira em 2014, o MAB também se organizou para reivindicar os direitos dos atingidos. Reuniu no dia 17 de abril do mesmo ano, em frente ao palácio do governo, mais de 600 atingidos pelas barragens com o lema “por terra, casa e trabalho” (MAB, 2014). Nos anos seguintes, pela falta de escuta das populações, a luta continuou e permanece até os dias atuais. A pauta levantada é principalmente pela participação social dos interessados, em vista de assegurar a segurança das populações em possíveis novas tragédias (MAB, 2019). Tais mobilizações demonstram que os entraves políticos que afetam as populações ainda precisam reconhecer a existência dos atingidos por barragens e que a luta vai além do reconhecimento em políticas e decretos (ALMEIDA, 2004; 2011). Assim, o MAB permanece na luta por todo o Brasil com a compreensão de o “reconhecimento” formal de um direito não significa sua “efetivação” (MAB, 2013).

As lutas organizadas ou não por movimentos sociais foram estabelecidas historicamente na Amazônia como resistência a todo sistema imposto para a região. O contexto histórico, as relações de poder e a replicação de imposições no território permanecem nos dias atuais. Cavalcante, território de estudo do presente trabalho, é uma comunidade ribeirinha que surgiu devido às consequências causadas após a instalação das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau. As pessoas que ali vivem, continuam r-existindo através do seu modo de vida, dessa forma, será apresentado uma caracterização de Cavalcante, além de trazer as principais pressões, ameaças e sintomas que a cercam, bem como um retrato do cotidiano desses ribeirinhos como forma de resistência ao avanço do capital. Para compreensão da forma de análise realizada para o território, serão apresentados a seguir os métodos utilizados.

---

<sup>28</sup> Pauta de reivindicações que foi elaborada em assembleia na comunidade de São Carlos do Jamari. Estavam presentes lideranças Brasileira, Bom Será, Curicacas e São Carlos do Jamari, todas elas localizadas na região do Baixo Rio Madeira.

#### 4. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Este trabalho foi realizado durante o ano de 2021, um ano conturbado e de enfrentamento da pandemia causada pelo vírus da Covid-19. Por conta disso foi realizado inteiramente de forma remota e com coleta de dados que respeitaram o distanciamento social. Foram quatro as formas de análise territorial e identificação de pressões e ameaças no entorno da comunidade de Cavalcante, uma delas a partir de revisão bibliográfica, leituras de estudos e de documentos técnicos já realizados no território, outra de interpretação de imagens de satélite e dados espaciais divulgados, a terceira por intermédio de vivência e relatos a partir de experiências em campo, proporcionadas pela participação no NAPRA durante os meses de julho dos anos de 2017, 2018 e 2019 e a última através de entrevistas virtuais com comunitários.

Além do trabalho em campo, em 2020 e 2021 as autoras participaram de um projeto da mesma organização onde foi produzida uma cartilha intitulada de “*Visibilidade territorial e fortalecimento comunitário: diagnóstico socioambiental e cartografia social na comunidade de Cavalcante (Porto Velho/RO)*”. Para a realização da presente pesquisa, sob prévia autorização, utilizou-se de alguns mapas participativos e dados do diagnóstico produzidos pelo projeto acima indicado, os quais auxiliaram na caracterização da comunidade e retrato do seu modo de vida.

A partir dos vínculos criados durante os anos de trabalho no território, foi possível estabelecer uma nova forma de comunicação com os comunitários durante o período de isolamento social. Foi feito um primeiro contato com alguns moradores de Cavalcante para convidá-los a participar de uma entrevista, explicando do que se tratava a pesquisa e marcando uma data para uma conversa mais longa. As entrevistas foram realizadas via vídeo chamada pelo *Whatsapp*, com duração próxima de uma hora, as quais foram gravadas com consentimento dos participantes. As perguntas feitas estão apresentadas no Apêndice A e foram divididas em três blocos, todos com questões amplas com o objetivo de conhecer a história e a comunidade através das experiências de cada um. Ao final conseguiu-se realizar duas entrevistas, uma no dia 08 de outubro de 2021 com uma liderança de origem da comunidade de Terra Caída e a outra de origem da comunidade de Curicacas no dia 13 de outubro de 2021, duas das principais comunidades que ocuparam e ocupam o território de Cavalcante.

Para a identificação de pressões e ameaças que estão presentes no território foram utilizadas as informações trazidas pelos entrevistados e as discussões da reunião aberta do

Núcleo de Gestão Integrada Cuniã-Jacundá (NGI), realizado por meio de encontro virtual que contou com a participação de conselheiros de diversas instituições que trabalham ou estão próximos das Unidades de Conservação (UC) do Baixo rio Madeira. Durante a reunião, temas como o desmatamento, as queimadas e ocupação ilegal nas UCs foram levantados e utilizados neste trabalho para reafirmar as principais queixas dos moradores de Cavalcante.

Para embasar ainda mais todas as temáticas foram diversificados os produtos de análise. Complementando a revisão bibliográfica e as entrevistas, utilizou-se dos mapas participativos elaborados no projeto do NAPRA com contribuição direta dos comunitários e produziram-se mapas temáticos que abordam desde a localização de Cavalcante até uma análise qualitativa e quantitativa dos sintomas das principais pressões no território: a mudança na dinâmica da cheia no rio Madeira e o crescente desmatamento. Os mapas qualitativos e quantitativos foram trabalhados pelo *software* livre QGIS em sua versão 3.10.13, utilizando de uma linguagem mais acadêmica, e tiveram como base as áreas de limite municipal, estadual e nacional disponibilizadas pelo IBGE (2018). As outras fontes utilizadas estão compiladas no Quadro 4.1.

Os dados georreferenciados compuseram os demais mapas desenvolvidos durante a pesquisa. No mapa que retrata todas as pressões identificadas, chamado de Mapa síntese das pressões e ameaças no entorno de Cavalcante (Figura 5.10), realizaram-se as sobreposições das camadas 7 a 13 para retratar o acúmulo de atividades ocorrendo numa mesma região. Esse mapa trabalhou simbologias diferentes para a identificação das pressões e ameaças locais e as camadas foram estilizadas em busca da melhor visualização possível de todas as dinâmicas sinalizadas.

Também foram elaborados mais três mapas temáticos com a avaliação dos sintomas causados pelas principais pressões identificadas, a construção das hidrelétricas e as áreas de pastagem. Nos mapas que abordaram a questão das hidrelétricas foi feito uma comparação entre imagens do satélite Landsat8, onde foi selecionado uma imagem no período da cheia histórica ocorrida no Rio Madeira em abril de 2014 (Figura 5.13) e outra da mesma região em abril de 2016 (Figura 5.12). O ano de 2016 foi escolhido devido a nitidez e qualidade do *raster* para inserir e trabalhar pelo QGIS e tomado como base visto que o curso d'água no mês de abril nos demais anos mantinha uma similaridade de forma e volume.

**Quadro 4.1.** Dados georreferenciados utilizados e suas fontes

	<b>Dados</b>	<b>Formato</b>	<b>Fonte</b>	<b>Ano</b>
1	Desmatamento acumulado (1988 à 2007)	Shapefile - vetorial	INPE	2008
2	Desmatamento acumulado (2008 à 2020)	Shapefile - vetorial	INPE	2021
3	Modelo Digital de Elevação (MDE)	TIF - Raster	INPE	2008
4	Imagem de Satélite	TIF - Raster	LANDSAT8	2014
5	Imagem de Satélite	TIF - Raster	LANDSAT8	2016
6	Focos de calor	Shapefile - vetorial	INPE	2010-2020
7	Localização UH	Shapefile - vetorial	RAISG	2020
8	Áreas de mineração <sup>29</sup>	Shapefile - vetorial	RAISG	2020
9	Vias	Shapefile - vetorial	RAISG	2020
10	Vias férreas	Shapefile - vetorial	RAISG	2020
11	Polos madeireiros <sup>30</sup>	Shapefile - vetorial	Imazon	2006 <sup>31</sup>
12	Malha municípios	Shapefile - vetorial	IBGE	2010
13	Pastagens Brasileiras	Shapefile - vetorial	LAPIG/UFG <sup>32</sup>	2020

Fonte: Elaboração própria.

Nos mapas intitulados de Mapa da visão aérea do rio Madeira em abril de 2016 (Figura 5.12) e *Mapa da visão aérea do rio Madeira em abril de 2014* (Figura 5.13), adotou-se uma área de interesse de raio de 20 km a partir da comunidade de Cavalcante e destacaram-se as comunidades ribeirinhas de Terra Caída e Curicacas, dentro do limite criado. Os resultados obtidos resultaram da comparação das duas imagens em percepções qualitativas do estado de cor e largura dos cursos d'água. Houve também uma abordagem quantitativa desse tema, a qual resultou no mapa da Figura 5.14, por meio do qual estabeleceu-se uma comparação da área ocupada pelas águas em 2016 com as águas em 2014, destacando o aumento dessa área durante a histórica cheia de 2014. Para essa análise foram utilizados os dados 4 e 5 do Quadro 4.1 e calculadas suas áreas a partir da calculadora da tabela de

<sup>29</sup> As informações desse shape se referem a áreas de mineração em funcionamento, abandonadas e em processo de licenciamento.

<sup>30</sup> Uma localidade foi considerada um polo madeireiro pelo Imazon quando o volume de sua extração e consumo anual de madeira em tora é igual ou superior a 100 mil metros cúbicos.

<sup>31</sup> O ano de 2006 foi a data mais recente de arquivo georreferenciado encontrada para localizar os municípios que são polos de extração de madeira. Ao se comparar com mapas prontos mais recentes, notou-se que o cenário não sofreu grande alteração e, portanto, optou-se por usar o dado mesmo que um pouco antigo.

<sup>32</sup> Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento / Universidade Federal de Goiás.

atributos do QGIS. Assim, a partir da diferença percentual entre as duas áreas referente à superfície ocupada pela água, obteve-se a comparação das áreas ocupadas pela água nos anos de 2014 e 2016.

Para a realização do mapa que representa o desmatamento acumulado desde 1988 até 2020 na região (Figura 5.16), adotou-se uma área de interesse de raio de 40 km a partir da comunidade de Cavalcante. A escolha de uma distância maior foi feita pois obteve-se uma melhor visualização da dinâmica do processo de destruição da floresta e também um melhor resultado das análises numéricas realizadas. Dessa forma, através da ferramenta de cálculo de área da calculadora da tabela de atributos do *software* QGIS, calcularam-se as áreas das superfícies ocupadas por cada tipo de categoria definida. Dividiu-se inicialmente entre duas grandes categorias, as áreas que são classificadas como Unidades de Conservação e áreas que não são. Para cada uma delas, calculou-se a área referente à água, as áreas referentes à floresta e às áreas onde houve o desmatamento identificado pelo INPE (2008, 2021). Após o cálculo de cada uma dessas áreas, realizou-se um comparativo percentual entre a porcentagem desmatada dentro e fora das UCs, bem como de áreas preservadas. Os resultados dos cálculos realizados estão sintetizados na Tabela 5.2. Os dados utilizados para a sua elaboração estão indicados nas linhas 1 e 2 do Quadro 4.1.

Como outra forma de visualização do processo de desmatamento na região, realizou-se um mapa que representa os focos de calor dentro da área de interesse (Figura 5.17). O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) disponibiliza os dados online para download por um período máximo de um ano. Esses dados consistem em pontos georreferenciados onde foi identificado foco de calor, bem como o dia de identificação. Dessa forma, utilizou-se do *software* QGIS para realizar a somatória de todos os focos no período de 2010 à 2020, o que resultou em uma camada vetorial de pontos com todos os focos de calor identificados durante esse período de onze anos. Em seguida, para um melhor resultado visual, estilizou-se a camada através da opção “mapa de calor” dentro do próprio *Software* QGIS, estabelecendo um raio de 5 km de influência para cada foco de calor identificado pelo satélite. Tal raio foi determinado a partir do melhor resultado visual para se identificar áreas onde há maior concentração de focos de calor identificados.

Portanto, por meio dessas quatro ferramentas principais, revisão, vivência, entrevistas e dos mapas elaborados, se produziu esse trabalho que terá suas análises e apresentação da comunidade de estudo em destaque no próximo item.

## 5. ESTUDO DE CASO

### 5.1. Caracterização de Cavalcante

A capital do estado de Rondônia, Porto Velho, está localizada na margem direita do rio Madeira, o maior afluente em extensão do rio Amazonas. O município tem sua origem atrelada à grande migração ocasionada pela construção da ferrovia Madeira-Mamoré em 1907 (IBGE, 2021). A demanda da obra surgiu pela necessidade de escoar a borracha brasileira e boliviana, visto que o trecho entre as cidades de Porto Velho e Guajará Mirim – município que faz divisa com a Bolívia - era muito encachoeirado e, dessa forma, a via fluvial não era a melhor alternativa para o transporte (IBGE, 2021). Assim, toda a borracha produzida entre Guajará-Mirim e Porto Velho chegava à capital de Rondônia através da rodovia e poderia seguir viagem pelo rio Madeira que, a partir dali, já possuía trechos mais seguros para a navegação (IBGE, 2021).

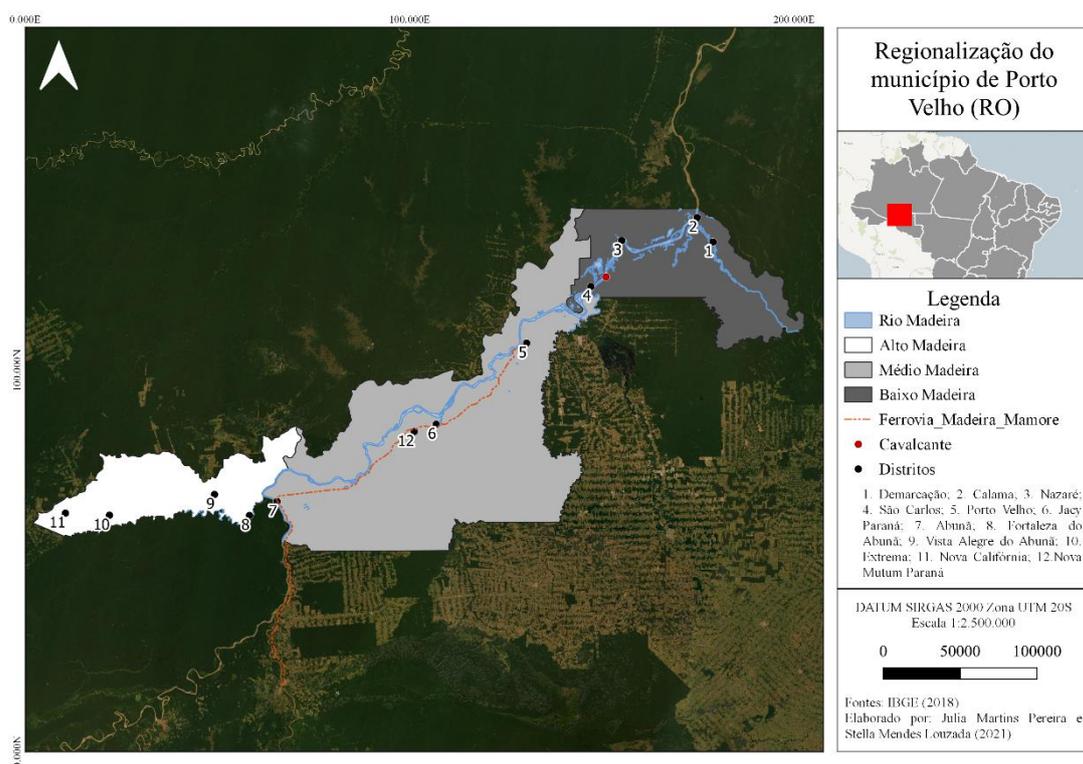
A capital rondoniense é dividida em doze distritos que são agrupados em três grandes regiões denominadas Alto, Médio e Baixo rio Madeira<sup>33</sup>, sendo esta última a área de maior interesse para o presente estudo (PORTO VELHO, 2018a; PORTO VELHO, 1999). A Figura 5.1 ilustra essa divisão geográfica de Porto Velho, bem como a ferrovia Madeira-Mamoré e a localização da comunidade de estudo, Cavalcante.

O Baixo Madeira, região em cinza mais escuro na Figura 5.1, é composto por um mosaico de três unidades de conservação que ocupam grande parte da sua área total, sendo elas a Reserva Extrativista (RESEX) Lago do Cuniã, a Estação Ecológica (ESEC) de Cuniã e a Floresta Nacional (FLONA) de Jacundá, esta última a mais próxima a Cavalcante. A Figura 5.2 ilustra as UCs, bem como as localidades de diversas comunidades ribeirinhas que vivem na beira do rio Madeira, com destaque para Cavalcante.

---

<sup>33</sup> O Alto Madeira engloba os distritos de Nova Califórnia, Extrema, Vista Alegre do Abunã e Fortaleza do Abunã. O Médio Madeira engloba os distritos de Abunã, Mutum Paraná, Jaci Paraná e Porto Velho. O Baixo Madeira engloba os distritos de São Carlos do Jamari, Nazaré, Calama e Demarcação.

**Figura 5.1** Mapa da regionalização do município de Porto Velho



Fonte: Elaboração própria.

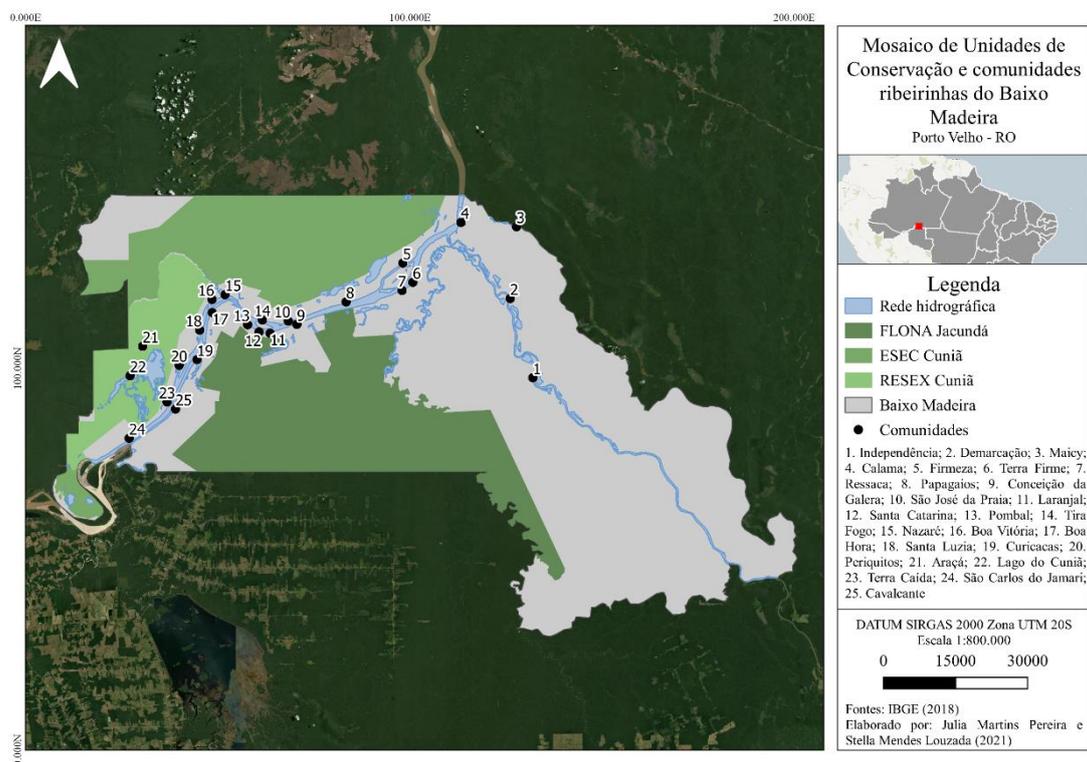
O acesso até o Baixo Madeira é possível de duas formas. A primeira delas através de um barco de linha que faz o percurso do *Cai N'Água*<sup>34</sup>, em Porto Velho, até as comunidades da região. Outra possibilidade é um ônibus que realiza o percurso da rodoviária de Porto Velho até a boca do rio Jamari, nas proximidades da comunidade de Brasileira, já na região do Baixo Madeira. De lá até as outras localidades, não há possibilidades de transporte público, sendo necessários barcos privados para realizar o percurso de aproximadamente treze quilômetros<sup>35</sup> até Cavalcante. Segundo um dos entrevistados, o custo é de aproximadamente cinquenta reais<sup>36</sup> para realizar o percurso completo de ida e volta do barco (aproximadamente 26 quilômetros).

<sup>34</sup> Terminal hidroviário localizado na cidade de Porto Velho.

<sup>35</sup> Distância calculada a partir do *software* QGIS versão 3.10.13.

<sup>36</sup> Em novembro de 2021, o preço do litro da gasolina está R\$ 8,50 em Cavalcante.

**Figura 5.2** Mapa do mosaico de unidades de conservação e comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira



Fonte: Elaboração própria.

Segundo a delimitação oficial do município, a comunidade de Cavalcante, que está localizada na margem direita do rio, pertence ao distrito rural de Calama (PORTO VELHO, 1999). Porém, se identifica também que o território possui uma proximidade maior com a vila do distrito de São Carlos do Jamari, localizada à margem esquerda do rio Madeira, sendo ela o local ao qual os moradores de Cavalcante recorrem para suas principais necessidades, como por exemplo o acesso ao posto de saúde, estudo nas escolas e compra de água potável.

Outra questão que merece destaque sobre a área da comunidade é com relação ao mapeamento e sistematização de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade realizados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2018. Ao analisar essas áreas na região, nota-se que Cavalcante está na área determinada como classe de prioridade extremamente alta<sup>37</sup> “para efeito de formulação e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades sob responsabilidade do Governo Federal”<sup>38</sup> (BRASIL,

<sup>37</sup> A portaria nº 463, de 18 de dezembro de 2018 determina as seguintes classes de importância biológica: (a) extremamente alta, (b) muito alta; (c) alta; e (d) insuficientemente reconhecida.

<sup>38</sup> Tais formulações são voltadas à “(i) conservação in situ da biodiversidade; (ii) utilização sustentável de componentes da biodiversidade; (iii) repartição de benefícios derivados do acesso à recursos

2018), como exemplificado na Figura 5.3. Além dessa determinação nacional, o Plano Diretor do município também define que as áreas em torno da localidade de Cavalcante merecem atenção especial “seja por pressões atuais, seja para protegê-las de impactos decorrentes da intensificação das atividades portuárias” (PORTO VELHO, 2018b). Dessa forma, é elencada pela prefeitura como uma área prioritária para elaboração de Estudos para Criação de Unidades de Conservação.

O mapa da Figura 5.2 apresenta vinte e cinco comunidades ribeirinhas do Baixo rio Madeira, porém, segundo o Plano Diretor de Porto Velho (2018), existem em torno de sessenta comunidades na área destacada. Diversas delas estão ali desde antes da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, logo no início do período de exploração da borracha, quando migrantes majoritariamente nordestinos se deslocaram em busca de trabalho nos seringais (PORTO VELHO, 2018b). Quando o período se encerrou, muitos dos trabalhadores ficaram nas várzeas do Rio Madeira onde estabeleceram suas famílias, locais onde seus descendentes permanecem até hoje. Dessa forma, as ocupações de seringueiros oriundos majoritariamente do Nordeste e sua miscigenação com indígenas locais foram dando origem a diversos povoados e localidades. (CAETANO; SILVA; ALVES, 2017).

Uma moradora de Cavalcante e filha de Curicacas<sup>39</sup>, duas comunidades bem próximas no Baixo Madeira, contou em entrevista um pouco sobre a história da sua comunidade de origem. Segundo ela, um homem veio do Ceará, uma terra seca, para adquirir uma área de terra para viver e extrair seringa. Naquela época, o dono das terras era um só, e isso incluía diversas comunidades da região como Cavalcante, Curicacas, Boa Vitória, entre outras. O homem cearense estava interessado em uma área que tivesse muita água e, por isso, não se interessou pelo local onde hoje é a comunidade de Cavalcante, que era uma terra mais alta e, conseqüentemente mais seca, mas sim pela futura Curicacas, um terreno mais baixo que em épocas de cheia do rio, ficava com seus lagos e igapós cheios de água e peixe. Assim, na época de muita água restavam apenas “lombos de terra”<sup>40</sup>, como a comunitária mesmo contou.

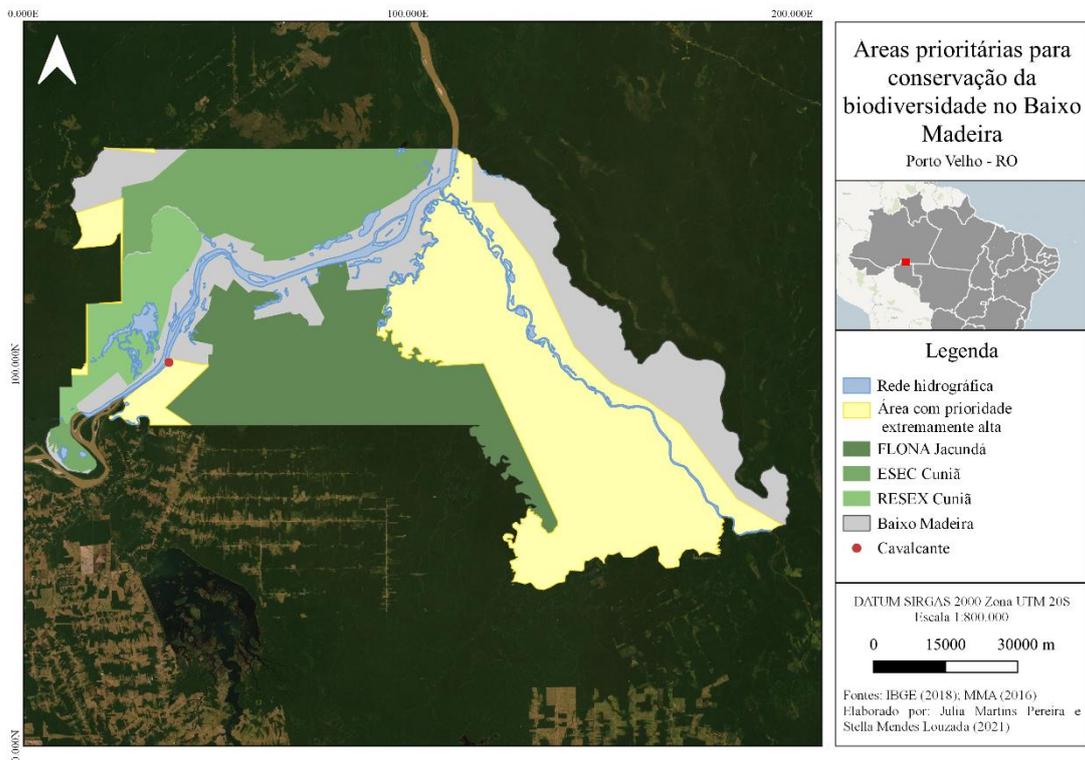
---

genéticos e ao conhecimento tradicional associado; (iv) pesquisa e inventários sobre a biodiversidade; (v) recuperação de áreas degradadas e de espécies sobreexploradas ou ameaçadas de extinção; e (vi) valoração econômica da biodiversidade" (BRASIL, 2018).

<sup>39</sup> É usual a utilização do termo filha(o) de determinado lugar quando se quer dizer que a pessoa nasceu naquela comunidade.

<sup>40</sup> Lombo de terra é como a comunidade chama as terras mais altas que não ficam embaixo d'água no período da cheia.

**Figura 5.3** Mapa das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no Baixo Madeira (Porto Velho/RO)



Fonte: Elaboração própria.

O homem se instalou em uma área atualmente conhecida como Curicacas, de 10 mil metros de frente por 10 mil metros de fundo. O nome do local foi dado em função de duas aves, uma característica do Ceará, a curicaca, e outra do Baixo Madeira, a curica. A coincidência cativou o homem oriundo do Ceará que resolveu chamar a terra farta de Curicacas. Ele se estabeleceu ali e teve aproximadamente 10 filhos, que receberam um pedaço de terra cada. Estes, por sua vez, tiveram outros filhos que tiveram filhos.... e é dessa forma que a população de Curicacas foi crescendo como uma grande família. Segundo a moradora de Cavalcante, um dia ela escreverá um livro contando de forma mais detalhada esse processo de constituição da comunidade de Curicacas.

A história que dá origem à comunidade de Curicacas foi apresentada de forma resumida para ilustrar uma dentre as muitas histórias parecidas das comunidades ribeirinhas do Baixo rio Madeira. Porém, a história do território de Cavalcante é mais recente e não se assemelha com o restante das comunidades presentes no Baixo Madeira.

A ocupação das terras de Cavalcante se deu pela necessidade de comunitários vizinhos fugirem das águas que cobriram as comunidades do Baixo Madeira durante a cheia de 2014, um desastre causado pelo impacto após a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo

Antônio (CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014). Durante a enchente, o rio Madeira alcançou uma marca histórica de 19,74 metros, medida que corresponde a 3,06 metros acima do valor considerado como cota de transbordamento (Controladoria Geral da União, 2014).

No período de fevereiro a maio de 2014 a enchente destruiu parte da cidade de Porto Velho e de seus distritos situados à margem do Rio Madeira, afetando suas estruturas físicas, materiais, ambientais e econômicas, sendo decretado em 30 de abril de 2014 pelo Ministério da Integração o estado de calamidade pública. Segundo o diagnóstico situacional dos efeitos da cheia do rio Madeira realizado pela Controladoria Geral da União em 2014, estima-se que foram atingidas na região em torno de 3.758 famílias, entre desabrigadas e desalojadas, totalizando 9.309 pessoas atingidas. Além disso, muitas áreas destruídas nos distritos eram locais de produção e cultivo familiar, tendo sido perdidos mais de 2.215,5 toneladas de grãos e fruticulturas, além do impacto causado na pesca e na pecuária. Nenhum desses impactos havia sido previsto, além de que nas divulgações feitas, o disseminado era justamente o contrário, dizia-se que “o projeto terá um impacto global positivo sobre os ambientes locais e globais” (Santo Antônio Energia S.A., 2012, p. 47).

A grande quantidade de água chegou às comunidades de forma muito rápida e as pessoas que estavam acostumadas com o ritmo de cheia do rio não pensavam que seria diferente. De repente, a água que estava na porta das casas no dia anterior, pela manhã já havia entrado e cobria todo o assoalho. Em muitos casos, os moradores não tiveram nem tempo de retirar seus bens antes de saírem para se abrigarem (CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014). As Figuras 5.4 e 5.5 são imagens das águas na comunidade de São Carlos do Jamari (SCJ) durante e após a cheia de 2014.

Com as casas inundadas e cheias de sedimentos, muitas pessoas foram obrigadas a se abrigar em Porto Velho, em abrigos improvisados em escolas e barracas de lona na cidade. Outros ficaram em balsas de garimpo pelo rio e em locais dispersos nos distritos, alguns ainda permaneceram em pontos mais altos nas comunidades submersas ou se deslocaram para territórios mais altos, considerados de terra firme, e foi assim que muitas pessoas saíram principalmente de Curicacas e Terra Caída e se deslocaram para Cavalcante. A Figura 5.6 mostra uma barraca da defesa civil na comunidade de Cavalcante, utilizada por ribeirinhos durante e após a enchente. O apoio dos órgãos públicos se restringiu ao oferecimento dessas barracas, alocação dos desabrigados em locais improvisados e doação de cestas básicas para os atingidos. Já o MAB atuou no apoio e mobilização dessas pessoas, principalmente na luta por uma resposta e indenização das hidrelétricas frente ao acontecido (Figura 5.7).

**Figura 5.4** Invasão da água durante a cheia de 2014 em SCJ



Fonte: Caderno Nova Cartografia (2014).

**Figura 5.5** Marca da água em uma casa na comunidade de SCJ



Fonte: Julia Martins Pereira (2017).

**Figura 5.6** Abrigo utilizado pelas pessoas impactadas pela cheia



Fonte: Julia Martins Pereira (2017).

**Figura 5.7** Mobilização do MAB no centro de Porto Velho, avenida 7 de setembro, 18 de março de 2014



Fonte: MAB Rondônia (2014)

Antes da cheia, o território de Cavalcante era uma área privada, onde antigamente havia sido uma fazenda com plantação de dendê e seringa, desativada há muitos anos, mas sem saber exatamente há quanto tempo (KRAFT, 2017). Além das comunidades de Curicacas e Terra-Caída, algumas famílias que viviam em São Carlos do Jamari, Nazaré, Brasileira e até mesmo as famílias do igarapé Tucunaré, Esquerdo e Azul, deslocaram-se para essa área durante a enchente (KRAFT, 2017). Passado o desastre, muitas famílias retornaram às suas comunidades de origem, porém a maioria das famílias de Terra Caída e Curicacas permaneceram ali, pois por suas comunidades de origem estarem em terrenos baixos que já alagavam normalmente, a destruição das casas e o aterramento da localidade foi muito grande, o que tornava o retorno muito difícil.

Em maio de 2014, o governo do estado de Rondônia começou a elaborar um Plano Integrado de Reconstrução e Prevenção de Desastres, traçando diversos projetos nas áreas de infraestrutura, meio ambiente, assistência social e saúde, em conjunto com diversos órgãos e instituições presentes no estado e nos municípios atingidos. Em relação ao Baixo Madeira, uma das principais ações previstas no plano era a compra de quatro áreas de terra para mudança das famílias atingidas na região, sendo Cavalcante um desses territórios (KRAFT, 2017).

Com base no plano de reconstrução, parte da terra privada de Cavalcante foi comprada pela prefeitura, sendo inicialmente uma área total de 1.431,6602 ha destinada ao assentamento de famílias desabrigadas e reassentamento destas comunidades ribeirinhas atingidas pelo desastre ocorrido no ano de 2014, de acordo com o decreto nº 13.697/2014. Porém, em 2017 o decreto é revogado pelo decreto nº 14.093/2016 que desmembra da área anteriormente citada uma área de 60 hectares destinada ao assentamento das comunidades atingidas pelo desastre.

Além da compra da terra era previsto no plano que outras ações referentes a infraestrutura fossem feitas, como o apoio na construção das casas, a construção da escola e do posto de saúde, a instalação dos postes de energia e saneamento, além do apoio em assistência social e assistência técnica na agricultura. Porém, pouco disso foi posto em prática até o momento, sendo que o que se tem na comunidade foi construído e organizado pelos próprios moradores. A Figura 5.8 retrata algumas das casas que foram construídas na comunidade após a decisão dos ribeirinhos de permanecerem no território.

**Figura 5.8** Casas em Cavalcante construídas pelos próprios moradores



Fonte: Julia Martins Pereira (2017).

Cavalcante não possui escola, sendo necessário que as crianças, jovens e adultos em idade escolar se desloquem aproximadamente onze quilômetros<sup>41</sup> até São Carlos do Jamari para estudar, na margem oposta do rio Madeira. Segundo uma liderança da comunidade, ela já se mobilizou para que fosse construída uma escola no território, porém, a prefeitura retornou em ofício afirmando que o número de alunos não era suficiente para justificar a construção da infraestrutura na comunidade. Assim, para aqueles que estudam, é necessário o transporte fluvial diário viabilizado pela prefeitura, logística que se mostra frequentemente interrompida, sendo comum que os alunos de Cavalcante não consigam chegar até a escola em boa parte do período escolar.

Em 2018 foi descoberto um esquema de corrupção entre a prefeitura de Porto Velho e a empresa Flecha, responsável por realizar o transporte dos alunos (G1, 2018). Segundo um morador, desde então os alunos deixaram de ter acesso a esse transporte e ficaram sem ir às escolas, inicialmente pelo escândalo de corrupção, depois pela falta de contratação de outra empresa e, mais recentemente, pela pandemia. O comunitário ainda pontuou que os

---

<sup>41</sup> Distância calculada a partir do *software* QGIS versão 3.10.13.

funcionários da antiga empresa de transporte, alguns deles residentes de Cavalcante, ainda não receberam seus salários dos últimos meses de trabalho. Além da interrupção constante nos estudos, também existe uma insegurança por parte dos pais de mandar seus filhos pequenos para São Carlos do Jamari por conta da travessia perigosa no rio Madeira, principalmente em dias de temporal. Dessa forma, é comum os pais com maiores condições financeiras optarem por se mudar para Porto Velho para que seus filhos possam concluir os estudos.

A infraestrutura escolar não é a única com deficiência na comunidade. O posto de saúde, por exemplo, foi construído pelos próprios moradores, em mutirão, para que as agentes de saúde, que teoricamente vão à Cavalcante a cada quinze dias, pudessem ter uma infraestrutura mínima para atendimento. Para casos em que é necessário um atendimento médico, as pessoas se deslocam por aproximadamente 30 minutos para São Carlos do Jamari ou até mesmo para Porto Velho, uma viagem que dura em torno de 5 horas. A captação da água, destinação do esgoto e de resíduos sólidos também foram improvisadas pela própria comunidade e não respeitam as recomendações de tratamento e distanciamento entre elas (NAPRA, 2021).

A falta de energia é a pauta mais demandada pela comunidade, já que em suas terras de origem, tanto em Curicacas como em Terra Caída, já se havia conquistado energia através do Programa Luz para Todos do Ministério de Minas e Energia. Em contrapartida, em Cavalcante, desde seu surgimento em 2014, as pessoas se organizam sem qualquer auxílio do governo para ter energia em suas casas. Compraram geradores, individuais ou compartilhados entre algumas famílias, e gastam uma quantia altíssima de dinheiro mensalmente com a compra de diesel, combustível que abastece os geradores. Por conta do alto custo, a maioria das casas possui energia apenas durante um período do dia, o que inviabiliza o uso de geladeiras em um local tão quente (NAPRA, 2021), cujas consequências são fáceis de compreender. Para os que possuem mercadinhos na comunidade e conseqüentemente necessitam de energia durante todo o dia ou grande parte dele por conta das mercadorias, os gastos chegavam a ser superiores a 700 reais mensais durante o ano de 2019 (NAPRA, 2021). Segundo um dos entrevistados, esse valor já é superior devido ao aumento do preço dos combustíveis e, atualmente, tem pessoas que gastam 50 reais por dia, o que dá aproximadamente 1500,00 reais por mês somente para essa finalidade.

Para além da infraestrutura comunitária, a comunidade tem uma organização própria e possui aproximadamente 120 famílias (SEMUR, 2021). Suas fontes de renda são bem variadas, alguns pescam, outros cultivam a terra, coletam produtos da floresta e há ainda os

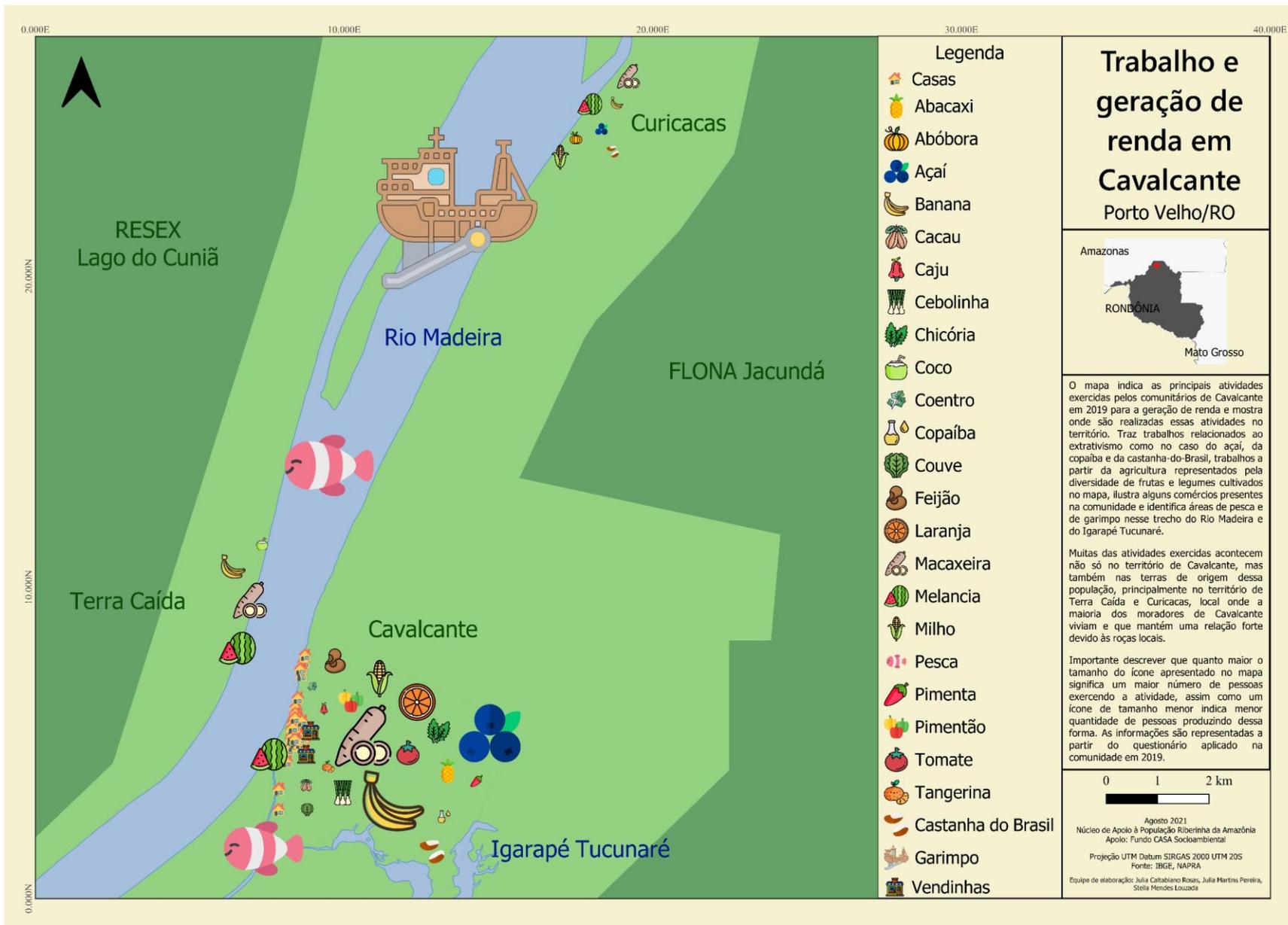
que possuem seu negócio próprio na comunidade, que são caracterizados pela venda de produtos variados, desde industrializados até pescados e cultivos locais (NAPRA, 2019). Outra atividade que tem ganhado força na comunidade é o garimpo de ouro no rio Madeira, sendo colocada pelos moradores, diante das dificuldades e limitações impostas, como uma alternativa para a sobrevivência. É, inclusive, muito comum que uma pessoa desenvolva mais de uma dentre as atividades citadas. A Figura 5.9 é um dos produtos do projeto “*Visibilidade territorial e fortalecimento comunitário: diagnóstico socioambiental e cartografia social na comunidade de Cavalcante*”<sup>42</sup>, realizado pelo NAPRA em 2021, e representa essas atividades desenvolvidas pela comunidade. Os tamanhos dos ícones não representam o volume da produção, mas sim a quantidade de pessoas que se dedicam à atividade.

Nota-se, a partir da Figura 5.9, que muitas famílias ainda possuem suas plantações nas comunidades em que viviam antes da enchente de 2014. Segundo os moradores, isso se dá principalmente porque a área de Cavalcante não é suficiente para que todos consigam um espaço satisfatório para produzir seus alimentos. Além disso, embora estejam na nova comunidade desde 2014, ainda não foram delimitadas nem identificadas as extensões que cabem a cada uma das famílias, as quais ainda aguardam o parecer da prefeitura para que tenham segurança de promover melhorias nas suas casas, lotes e roçados, sem risco de perderem o investimento realizado. Apesar da regularização de Cavalcante como um assentamento, em abril de 2021, os lotes ainda não foram divididos entre as famílias e, segundo uma liderança da comunidade em entrevista, ela vai frequentemente até a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo (SEMUR) para cobrar essa delimitação, mas a resposta nunca é positiva. Essa demora gera desânimo entre os moradores, já que eles esperam por essa divisão para realizarem melhorias nas suas casas com maior segurança de posse do terreno. Além disso, a promessa de continuidade de realização dos direitos da comunidade por parte da prefeitura ainda não aconteceu e as infraestruturas básicas são quase inexistentes na comunidade.

---

<sup>42</sup> O projeto foi desenvolvido pelo Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia, em paralelo à realização desta pesquisa, cujas autoras participaram da equipe.

**Figura 5.9** Mapa de trabalho e geração de renda em Cavalcante



Fonte: NAPRA (2021).

A organização territorial de Cavalcante é complexa, principalmente por ser um território composto por pessoas que já tinham sua vida estabelecida em outras comunidades. Dessa forma, essa diversidade de origens fica estampada até mesmo na sua organização socioespacial, sendo que de um lado da comunidade ficam as pessoas oriundas de Curicacas e, de outro, de Terra Caída. Essa divisão territorial é mais nítida com relação a essas duas comunidades visto que são as majoritárias presentes no território. Já as outras pessoas originárias de comunidades como Brasileira e São Carlos do Jamari estão espalhadas no território. A separação geográfica é notada também no cotidiano dos moradores, sendo comum, por exemplo, aqueles oriundos de Curicacas, que vivem em uma parte mais baixa da comunidade, dizerem algo como “não sei como está o povo lá de cima, faz muito tempo que não vou pra lá”.

Essa divisão não é notada apenas na separação espacial do território, como também nas formas organizativas da comunidade. Apesar da tentativa por parte de alguns moradores em organizar a “Associação de Produtores Rurais, Pescadores e Extrativistas - APROPEX”, que tem a proposta de incluir todas e todos de Cavalcante, ela ainda não é forte o suficiente para cumprir o papel de unificar toda a comunidade. Dessa forma, associações dos locais originários dos moradores de Cavalcante ainda existem e se mantêm ativas, como é o caso, por exemplo, da “Associação de Moradores e Produtores de Curicacas – ASCOMPRAC”. Vale ressaltar que a participação em grupos e coletivos é baixa na comunidade em geral, sendo que apenas 28,75% da comunidade pertence às associações e, dentre as pessoas que pertencem às associações, a grande maioria delas trabalha com agricultura (NAPRA, 2021).

## **5.2. Pressões, ameaças e seus sintomas em Cavalcante**

As dinâmicas estabelecidas atualmente em Cavalcante não são por acaso, mas sim desdobramentos da colonização da região que perduram até hoje. Dessa forma, o histórico de formação da comunidade foi apresentado anteriormente para que seja possível entender o contexto em que ela está inserida e, neste item, mapear as principais intervenções no território de estudo e seus respectivos impactos. Retoma-se os conceitos de pressão e ameaças, apresentados no item *Relações de poder: expressões de pressões e ameaças no território Amazônico*, sendo a primeira “àquelas atividades que estão em processo de instalação e cujos impactos podem ser medidos; enquanto as ameaças referem-se a projetos e investimentos planejados, cujas características permitem calcular seus impactos futuros” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2021, p. 06).

A partir da bagagem de vivência em território, das entrevistas realizadas e da participação em reunião do NGI Cuniã-Jacundá, notou-se uma complexidade e variedade muito grande de pressões e ameaças no território, sintetizadas na Figura 5.10. Em verde, estão representadas as áreas de pastagem para o gado, visto que a pecuária é uma atividade muito praticada na região e tem crescido exponencialmente a cada ano. Em amarelo, são as áreas potenciais de exploração e de atuação de indústrias extrativistas de minério. Também foram identificadas por símbolos as vias (ferroviárias e rodoviárias), as três hidrelétricas e os municípios considerados como polos de extração de madeira.

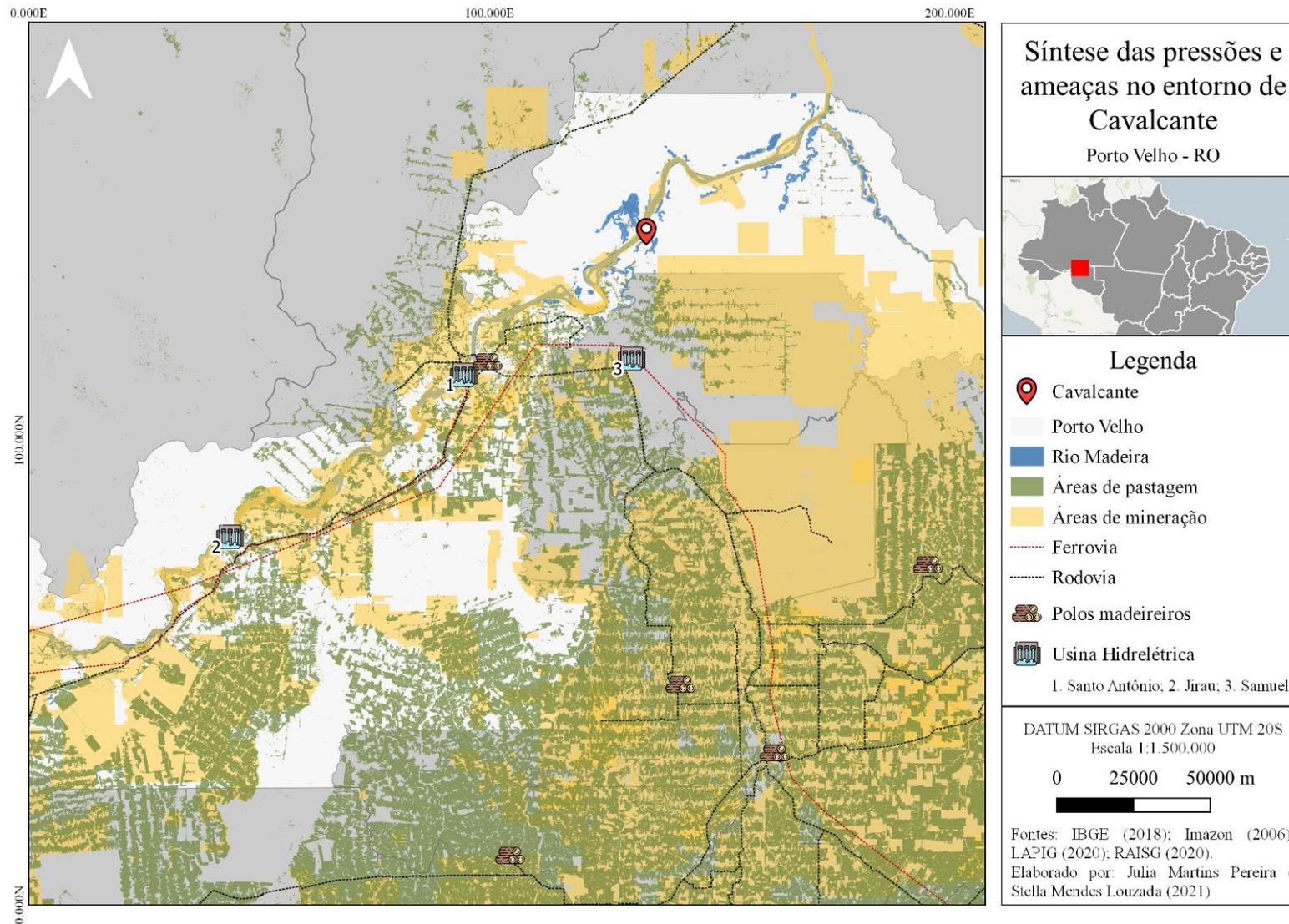
Além de todas essas pressões representadas visualmente no mapa, outro ponto colocado durante as entrevistas com os membros da comunidade foi com relação à ausência do Estado em diversos âmbitos no território. Segundo uma das falas, a comunidade é “nova, mas não tão nova... mas sim esquecida pelo poder público, porque no momento não tem nada aqui”. A espera para a regularização dos lotes das famílias se estende desde 2014 até hoje e, por conta disso há um grande entrave para construção de infraestruturas, como apontado anteriormente. Assim, a comunidade continua cobrando e esperando as propostas de políticas públicas que atuem nas necessidades básicas de acesso à saúde, saneamento, educação, infraestrutura e lazer cheguem na comunidade para proporcionarem melhorias na qualidade de vida.

O que todas essas pressões, que são as atividades já implementadas no território, possuem em comum é a forma como foram inseridas ali. Não houve diálogo com escuta ativa<sup>43</sup> com as comunidades que foram atingidas pela alteração da dinâmica do rio durante a instalação das hidrelétricas, o que marca de maneira emblemática a desigualdade na tomada de decisão. Não há diálogo quando se inicia uma atividade mineradora na região. Não há diálogo na implementação de áreas de pastagens para a criação de gado. E pelo cenário estabelecido, a conversa continuará não existindo no avanço de todas essas atividades, que permanecem sendo uma constante ameaça para quem ali vive.

---

<sup>43</sup> Entende-se por escuta ativa não apenas ouvir com os ouvidos o que o outro tem a dizer, mas sim escutar atentamente, com todos os sentidos. Ela permite maior compreensão dos argumentos de quem fala e contribuições no estabelecimento de um diálogo.

**Figura 5.10** Mapa síntese das pressões e ameaças no entorno de Cavalcante



Fonte: Elaboração própria.

Além da escuta ativa não acontecer, as comunidades ainda ficam apenas com os prejuízos dessas pressões. A energia gerada pelas usinas hidrelétricas é destinada, através das linhas de transmissão, até a cidade de Araraquara, no interior de São Paulo, enquanto Cavalcante permanece tendo que abastecer seus geradores à diesel para conseguir ter luz em suas casas, a custos cada vez mais altos. A carne produzida nas pastagens é majoritariamente destinada à exportação. O ouro extraído do rio Madeira também não fica para a comunidade. A madeira extraída em grande escala não é cedida para as comunidades fazerem suas casas e canoas. Ou seja, os benefícios são todos destinados para os detentores do poder, os capitalistas, investidores e proprietários dessas grandes empresas<sup>44</sup>, que estão em constante crescimento e enriquecimento em detrimento daqueles que ficam com todos os prejuízos diretos das atividades.

As pressões e ameaças no entorno do território são diversas e o mapa síntese delas da Figura 5.10 tem a proposta de ilustrar o contexto geral em que a comunidade está inserida. Optou-se por aprofundar sobre os sintomas das duas pressões que foram mais enaltecidas durante as entrevistas com a comunidade, sendo elas as enchentes no rio Madeira e a crescente evolução do desmatamento. Ao se perguntar para as lideranças comunitárias sobre as pressões, elas não citaram diretamente a atividade pecuária, já que, para eles, o que mais é latente, que está presente no dia-a-dia, é o desmatamento que avança cada vez mais. Essa relação direta entre a pecuária e o desmatamento foi identificada durante a reunião do conselho das Unidades de Conservação e confirmada pelo mapa criado. Assim, como a principal causa da retirada de floresta é a atividade pecuária, ela é considerada enquanto a pressão e o desmatamento seu sintoma. Dessa forma, foram sinalizadas as áreas de pastagem na Figura 5.10 e não as áreas desmatadas. Esse cenário é diferente quando se trata das hidrelétricas e enchentes do rio madeira, nesse caso, não é a enchente (sintoma) que ganhou destaque nas conversas, mas sim as próprias hidrelétricas (pressão).

---

<sup>44</sup> No caso das Usinas Hidrelétricas do Madeira, são dois diferentes grupos que possuem a concessão. A concessão da UH Jirau, é do consórcio “ESBR - Energia Sustentável do Brasil”, formado pelas empresas Suez Energy (GDF Suez, atual Engie), Eletrosul, Chesf e Camargo Corrêa (ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A, 2021). Já a UH Santo Antônio, a construção e operação é de responsabilidade da Santo Antônio Energia, atualmente quarta maior geradora hídrica do país, consorciada pelas empresas Odebrecht Energia do Brasil, SAAG Investimentos, Furnas Centrais Elétricas, Cemig e Caixa FIP Amazônia Energia (SANTO ANTONIO ENERGIA, 2021).

### 5.2.1. A grande cheia de 2014 e suas incertezas

O rio Madeira, assim como os diversos rios amazônicos, é sinônimo de vida para os que ocupam seu entorno. É dele que parte alimento através da pesca, traz fertilidade para as plantações de várzea. É ele que serve de transporte e comunicação entre outras localidades. Em suma, o rio está presente cotidianamente na vida da comunidade ribeirinha e existe uma relação muito grande de confiança entre as pessoas e o rio. Como dito pelo historiador rondoniense Teixeira (2008, p. 233) é um “elemento básico na constituição de diversas sociedades humanas ao longo de um período que vai do século XVII ao século XXI”.

As comunidades entendem e respeitam cada etapa das águas, os períodos de cheias e secas, se adaptam e tradicionalmente já se planejam sabendo como o rio se comporta. Durante as conversas com membros da comunidade de Cavalcante foi explicado que o ciclo de cheia e vazante do rio impacta diretamente o plantio da comunidade. Até dezembro é retirado tudo que se plantou, pois a água começa a subir e é a época que vai se consumir mais peixe e farinha de macaxeira. Quando o rio começa a secar retorna-se o plantio na margem (Figura 5.11), onde planta-se melancia, milho, macaxeira, abóbora, o que se adequar melhor para o momento, funcionando como uma rotação de culturas. Com a enchente do rio Madeira de 2014, a dinâmica do rio mudou drasticamente, plantações foram completamente perdidas por conta do avanço muito rápido da água e uma insegurança se instalou entre os que vivem na beira.

**Figura 5.11** Cultivo de milho na margem do rio Madeira no período de vazante



Fonte: Julia Martins Pereira (2017).

Como introduzido no item *Caracterização de Cavalcante*, em 2014 houve uma cheia histórica no rio Madeira, ocasião em que a cota do rio chegou a 19,74m, o maior valor já presenciado. Sua causa gerou muito debate e conflitos de interesse, uns dizem que a cheia ocorreu devido ao volume muito alto de chuvas nas nascentes do rio Madeira o que culminou numa elevação das águas de forma muito intensa, outros dizem que foi uma junção entre a justificativa anterior e o represamento das águas e abertura simultânea das comportas das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau para aliviar a carga de água que iria prejudicar o funcionamento do empreendimento. Os questionamentos relativos à abertura das comportas já estavam sendo feitos às usinas desde antes das águas atingirem as cotas máximas, como apresentado em reportagem do dia 17 de fevereiro da *Amazônia Real* (2014).

De acordo com a Controladoria Geral da União (2014), a situação do rio Madeira que afetou cerca de 9.309 pessoas alcançou diferentes estágios ao longo dos meses de cheia<sup>45</sup> naquele ano. Em dezembro de 2013, o INPE registrou precipitações hídricas altas nas cabeceiras dos rios Beni, na Bolívia, e Madre de Dios, no Peru, esses que são os principais formadores do rio Madeira. Em 03 de janeiro de 2014, o rio Madeira atinge a zona de atenção para o pico de cheia, em 11 de fevereiro já mostra estado de alerta, atingindo a marca de 14,12 metros, valor próximo a média anual da cheia que em momentos normais só aconteceria pelos fins de março.

Em 12 de fevereiro o rio atinge a cota de transbordamento com 17,02 metros e em 13 de fevereiro o governo do estado de Rondônia decreta estado de emergência nos municípios de Porto Velho, Guajará Mirim e Nova Mamoré. Com os níveis d'água aumentando rapidamente em 27 de fevereiro, com a cota de 18,5 metros, a prefeitura de Porto Velho decreta estado de calamidade pública pelo Decreto nº 13.420.

Em março o rio continuou a subir alcançando no dia 30 3,06 metros acima do valor de transbordamento e permanecendo acima da cota de 19 metros até 10 de abril. Ressalta-se que em 04 de abril o governo estadual decretou calamidade pública em todo estado de Rondônia, reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional apenas em dia 30 de abril de 2014.

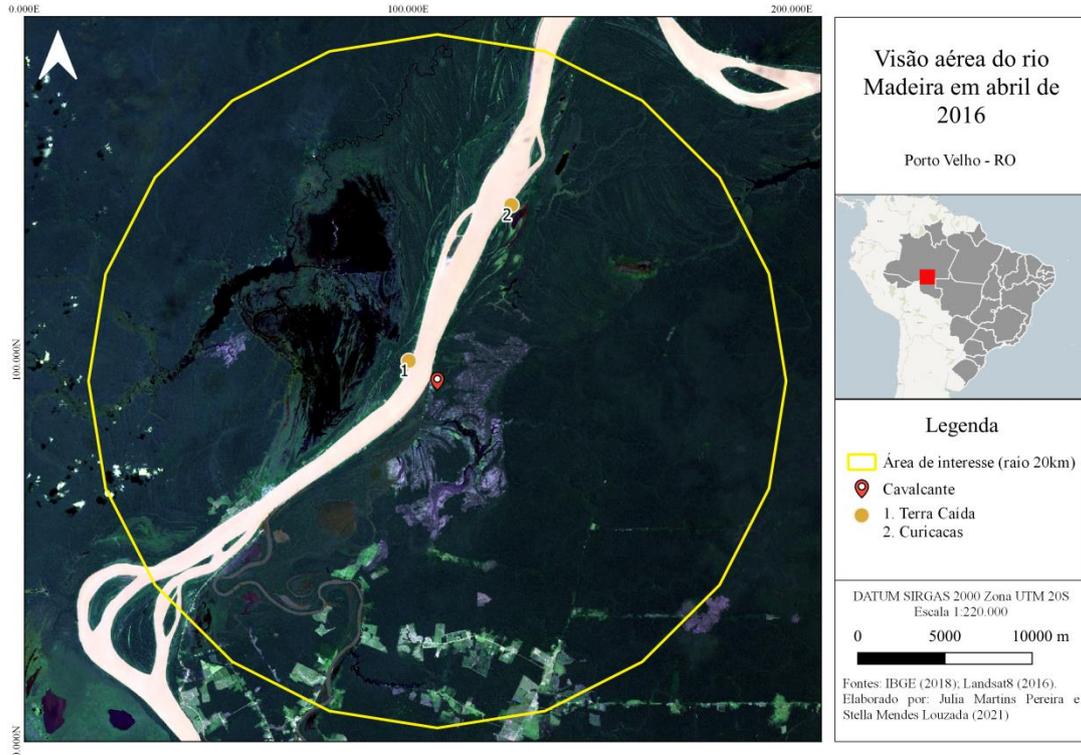
Para complementar os dados divulgados pela defesa civil e trazendo para uma área próxima à comunidade de estudo, fez-se uma comparação visual/qualitativa através de imagens do satélite Landsat8 nas datas de 29 de abril de 2016 (período de cheia do rio Madeira após a data da tragédia) e de 08 de abril de 2014 (período da enchente quando o rio

---

<sup>45</sup> Período de cheia considera os meses de chuva na região durante os meses de dezembro a abril.

se mostrava acima da cota de 19m), para um raio de 20 km a partir de Cavalcante, demonstrados nas Figuras 5.12 e 5.13, respectivamente.

**Figura 5.12** Mapa da visão aérea do rio Madeira em abril de 2016



Fonte: Elaboração própria.

**Figura 5.13** Mapa da visão aérea do rio Madeira em abril de 2014



Fonte: Elaboração própria.

A área de interesse apresentada nas figuras, assim como a cidade de Porto Velho e os demais distritos do baixo Madeira se localizam na Planície Amazônica, são em geral mais planas e exatamente por isso tiveram grandes extensões até mesmo distantes do rio, atingidas por água em 2014.

É possível visualizar na Figura 5.12 o rio Madeira em uma cor mais esbranquiçada no centro do mapa, os igarapés da margem direita e o lago do Cuniã na margem esquerda de cor mais escura. Essa imagem mostra o curso d'água em uma situação normal de cheias na região e comparado com a Figura 5.13 percebe-se um alargamento na calha do rio e uma invasão das águas nas margens e no lago, atingindo diversas comunidades ribeirinhas, inclusive Curicacas e Terra Caída, que foram completamente cobertas pela enchente.

A cor alaranjada presente na Figura 5.13 mostra que não foi só água que cobriu essa região, mas também sedimento arenoso que foi levantado do fundo do rio e depositado por toda extensão coberta por água. O lago do Cuniã (margem esquerda), cujas águas não se misturavam com a do rio Madeira, e a comunidade de Curicacas (margem direita) ganham destaque pela invasão da água com sedimentos, resultando na cor alaranjada de seus igarapés e lagos em 2014.

Alguns valores de área foram estimados a partir da comparação com as imagens de satélite de 2016 e 2014. A Figura 5.14 ilustra os corpos d'água da área de interesse durante uma cheia comum (2016) e em amarelo destaca-se onde as águas alcançaram durante a enchente de 2014. Esses corpos de água foram calculados a partir das imagens de satélite das Figuras 5.12 e 5.13.

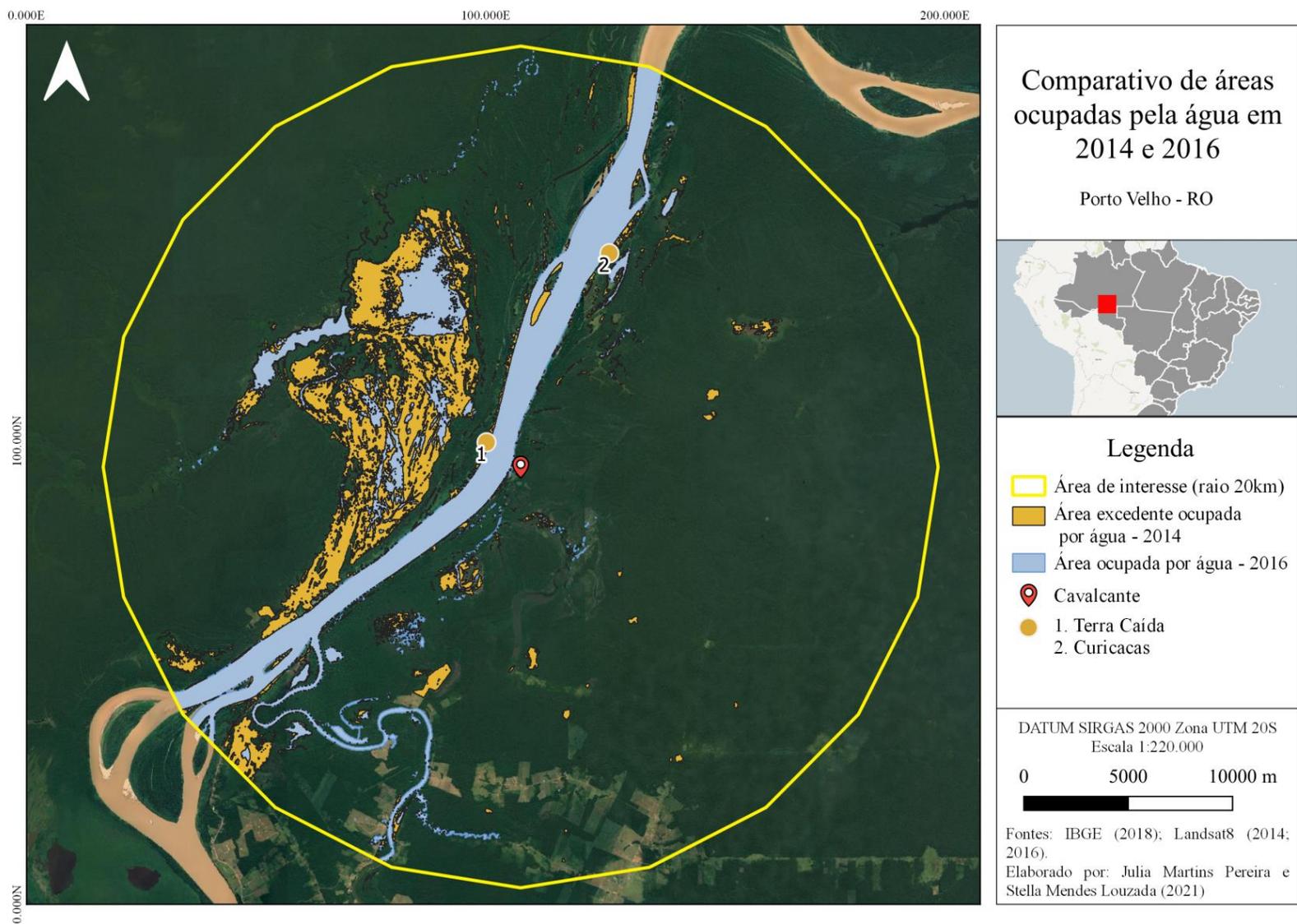
O mapa apresentado na Figura 5.14 mostra que as águas destacadas em azul se referem a uma área calculada de 9.443 hectares, já em 2014 a extensão coberta por água se refere a uma área total de 17.642 hectares, um aumento de quase 50% da área ocupada geralmente, como exposto na Tabela 5.1.

**Tabela 5.1** Dados de área ocupada pelos corpos d'água em abril de 2014 e 2016

<b>Área ocupada por água</b>	<b>Área (m<sup>2</sup>)</b>
2014	176423022,10
2016	94431911,08
<b>% da área ocupada a mais em 2014</b>	47,26%

Fonte: Elaboração própria.

**Figura 5.14** Mapa comparativo de áreas ocupadas pela água em 2014 e 2016



Fonte: Elaboração própria.

Além das áreas mensuráveis existem perdas difíceis de calcular. Uma das comunitárias, como indicado anteriormente, citou que quando o rio começou a subir algumas pessoas não acreditavam que ia chegar à altura que chegou e não queriam sair de suas casas. A água subiu extremamente rápido, fazendo com que as pessoas saíssem às pressas, com a água já no meio de suas casas (Figura 5.15), sem poder salvar seus pertences. A comunidade de origem, no caso da moradora de Curicacas, já era uma comunidade bem estabilizada, com luz, com plantio, com farinha, e tudo isso foi perdido com a cheia. Quando a água começou a subir, os moradores foram procurar auxílio nos distritos próximos de Nazaré e São Carlos, mas ninguém soube auxiliar, ninguém se dizia responsável pela comunidade. Os moradores tiveram que buscar terras mais altas por sua conta e foi assim que chegaram a Cavalcante.

**Figura 5.15** Invasão da água no distrito de São Carlos



Fonte: Caderno Nova Cartografia (2014).

Nas falas de moradores de Cavalcante foi destacada a insegurança de voltar para os territórios de origem, principalmente Curicacas e Terra Caída, que foram completamente cobertas pela água e por sedimentos. Porém, mesmo sem o retorno definitivo, os comunitários ainda mantêm uma relação de zelo e de cultivo nas terras, possuem suas roças e vão quase que diariamente trabalhar nelas. Para morar eles citam a esperança de melhores infraestruturas

virem a Cavalcante, uma terra alta onde a água não chegaria em caso de outra enchente daquelas proporções.

Essa insegurança é muito válida, já que em 2019 uma nova enchente atingiu Porto Velho e as comunidades do rio Madeira. Dessa vez as cotas atingiram níveis mais baixos do que em 2014, quando chegou a 19,74 metros, mas ainda assim impactaram mais de 6.000 pessoas nas áreas urbanas e rurais de Porto Velho. A cota do rio chegou à medida de transbordamento em 02 de março e alcançou o nível máximo de 17,35 metros, 2,39 metros abaixo do atingido em 2014. Em Porto Velho, os bairros do *Cai N'Água*, *São Sebastião*, *Triangulo* e *Nacional* foram impactados e todos os distritos do Baixo Madeira também (G1 RO, 2019).

A ameaça constante de novas cheias existe e precisa ser entendida como uma realidade ao se pensar planos e estratégias para proteger as comunidades beradeiras. Cavalcante se mostra um local promissor, que garante segurança aos que ali vivem, porém precisam de auxílio, de estrutura, de luz, água e saneamento básico. Diz uma das lideranças da comunidade que:

*As pessoas querem essa área de terra para que futuramente elas possam dividir com os filhos né, não ter que ficar indo, invadindo, desmatando outros cantos, sendo que já vai estar com sua área de terra garantida, com estrutura pra nossa vila, com água, com luz. Garantindo o plantio, trabalhando em suas terras, protegidos de outras cheias, que a gente não sabe se foi só a de 2014 ou se de uma hora pra outra surgir uma outra cheia igual. Vão poder criar uma galinha, até um porco, elas vão poder fazer uma hortazinha, plantar manga, açaí... O que cada um determinar e achar que é certo (Comunitária de Cavalcante, 13 de outubro, entrevista remota).*

### 5.2.2. O desmatamento e a alteração na dinâmica da floresta

Assim como a insegurança com a construção das hidrelétricas e de possíveis novas enchentes, a comunidade também se coloca preocupada com o crescimento do desmatamento na região e, conseqüente, com novas alterações na dinâmica da floresta. O desmatamento é uma das principais evidências das transformações que ocorrem em grande escala da Amazônia e tem alcançado números cada vez mais alarmantes no bioma (RAIG, 2020). Foi trazido no item *Relações de poder: expressões de pressões e ameaças no território Amazônico* alguns dados quantitativos referentes ao desmatamento na Amazônia Legal e, para complementar essa informação, a proposta é aprofundar um pouco mais sobre essa realidade na região da comunidade de Cavalcante e estabelecer um paralelo ao exposto anteriormente.

O desmatamento é entendido enquanto um sintoma de pressões e ameaças que atuam em determinado território. No entorno de Cavalcante, como apresentado na Figura 5.16, ele se

expressa enquanto um sintoma das atividades que estão em processo de instalação e, portanto, enquanto uma pressão. Ademais, essas atividades irregulares também possuem uma perspectiva de crescimento e avanço na floresta cada vez maior. Assim, também pode ser interpretado como uma ameaça no interior do território destinado para o assentamento das famílias atingidas por barragens.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais registra o desmatamento no bioma desde 1988. Ao se acompanhar anualmente o avanço, é possível identificar que é um processo extremamente dinâmico que se desloca na maioria das vezes do Sul ao Norte. Também é notório que as áreas desmatadas dentro das UCs são poucas e, ao sobrepor esse mapa com o zoneamento ecológico da Floresta Nacional de Jacundá, foi possível identificar que essas áreas desmatadas são as zonas de recuperação da FLONA, portanto provavelmente<sup>46</sup> já estavam desmatadas antes de 2004, ano de implementação da UC.

A comunidade de Cavalcante, no centro da imagem, está relativamente protegida pela FLONA Jacundá, que ajuda na contenção da devastação. Porém, esse cenário não tranquiliza em nenhum aspecto os moradores da comunidade. Em conversa com uma das lideranças, foi apontado que há muito tempo buscam alarmar os órgãos federais sobre o avanço da destruição ambiental no entorno da comunidade.

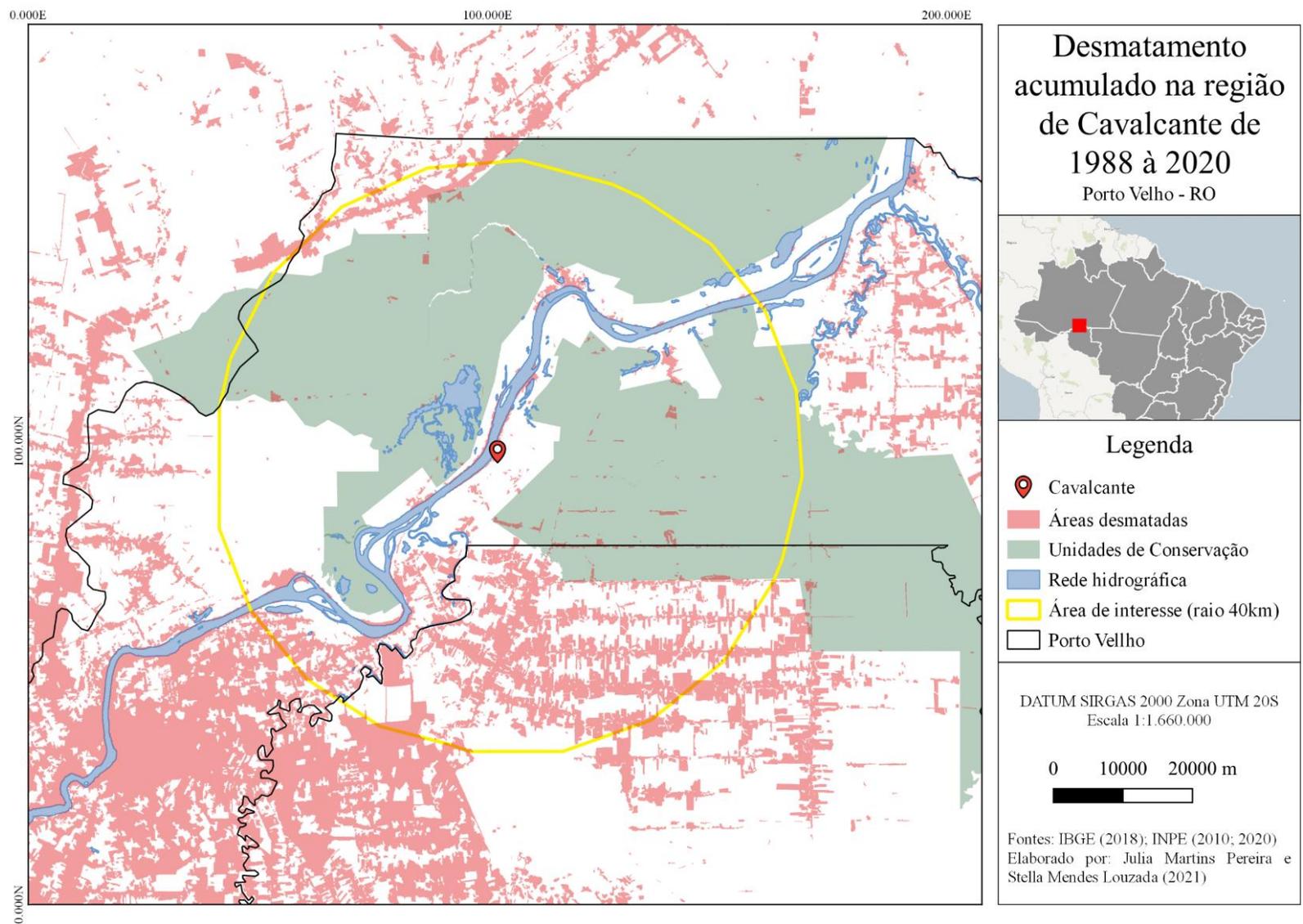
*Eu imagino assim, eles tão querendo combater o pessoal de criação de gado, mas eles tinham que prevenir que aquilo acontecesse lá na nossa comunidade. Antes da cheia de 2014, nós falamos, nós falávamos direto, gente o pessoal tá entrando ao redor, tá apertando nós, eles tão fazendo roçado, eles tão plantando capim que é pra mais adiante colocar gado. Eu falava e eles nunca ligavam, aí agora que a coisa tá feia igual eles falam que não sabem nem o que fazer, aí eles vão estar preocupados? (Comunitária de Cavalcante, 13 de outubro, entrevista remota).*

A fala da moradora traz um cenário de quem acompanha há muito tempo as dinâmicas da região e que nota a intensificação desse processo ano a ano. Para complementar essa informação trazida por ela, os valores representados no mapa foram diluídos anualmente no período de 2010 à 2020. A área total considerada como base para a realização dos cálculos foi a área identificada como de interesse e compõe um raio de 40 km a partir da comunidade de Cavalcante. A Tabela 5.2 traz os valores da área desmatada, em quilômetros, dentro do círculo amarelo do mapa da Figura 5.16.

---

<sup>46</sup> Não é possível afirmar com certeza pois os dados georreferenciados do INPE referentes aos anos de 1988 à 2007 foram agrupados todos juntos. Dessa forma, não se identificou os anos de desmatamento das respectivas áreas. A partir de 2008, o instituto passou a apontar os anos de desmatamento de cada área.

**Figura 5.16** Mapa de desmatamento acumulado na região de Cavalcante de 1988 à 2020



Fonte: Elaboração própria.

**Tabela 5.2** Área total desmatada por ano dentro da área de interesse

Ano	Área desmatada (km <sup>2</sup> )
2010	6,79
2011	7,32
2012	8,63
2013	21,02
2014	14,10
2015	19,42
2016	40,38
2017	46,71
2018	28,11
2019	30,14
2020	47,16

Fonte: INPE (2008, 2021). Dados tabulados pelas autoras.

Ao se analisar as áreas desmatadas na região, nota-se desde 1988 um padrão de crescimento cada vez maior. Quando se acompanha o período de 2010 a 2020, apesar de algumas oscilações entre os anos, nota-se que, assim como em toda a Amazônia, o padrão é de um grande crescimento do desmatamento na área de interesse. Essa expansão se dá praticamente em sua totalidade em áreas que não são unidades de conservação, ou seja, em propriedades privadas ou em terras devolutas da União. Dessa forma, estas últimas, áreas não destinadas que estão sob responsabilidade do Estado, estão sendo destruídas, restando cada vez uma parcela menor de área preservada, como pontua uma moradora da comunidade.

*Na comunidade Cavalcante, aquela passagem que entra pro [igarapé] Tucunaré, tem desde deputado lá, com área de terra dizendo que é dele. E aí o que que ele tá fazendo lá: ajeitando, desmatando pra criar gado. Já bem dizer em cima da gente e quem somos nós pra falar o que? Não é da União? Alguém foi lá, desmatou e vendeu um pedaço de terra pra ele, não tendo documentação, mas lá eles fazem uso de uma documentação via GPS e acaba um dia sendo uma documentação legal. Eles fazem do jeito deles, pra quem tem dinheiro se torna uma coisa mais fácil (Comunitária de Cavalcante, 13 de outubro, entrevista remota).*

Como forma de complementar essa fala trazida pela liderança, que pontua a destruição das terras públicas e a grilagem<sup>47</sup>, organizou-se na Tabela 5.3 um panorama geral desse cenário na área delimitada como de interesse. Ela retrata uma análise do tamanho das áreas

---

<sup>47</sup> O termo grilagem surgiu através de uma prática antiga utilizada para envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Os papéis falsificados eram colocados em uma caixa com grilos para que, com o passar do tempo, a ação dos insetos resultasse em uma aparência envelhecida dos documentos (GREENPEACE, 2005).

dentro das Unidades de Conservação e fora delas e sua porcentagem em relação à área total do círculo em amarelo. As áreas “preservadas” são as que ainda possuem a floresta em pé, as “desmatadas” são as que o INPE identificou a perda da vegetação, identificadas em rosa na Figura 5.16 (acima) e as áreas denominadas como “água” são a somatória de rios, lagos e igarapés, identificadas em azul no mapa.

**Tabela 5.3** Classificação área de interesse

		Área (km <sup>2</sup> )	Porcentagem da área de interesse
UC	Preservada	2762,30	48,05%
	Desmatada	38,56	0,67%
	Água	104,03	1,81%
Áreas da União	Preservada	1850,06	32,18%
	Desmatada	691,91	12,04%
	Água	301,37	5,24%
<b>TOTAL</b>		5748,24084	100,00%

Fonte: Elaboração própria

Optou-se por calcular as áreas de rios, lagos e igarapés por ser uma área de interesse pequena e aferir diferença significativa no resultado total. Os dados apresentados mostram baixíssima porcentagem de locais desmatados no interior das Unidades de Conservação quando comparados à das demais áreas. Aproximadamente 40% da área preservada está fora de UC, sendo que grande parte desse número fica na beira do rio, locais onde vivem diversas comunidades ribeirinhas que convivem e mantêm a floresta em pé. Por outro lado, 94,72% da área desmatada está em áreas que não são unidades de conservação e cercam as pessoas que vivem na margem do rio. O padrão é esse e a tendência é que o avanço seja anualmente maior, podendo inclusive chegar de forma intensa dentro do território de Cavalcante.

É importante ressaltar que a forma de vida das populações na beirada do rio mescla a agricultura, a pesca, o extrativismo e a caça. Assim, a área delimitada como área da comunidade não é suficiente para que elas façam suas atividades diárias. Apesar do desmatamento ainda não chegar no território delimitado para a vida na comunidade, ele já atingiu áreas que a ela usa principalmente para pescar e extrair produtos da floresta.

A lógica dessa destruição na região segue a de muitos outros lugares na Amazônia, como já apontados por Carneiro Filho e Souza (2009). Em um primeiro momento, um grupo invade o território que tem interesse para expandir as suas atividades pecuárias. Em seguida, as madeiras com maior valor econômico são retiradas para a venda ilegal e é feita uma

primeira “limpa” do terreno. Quando este fica apenas com madeira que não possui mercado de venda, a queima acontece para que o fogo destrua o restante das árvores. Por fim, é plantado o capim e o agronegócio entra com o gado que terá sua carne majoritariamente exportada para outros países. No decorrer desse processo é que a grilagem das terras acontece, assim, no final, os grileiros estão com a posse ilegal dos territórios apropriados também ilegalmente.

Devido ao percurso do desmatamento na região, outra forma de se retratar as consequências da invasão das terras é através dos focos de calor, como apresentado na Figura 5.17, que são registrados diariamente pelo INPE. Diferentemente do mapa de desmatamento acumulado, retratou-se os focos de calor apenas para a área de interesse, pois obteve-se uma melhor abordagem visual no resultado final. O mapa apresenta os registros no período de 2010 à 2020, o que justifica o não aparecimento de focos de calor em áreas que possuem alto grau de desmatamento anterior à 2010. Ou seja, as áreas que possuem um alto grau de desmatamento no mapa da Figura 5.16, porém que não possuem alta concentração de focos de calor, são áreas que foram desmatadas antes de 2010<sup>48</sup>.

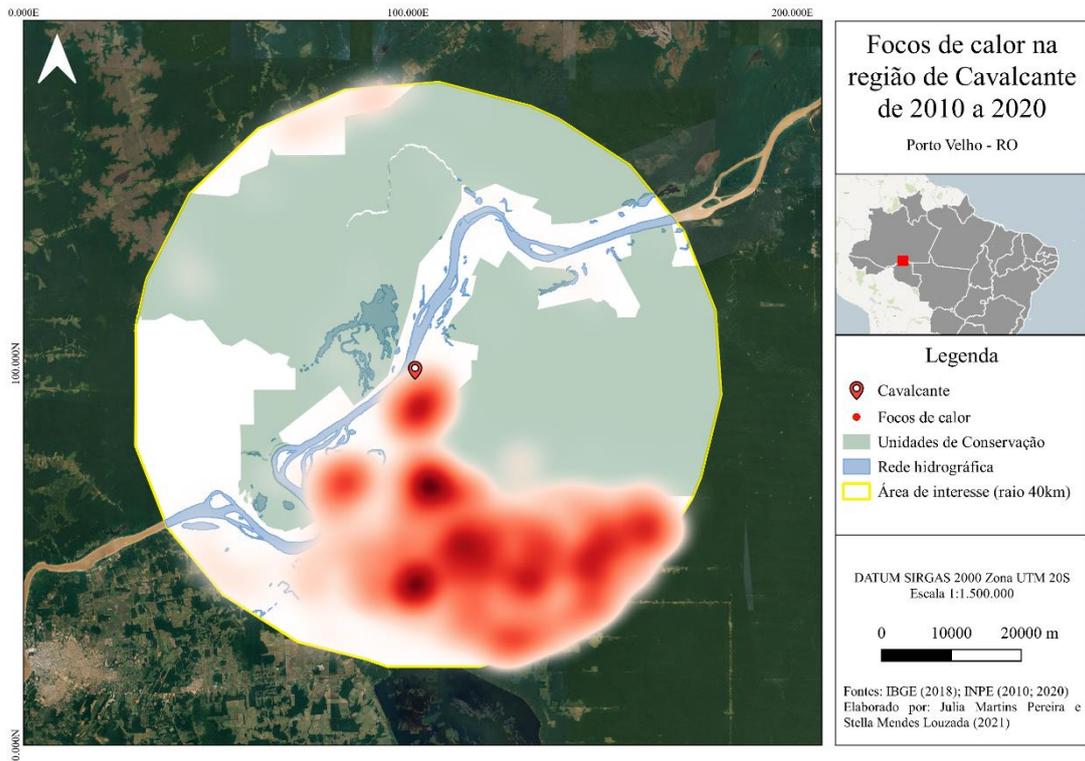
A Figura 5.17 retrata os focos de calor de 2010 à 2020 e, portanto, inclui o dia 10 de agosto de 2019, que ficou conhecido como “Dia do Fogo”, quando produtores rurais da região Norte do país iniciaram um movimento conjunto para incendiar áreas da maior floresta tropical do mundo (MACHADO, 2019). Ao se analisar os focos de calor anualmente, foi notado que a imensa maioria dos focos registrados próximos à Cavalcante ocorreram nesse período. O fogo intenso se alastrou de forma tão rápida que ocasionou, inclusive, na queima de uma casa da comunidade. A Figura 5.18 mostra o cenário em que o dia virou noite, presenciado pelas pesquisadoras em agosto de 2019, quando era de manhã e o sol já estava alto, mas não era possível enxergar a margem oposta do rio por conta da fumaça.

O cenário presenciado não foi uma situação isolada e episódios de queimadas intensas se tornam cada vez mais frequentes. Em entrevista, um morador da comunidade contou que neste ano de 2021 o fogo, “que veio de longe”, chegou a entrar na comunidade queimando algumas áreas. Ele também disse que conter as chamas é bem difícil, já que vem de áreas mais distantes, atravessa a região do igarapé Tucunaré e para somente quando encontra áreas de floresta menos densa ou quando chega na beirada do rio. Ele explicou também que a fumaça fica bem baixa, o que atrapalha a visão e dificulta a respiração principalmente das crianças.

---

<sup>48</sup> Essa informação foi confirmada com os dados georreferenciados do desmatamento acumulado disponibilizado pelo INPE.

**Figura 5.17** Mapa de focos de calor na região de Cavalcante (Porto Velho/RO) de 2010 a 2020



Fonte: Elaboração própria.

**Figura 5.18** Fumaça no rio Madeira em agosto de 2019



Fonte: NAPRA (2019).

A reunião do Núcleo de Gestão Integrada Cuniã-Jacundá em 2021 teve uma pauta exclusiva para tratar dos focos de incêndio na FLONA e seu entorno, além do andamento do processo de retirada de invasores grileiros da Floresta Nacional. Nela foi possível observar que o grande foco de trabalho atual de brigadistas do ICMBio que atuam na região tem sido para conter essas problemáticas.

A invasão de terras no interior da Unidade de Conservação, que é o primeiro passo dos grupos organizados responsáveis pela destruição da região, está acontecendo neste momento porque as áreas do entorno já foram praticamente todas invadidas e, para que os grileiros consigam continuar se apoderando de terras na região, a FLONA tem sido uma alternativa. É o padrão do “desbravamento” da região trazido no item *Histórico de ocupação da Amazônia* que se repete até os dias atuais. Segundo a presidente do conselho da gestão integrada, esses incêndios estão sendo motivados pelas alterações legais que estão acontecendo no país e, principalmente, no estado de Rondônia.

Segundo a presidente do conselho, os invasores vêm de diversas regiões do país, incluindo Paraná, Espírito Santo e São Paulo. Eles se organizam fortemente em grupos grandes, que possuem o mesmo modo de operação, seguem a mesma ordem do desmatamento que finaliza com o gado. Essas pessoas que estão na linha de frente das ocupações e que muitas vezes ficam ali em condições precárias, possuem lideranças dentro e fora dos acampamentos, são representadas por advogados financiados, por empresários e até mesmo por funcionários públicos. Muito provavelmente, essas pessoas são trabalhadores contratados para abrir a mata e formar a fazenda de quem está por trás da grilagem daquela terra. Quando recebem uma ordem para se retirarem do acampamento ilegal, é comum que se desloquem para outro local para que estejam livres de ação de desocupação determinada pela justiça federal, visto que está diretamente vinculada ao exato local do acampamento. As Figuras 5.19 e 5.20 foram apresentadas durante a reunião para ilustrar esses acampamentos e um dos grupos de invasores, respectivamente.

**Figura 5.19** Fotos aéreas do acampamento de invasores na FLONA



Fonte: ICMBio (2021).

**Figura 5.20** Foto do grupo de invasores da FLONA



Fonte: ICMBio (2021).

Essa história foi contada pela presidente do conselho sendo finalizada afirmando que atualmente esse grupo ainda está em um acampamento ilegal, porém agora nos arredores da FLONA e não mais dentro dela e, por isso, por enquanto, a situação estava mais “controlada”.

Nesse e outros momentos da reunião, percebeu-se que as pautas eram bem voltadas para o interior da Floresta Nacional e que a relação com o entorno é bastante falha. Uma liderança comunitária de Cavalcante que estava presente se colocou em diversos momentos pontuando que o que estava sendo exposto não era uma situação exclusiva da FLONA e que também queria saber de medidas sobre as outras áreas afetadas. Nesses momentos, os representantes do ICMBio não davam respostas satisfatórias, afirmavam que eles estão com pouco pessoal e que a equipe não é suficiente nem mesmo para fiscalizar a UC. Além disso, também não deram alternativas para as comunidades do entorno. Segundo a liderança, se o ICMBio olhasse o ser humano que mora nas comunidades do entorno, que são as principais afetadas por todas essas invasões e destruições, e ajudasse essas pessoas que mantêm a floresta em pé para continuarem vivendo dela e com ela, poderiam surtir melhores resultados.

### **5.3. R-existência em Cavalcante: modo de vida e reprodução camponesa**

Frente ao cenário exposto anteriormente, onde externalidades pressionam e ameaçam o território de Cavalcante, a comunidade através de seu modo de vida se mostra enquanto um embate a todas as dinâmicas apresentadas. Como visto no item *R-existência camponesa*, as práticas diárias se apresentam e se (re)criam dentro do modo capitalista de produção ao mesmo tempo que o sistema busca destruí-las. Dessa forma, será apresentado e discutido neste item o cotidiano que se materializa enquanto resistência no modo de existir no território.

O mapa apresentado na Figura 5.21 é um dos resultados do projeto realizado em paralelo a este trabalho. Ele foi realizado inteiramente por uma moradora de Cavalcante, que registrou um dia corriqueiro na comunidade, cabendo à equipe do projeto apenas a sistematização de todas as informações que ela passou. Segundo ela, a escolha do caminho é justificada por ele ser feito diariamente por algumas pessoas originárias de Curicacas e, por outras, com uma alta frequência (duas ou três vezes na mesma semana).

**Figura 5.21** Mapa do percurso cotidiano de uma moradora da comunidade de Cavalcante



Fonte: NAPRA (2021).

Alguns fazem o percurso de aproximadamente 13 quilômetros<sup>49</sup> para cuidar de suas plantações que ainda ficam na comunidade originária. Outros para pescar, caçar ou até mesmo para cuidar das casas antigas que tinham. Há ainda aqueles originários de Terra Caída, que também têm o costume de se deslocarem frequentemente para esta comunidade, que por sua vez possui uma distância de aproximadamente 2 quilômetros de Cavalcante. Apesar dessa maior proximidade, um dos entrevistados colocou que é um percurso bem perigoso por ser na margem oposta do Madeira e demandar a travessia do rio. Segundo ele, tem dias que faz o percurso de manhã, mas à tarde já não consegue mais voltar por conta do banzeiro<sup>50</sup> do rio, e acaba por dormir em Terra Caída.

Para a realização do mapa, Miracy, a moradora de Cavalcante e parceira do projeto, realizou a trilha e tirou fotos dos pontos que ela julgou mais importantes<sup>51</sup>. Em seguida, ela contou um pouco o porquê escolheu as fotos e o que ela quis passar de informação. Essas frases foram colocadas no mapa ao lado das imagens correspondentes e a partir delas é possível identificar diversas práticas camponesas existentes em um núcleo familiar e até mesmo entre as famílias da comunidade. O caminho foi feito pela moradora originária de Curicacas e, portanto, Terra Caída não apareceu no percurso. Já o igarapé Tucunaré, que também foi registrado no mapa, é um local onde todos da comunidade vão usualmente.

Outro ponto ressaltado foi a praia do rio Madeira, um banco de areia no meio do rio que surge na época de vazante e foi colocado como um lugar simbólico para a comunidade. O local, além do lazer, também é utilizado para a coleta de ovos de gaivota, aproveitados para alimentação. Em campo, em 2019, uma comunitária fez questão de mostrar o local e contou que só se pode pegar os ovos quando há poucos nos ninhos, para a garantia de que eles estarão bons para o consumo<sup>52</sup>. Além da praia, outro lazer muito presente na comunidade é o jogo de futebol que ocorre todos os dias no final de tarde, “de segunda a segunda”.

Outra foto que chama a atenção são as bananas que estão no barco. Elas foram colhidas em Curicacas para a posterior venda em Porto Velho, já que a comunitária estava indo para a capital resolver algumas questões e a comercialização iria ajudá-la com os custos da viagem. Essa é uma das formas de escoamento encontrada, porém nem sempre é viável a

---

<sup>49</sup> Essas distâncias de Cavalcante até as comunidades de origem foram calculadas utilizando o *software* QGIS versão 3.10.13

<sup>50</sup> O banzeiro são as ondas formadas no rio, seja pela chuva, seja por embarcações que passam.

<sup>51</sup> O aplicativo utilizado permitiu o georreferenciamento dos pontos registrados.

<sup>52</sup> Quando há muitos ovos no ninho, isso significa que eles já foram botados há um tempo maior e possivelmente já podem estar impróprios para o consumo.

viagem até a cidade para isso. Dessa forma, também existe a venda de diversos produtos dentro da própria comunidade para duas famílias em específico, que levam toda essa produção para Porto Velho em uma única viagem e vendem logo na chegada, no *Cai N'Água*. Outra forma que a comunidade encontra para conseguir escoar o produto é a venda com o barco em movimento, como conta uma das entrevistadas.

*Aquela venda que é perigosa pra nós, que é a venda nas embarcações, nas balsas, vai subindo e descendo o rio né. A balsa tá em movimento, aí a gente segue a balsa, mostra a melancia pro pessoal que tá lá, aí o pessoal fala: “vem”. E aí nós vai com eles, eles jogam a corda, e o barco em movimento, nós em movimento com a mercadoria na canoa e eles em movimento, não param, aí nós joga a corda, eles puxam, nós amarra com medo de acontecer alguma coisa, aí depois que tá tudo ok, nós sobre pra cima, negocia, vende pra 4/5 pessoa que tá junto e assim vai fazendo, nós vendemos muito assim esse ano (Comunitário de Cavalcante, 08 de outubro, entrevista remota).*

A produção vendida é cultivada por famílias e não há um local de produção coletiva. Porém, práticas de ajuda são muito presentes, como mostrada na fala da comunitária, representada na Figura 5.21, que conta sobre as trocas de dias de trabalho. O auxílio se materializa no roçado das áreas, na colheita das produções e também nas caronas até Curicacas e Terra Caída, para que a gasolina seja dividida entre as pessoas.

Além de todas essas práticas cotidianas que se apresentam como uma r-existência no território, a comunidade também se organiza para um embate mais direto principalmente com o poder público. Apesar do número não ser satisfatório, lideranças comunitárias participam de audiências públicas e de reuniões e se colocam nesses espaços pontuando as demandas da comunidade. Foi possível presenciar uma situação dessas na reunião do Conselho de Gestão Integrada Cuniã-Jacundá, quando uma representante de Cavalcante estava presente, por ser uma comunidade muito próxima à FLONA. Ela argumentou em diversas pautas, porém o retorno dos analistas do ICMBio presentes não foi satisfatório, principalmente pela falta de escuta ativa.

Outro exemplo, com relação à participação em audiências públicas, foi contado por um dos entrevistados que já esteve presente em algumas reuniões para demandar energia elétrica na comunidade, porém até o momento ainda nada foi feito. Ele também falou sobre a demanda da construção de uma escola na comunidade, que também não foi realizada pela alegação de que não há um número suficiente de crianças em Cavalcante.

A participação dessas lideranças em espaços colaborativos mostra a esperança de resultados para a comunidade na luta por uma melhor qualidade de vida e com suas necessidades básicas supridas. O local da futura vila, apresentada no mapa de caminhos cotidianos, guarda muitos planos e desejos coletivos dos moradores, uma área onde possam

viver bem, garantir moradia para seus filhos, manter suas tradições e trabalhar em sua renda, seja ela a pesca, a agricultura, a extração de produtos da floresta, entre outras. É na futura vila que existem as maiores promessas de órgãos públicos, como a construção das infraestruturas básicas e delimitação de lotes para cada uma das famílias.

*Na nossa comunidade nós não pretendemos viver sem o verde, né. Nós quer manter o verde, mas só que nós quer manter o verde que serve para a nossa convivência e nossa alimentação. Nós quer é fazer nossas casa, dentro que dê no projeto da ecologia né, que possa manter a nossa mata, manter a nossa tradição. Eu pelo menos penso desse jeito, né. E incentivo a minha comunidade da mesma forma. Sempre quando eu tô conversando eu procuro a incentivar eles a agir dessa forma (Comunitária de Cavalcante, 13 de outubro, entrevista remota).*

O conjunto de costumes cotidianos presentes no território apresentados no mapa e nas conversas com comunitários vão ao encontro das práticas apresentadas no item *R-existência camponesa*, que caracterizam a permanência do camponês no território. A produção para o autoconsumo, a terra enquanto instrumento de trabalho, a autonomia, o controle no processo produtivo, a força de trabalho familiar, a solidariedade, os vínculos locais, o lazer em comum, a organização do trabalho em forma de mutirões e trocas de dias de trabalho são exemplos muito presentes em Cavalcante. São elas que proporcionam um fortalecimento da comunidade e fazem com que eles se mantenham no território, apesar de tudo que os pressionam e ameaçam.

Porém, apesar das práticas camponesas cotidianas e do sentimento de esperança muito presente serem uma forte r-existência ao modo de produção capitalista, existe uma desigualdade de poderes muito grande e que precisa ser alterada e a luta entre essas classes é para ser vista e ouvida. Para isso, é muito importante que a comunidade não esteja sozinha, tenha representatividade e ocupe as universidades, organizações da sociedade civil e os órgãos de tomada de decisão, papéis muito importantes nessa caminhada.

É necessário visibilizar as dinâmicas do território pautando sempre o respeito ao modo de vida dessas pessoas para que elas possam ter uma qualidade de vida de acordo com seus costumes, como o apresentado na Figura 5.21, e criar ferramentas de valorização das práticas cotidianas da comunidade que sirvam de instrumento político em suas lutas e demandas<sup>53</sup>. Para isso, é de extrema importância que todos os apoiadores entendam seu lugar no processo e

---

<sup>53</sup> O mapa apresentado na Figura 5.21 teve esse propósito, de visibilização e valorização das práticas cotidianas da comunidade. Ele foi produzido com o principal intuito de retornar para a comunidade, para que ela possua ferramentas de instrumentalização política em suas lutas.

que de fato somem à luta, enxergando qual o seu papel no meio dela, sendo que o protagonismo deve permanecer com a própria comunidade.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As Amazônias se apresentam em sua complexidade e pluralidade, sendo que os acontecimentos históricos influenciam de maneira acentuada a dinâmica atual da região. Dessa forma, não se pode tratar dos fatos recentes sem se considerar todo o (des)envolvimento imposto ao longo do tempo no território. Por esse motivo, sua história foi apresentada em um primeiro momento, para a compreensão do acúmulo desigual de tempos estabelecido. A partir dela e dos diversos procedimentos de pesquisa utilizados, investigou-se as pressões e ameaças atuais de uma comunidade ribeirinha na zona rural de Porto Velho (RO) e retratou-se o modo de vida dos sujeitos que vivem no território como potencialidade de resistência à degradação.

O território é compreendido enquanto um espaço onde se projetou trabalho e conseqüentemente se estabeleceram relações dissimétricas de poder, é marcado por diferenças na tomada de decisão e por uma imposição de um modelo (RAFFESTIN, 1993). A comunidade de Cavalcante sempre teve sua voz silenciada, nunca foi de fato ouvida e considerada para as tomadas de decisão que as envolve. Assim, o cenário atual que se presencia na região, marcado por diversas pressões e ameaças externas ao território de povos que vivem na floresta se intensifica cada dia mais, expropriando o modo de vida de quem o habita.

A comunidade existe e r-existe diariamente a todos os sintomas decorrentes das dinâmicas. Dessa forma, considera-los apenas enquanto afetados pelas pressões e ameaças exógenas é um olhar que desconsidera todas as práticas e experiências camponesas que desenham um modelo de desenvolvimento próprio. Por esse motivo, o cotidiano de moradores de Cavalcante é entendido não só como um modo de vida camponês, mas também enquanto classe social que desempenha um trabalho não especificamente capitalista que se reproduz dentro do modo de produção capitalista, e não de forma isolada (TAVARES DOS SANTOS, 1978).

Pela pluralidade estabelecida na Amazônia, houve-se um cuidado para não generalizar e, conseqüentemente, homogeneizar os territórios. Por isso, a partir do contexto geral da Amazônia, o trabalho focou em compreender toda essa dinâmica em uma única comunidade ribeirinha localizada na zona rural de Porto Velho (RO). Cavalcante foi estabelecida através

da realocação de ribeirinhos após a grande cheia que ocorreu com a abertura de duas barragens hidrelétricas do rio Madeira. Desde sua origem, ações do Estado são praticamente inexistentes do território, ocasionando na falta de infraestrutura e acesso a políticas públicas. A caracterização do território considerou suas especificidades e suas dinâmicas históricas para assim aprofundar nas atuais.

A partir das diversas pressões e ameaças que cercam Cavalcante, que englobam as atividades pecuárias, mineradoras e instalação de grandes obras como hidrelétricas e estradas, aprofundou-se nas que mais afetam o cotidiano da comunidade. A escolha foi justificada pelas conversas com comunitários, que enalteceram principalmente a insegurança com novas enchentes do rio e o desmatamento chegando cada vez mais próximo da comunidade. Esses foram os principais sintomas sentidos no seu cotidiano, impactos que são consequência das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, construídas no rio Madeira, e da atividade pecuária na região.

As conversas foram realizadas a distância e o campo foi impossibilitado devido à pandemia da Covid-19. Mesmo com esse cenário adverso, considera-se que as discussões e análises críticas foram extremamente enriquecedoras para a formação das pesquisadoras enquanto engenheiras ambientais que buscam um olhar amplo, que considere as questões sociais atreladas às ambientais. Tais debates foram aprofundados devido à vivência prévia em território, bem como do vínculo já estabelecido com as pessoas da comunidade de Cavalcante.

Com a realização do estudo, compreende-se que a aproximação entre academia e comunidade é muito importante, não somente para que os resultados da pesquisa sejam efetivos, mas também que faça sentido para seus sujeitos. Assim, uma construção e acompanhamento em conjunto com a comunidade para identificar possíveis avanços, considerados como concretização das ameaças em pressões, é fundamental para instrumentalizar a comunidade na luta contra toda essa destruição apresentada.

Além disso, também se mantém a inquietude sobre as outras pressões, ameaças e seus sintomas que foram apresentados brevemente, mas que não foram aprofundados, como as questões do garimpo, mineração, madeireiras e impactos das estradas na região. Portanto, também se vê como possibilidade de continuidade do trabalho a retomada e a atualização do contexto trabalhado nesta pesquisa e a investigação dessas outras dinâmicas ali estabelecidas.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p.103, 119, 2010a.

\_\_\_\_\_. Mediação e Negociação de Conflitos Socioambientais. **Palestra proferida na Abertura do IX Encontro Temático da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal**, IX, 2010, Brasília, 2010b.

ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas públicas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2002.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombolas e as novas etnias**. Manaus: Uea Edições, 2011.

\_\_\_\_\_. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 9-32, 31 maio 2004. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR). <<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>>.

ARBEX JR, J. Terra sem povo, crime sem castigo. In: TORRES, M. (Org.). 2005. **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq, 2005.

ASSIS, L. F. F. G.; FERREIRA, K. R.; VINHAS, L.; MAURANO, L.; ALMEIDA, C.; CARVALHO, A.; RODRIGUES, J.; MACIEL, A.; CAMARGO, C. **TerraBrasilis: A Spatial Data Analytics Infrastructure for Large-Scale Thematic Mapping**. ISPRS International Journal of Geo-Information. 8, 513, 2019. DOI: 10.3390/ijgi8110513

BARAÚNA, G. M. Q. **Atingidos por barragens: conflitos socioambientais no Rio Madeira**. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

BELO MONTE, Anúncio de uma Guerra. Dirigido por André D'Elia. São Paulo: DUCA FILMES, 2012. 1 vídeo (104 min). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=091GM9g2jGk>>. Acesso em: 21 abr. de 2021.

BRASIL, Kátia. **Em Porto Velho, cheia do rio Madeira é a maior em 17 anos. 2014**. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/em-porto-velho-cheia-do-rio-madeira-e-a-maior-em-17-anos/>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 143, de 20 de junho de 2002. Aprova o texto da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. **Diário Oficial da União**. Brasília, 21 jun. 2002. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/588321/publicacao/15676063>> Acesso em: 02 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 28 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7342, de 26 de outubro de 2010. Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 27 out. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7342.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7342.htm)>. Acesso em: 04 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.750 de 09 de maio de 2016. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 maio de 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8750.htm#art20](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8750.htm#art20)>. Acesso em: 28 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.750, de 09 de maio de 2016. **Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Diário Oficial da União. Brasília, 10 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Diversidade no Cadastro Único: respeitar e incluir**. Brasília: MDS, 2014.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 463, de 18 de dezembro de 2018. Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira ou Áreas Prioritárias para a Biodiversidade. **Diário Oficial da União**. Brasília, 19 dez. 2018.

BRONDÍZIO, E. S. Análise intra regional de mudanças no uso da terra na Amazônia. In: MORAN, Emilio F.; OSTROM, Elinor (org.). **Ecossistemas florestais: interação homem-ambiente**. São Paulo: Senac, 2009. 1. ed. p. 289-327.

CADERNO NOVA CARTOGRAFIA. **Desastres socioambientais das hidrelétricas no rio Madeira e a grande cheia de 2014**. Manaus: UEA Edições, 2014. ISSN 2959-0300.

CAETANO, R. F.; SILVA, R. N. P. da; ALVES, E. da S. O território como elemento constituidor da identidade sociocultural dos povos e comunidades tradicionais: a constituição sócio-histórica da comunidade ribeirinha de São Carlos (Baixo Madeira, Porto Velho/RO). **Saberes da Amazônia: ciências jurídicas, humanas e sociais**, Porto Velho, v. 02, n. 05, p. 348-363, 2017.

CANDIDO, S. E .A.; VALDANHA NETO, D. (org.). **Ação Socioambiental na Amazônia: educação, saúde e produção em comunidades**. São Paulo: Editora na Raiz, 2020.

CANDIDO, S. E. A. **Comunidades ribeirinhas, engenheiros e conservação da floresta: construção participativa do espaço tecnológico em empreendimentos econômicos solidários na Amazônia**. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção) - Universidade Federal De São Carlos, São Carlos, 2010.

CARNEIRO FILHO, A.; SOUZA, O. B. **Atlas de Pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia Brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.

CARTA CAPITAL. **As usinas-plataformas do rio Tapajós**. Carta Capital. 2013. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/as-usinas-plataforma-do-rio-tapajos-2087/>. Acesso em: 05 ago. 2021.

CARVALHO, J. G. de. **Economia Agrária**. Rio de Janeiro: Fundação CECIRRJ, 2015. 1 v.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In:

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2010, Brasil. **Conflitos no campo: Brasil 2019**. Goiânia: CPT, 2020.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2014. Secretaria Federal de Controle Interno. Diagnóstico situacional dos efeitos da cheia do Rio Madeira em Porto Velho, Rondônia. Relatório de Fiscalização nº 201408699.

COUTO, G. A. **As mudanças climáticas globais e as ONGs socioambientais brasileiras: novas estratégias de conservação para a Amazônia**. 2012. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DEAN, W. **A luta pela borracha no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989

DEDINI, J.; RAMOS, L. **Saúde e Saneamento em Comunidades Tradicionais e os Aspectos Socioambientais Relacionados: estudo de caso de Cambury, Ubatuba (SP)**. 2017. 200 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.

DIEGUES, A. C. (org.). **Desmatamento e modos de vida na Amazônia**. São Paulo: NUPAUB, 1999.

ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. A EMPRESA - **Energia Sustentável do Brasil: socios acionistas**. Disponível em: <https://www.jirauenergia.com.br/empresa#socios-acionistas>. Acesso em: 09 dez. 2021.

FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: INPA, 2015. 2 v.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Antônio Márcio Buainain (Editor). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008 p. 173-224.

FONSECA, A.; AMORIM, L.; RIBEIRO, J.; FERREIRA, R.; MONTEIRO, A.; SANTOS, B.; SOUZA Jr., C.; & VERÍSSIMO, A. 2021. Boletim do desmatamento da Amazônia Legal (janeiro a agosto 2021) SAD (p. 1). Belém: Imazon.

FRAXE, T. J. P; WITKOSKI, A. C.; MIGUEZ, S. F. O Ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 61, n. 3, p. 30-32, 2009.

FURTADO, C. **A formação econômica do Brasil**. 34ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

G1 (Rondônia). **Após secretários serem presos, prefeito diz que Porto Velho terá nova licitação de transporte escolar:** secretários de educação de porto velho foram presos na última terça-feira. em entrevista, Hildon diz que dará apoio às investigações. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/apos-secretarios-serem-presos-prefeito-diz-que-porto-velho-tera-nova-licitacao-de-transporte-escolar.ghtml>>. Acesso em: 22 out. 2021.

\_\_\_\_\_. **Cheia do rio Madeira já atinge mais de 6 mil pessoas em Porto Velho:** Segundo Defesa Civil, todos os distritos do baixo madeira já estão alagados. Rio marcava 17,30 metros neste sábado (9). 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2019/03/09/cheia-do-rio-madeira-ja-atinge-mais-de-6-mil-pessoas-em-porto-velho.ghtml>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, 2014. Secretaria de Estado da Saúde. Agência Estadual de Vigilância em Saúde. (2014, 06 de abril). Boletim Enchentes. Resposta coordenada e integrada. N.02

GRAZIANO da Silva, J. e STOLCKE, V. **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.

GREENPEACE. 2005. **Grilagem de terras na Amazônia:** negócio bilionário ameaça a floresta e populações tradicionais. Disponível em: <<https://greenpeace.org.br/amazonia/pdf/grilagem.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

IANNI, O. **A Ditadura do Grande Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IBGE. **Diretoria Geral de Estatística.** [187?] / 1930. Recenseamento do Brasil 1872/1920; IBGE, Censo demográfico 1940/2010. Até 1991, dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1994. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 54, 1994.

\_\_\_\_\_. **Porto Velho:** história. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/historico>>. Acesso em: 19 out. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. COORDENAÇÃO GERAL DE OBSERVAÇÃO DA TERRA. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA AMAZÔNIA E DEMAIS BIOMAS. Desmatamento – Amazônia Legal – Disponível em: <<http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/downloads/>>. Acesso em: 19 set. 2021.

KRAFT, F. G. **O processo de enraizamento em uma comunidade ribeirinha no Baixo Madeira - Rondônia.** 2017. 52 p. Qualificação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017.

LOUREIRO, V. R; PINTO, J. N. A . **A Questão Fundiária na Amazônia.** *Estudos Avançados*,v. 19, p. 77-98, 2005.

MACHADO, L. O que se sabe sobre o ‘Dia do Fogo’, momento-chave das queimadas na Amazônia. **BCC News Brasil,** São Paulo, ago. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49453037>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia:** uma análise das políticas governamentais. 1. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MALHEIRO, B; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. **Horizontes Amazônicos:** para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MARCOS, V. de. Solidariedade que tece redes: as estratégias de reprodução e recriação camponesa nos assentamentos do alto sertão paraibano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 14, 2006, Rio Branco. **Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos.** Rio Branco/AC: AGB Nacional, 2006. p. 1-12.

MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1990. p. 21-102.

MEDEIROS, R. A. L. A ditadura de 1964 e o governo da natureza: a construção de uma Amazônia geopolítica. **Universitas Humanas**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 41-58, 19 maio 2015.

MESQUITA, A. P. **Rural e urbano na vila do distrito de Pires Belo, município de Catalão (GO):** a vida cotidiana e a relação com o lugar. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Catalão (GO), 2014.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **A resistência e a luta do MAB em defesa da Amazônia.** 2017. Disponível em: <<https://mab.org.br/2017/08/29/resistencia-e-luta-do-mab-em-defesa-da-amazonia-0/>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **É tempo de organização e luta no rio Madeira.** 2014. Disponível em: <<https://mab.org.br/2014/04/26/tempo-organiza-e-luta-no-rio-madeira/>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **MAB mobiliza centenas de pescadores em assembleia na região do Baixo Madeira, em Rondônia.** 2011. Disponível em: <<https://mab.org.br/2011/02/23/mab-mobiliza-centenas-pescadores-em-assembleia-na-regi-do-baixo-madeira-em-rondonia/>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **MAB Realiza Ato De Solidariedade aos Atingidos de Brumadinho e Debate Sobre a Segurança das Barragens de Porto Velho.** 2019. Disponível em: <<https://mab.org.br/2019/02/22/mab-realiza-ato-solidariedade-aos-atingidos-brumadinho-e-debate-sobre-seguran-das-barragens/>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.** São Paulo: MAB, 2013.

\_\_\_\_\_. **Quem somos.** Disponível em: <<https://mab.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

NÚCLEO DE APOIO À POPULAÇÃO RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA (NAPRA). **Diagnóstico Socioambiental de Cavalcante:** relatório técnico. São Carlos: NAPRA, 2021.

\_\_\_\_\_. **Plano de Formação.** São Carlos: NAPRA, 2019.

\_\_\_\_\_. **Visibilidade territorial e fortalecimento comunitário:** diagnóstico socioambiental e cartografia social na comunidade de Cavalcante (Porto Velho - RO). São Carlos: NAPRA, 2021.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira e transformações recentes. In: ROSS, K. L. S (org). **Geografia do Brasil**. 5ª. ed. rev. ampl. São Paulo: EDUSP, 2005, p.465-534.

\_\_\_\_\_. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. de e MARQUES, M. M. I. (org). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

\_\_\_\_\_. **Modo Capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur, 2007. 185 p.

\_\_\_\_\_. Questões teóricas sobre a agricultura camponesa. In: \_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991, p.45-72.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT]. **Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes** [Convenção 169]. 27 jun. 1989.

PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PORTO VELHO. **Decreto nº 13.697, de 18 de novembro de 2014**. Declara de utilidade pública, para efeitos de desapropriação, a área de terras denominada Seringal Cavalcante II destinada ao assentamento de famílias desabrigadas em decorrência do desastre declarado Estado de Calamidade Pública no Município de Porto Velho, e dá outras providências. Porto Velho: Prefeitura de Porto Velho, [2014].

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 14.093, de 06 de janeiro de 2016**. Declara de utilidade pública, por interesse social, para efeitos de desapropriação área de terras destinada ao assentamento de famílias desabrigadas em decorrência do desastre declarado Estado de Calamidade Pública no Município de Porto Velho, e dá outras providências. Porto Velho: Prefeitura de Porto Velho, [2016].

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1378, de 29 de novembro de 1999**. Dispõe sobre a divisão Político-Administrativa do Município de Porto Velho. Porto Velho: Prefeitura de Porto Velho, 1999.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Porto Velho. **Revisão do Plano Diretor Participativo do município de Porto Velho/RO:** produto 3. Porto Velho, RO: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2018a.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Porto Velho. **Revisão do Plano Diretor Participativo do município de Porto Velho/RO:** produto 5. Porto Velho, RO: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2018b.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Porto Velho. **Revisão do Plano Diretor Participativo do município de Porto Velho/RO:** produto 6. Porto Velho, RO: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2018c. 7 v.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos**: uma contribuição para a ecologia política da região. Revista Crítica de Ciências Sociais, [S.L.], n. 107, p. 63-90, 1 set. 2015. OpenEdition. <<http://dx.doi.org/10.4000/rccs.6018>>.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010. 637 p.

RABELLO, A. C. O golpe de Estado de 1964 e os impactos econômicos na Amazônia: continuidade e aprofundamento. In: BARBOSA, X. C. et al (org.). **História, memória e direitos humanos: 50 anos da ditadura militar no Brasil**. Salvador: Pontocom, 2014. p. 84-101.

RADAELLI, A. **Vermelho que te cobre amarelo nobre**: povo Kambeba, garimpo e Estado espectral. Manaus: UEA Edições / PNCA, 2020.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDE AMAZÔNICA DE INFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL GEORREFERENCIADA (RAISG). **Amazônia sob pressão**. São Paulo: Isa - Instituto Socioambiental, 2020. 68 p.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. 2012. **Santo Antonio Hydropower Project**. PDD version: 01.1 (27/10/2011) Clean Development Mechanism Project Design Document Form (CDM-PDD) Version 03. Santo Antônio Energia S.A., Porto Velho, Rondônia. 53 p.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA. **Santo Antônio Energia**: acionistas. Disponível em: <https://www.santoantonioenergia.com.br/empresa/acionistas/>. Acesso em: 09 dez. 2021.

SANTOS, C. Hidrelétricas: energia pra quê e pra quem? **Movimento dos Atingidos por Barragens**, Brasil, 12 de dezembro de 2013. Disponível em: <<https://mab.org.br/2013/12/12/hidrel-tricas-energia-pra-qu-e-pra-quem/>> Acesso em 16 jul. 2021.

Secretaria Municipal de Regularização Fundiária Habitação e Urbanismo (SEMUR). **Prefeitura regulariza Assentamento Cavalcante, no Baixo Madeira**: município vai realizar investimentos em políticas públicas na localidade. Município vai realizar investimentos em políticas públicas na localidade. Disponível em: <<https://semur.portovelho.ro.gov.br/artigo/30958/conquista-prefeitura-regulariza-assentamento-cavalcante-no-baixo-madeira>>. Acesso em: 23 out. 2021.

SHANIN, Theodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: FCE, 1979.

SILVA, José Guilherme Carvalho da. **Hidrelétricas em Rondônia**: tempos e conflitos nas águas do Madeira. 2012. 219 p. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência do Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SWITKES, G. (Org.). **Águas turvas**: alertas sobre as consequências de barrar o maior afluente do Amazonas. São Paulo: International Rivers, 2008.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do Vinho:** estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. **O rio e os tempos:** Reflexões sobre a colonização e as questões ambientais do vale do Madeira entre os séculos XVII e XXI. Saber Científico, Porto Velho, v. 1, n. 2, p. 223 – 295, jul/dez, 2008.

TORRES, M. (org.). **Amazônia Revelada:** os descaminhos ao longo da br 163. Brasília: Câmara Brasileira do Livro, 2005.

VALVERDE, O. Metodologia da geografia agrária. In: AGB-SP. **Reflexões sobre a geografia.** São Paulo: AGP SP, 1980, p. 53-80.

WELCH, Clifford A. et al (org.). **Camponeses brasileiros:** leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

## APÊNDICES

### Apêndice A – Roteiro de entrevista

#### *Bloco I: Caracterização e surgimento de Cavalcante*

Como era seu território de origem? Como foi formado?

Como foi o processo de saída do seu território de origem e chegada em Cavalcante?

Como foi a adaptação em Cavalcante?

E hoje qual a sua relação com a comunidade de origem? E de seus familiares?

Quais as principais dificuldades que vocês têm sentido para realizar suas atividades no seu território de origem?

#### *Bloco II. Pressões e ameaças que interferem no território*

Quais as principais dificuldades do dia-a-dia de Cavalcante?

Qual a sua visão sobre as pessoas de fora de Cavalcante que estão no entorno da comunidade?

Existem pessoas de fora da comunidade influenciando no território? O que elas fazem e de onde elas vêm?

E pessoas da academia? Já teve gente que fez pesquisa em Cavalcante?

#### *Bloco III. R-existência comunitária*

Mudando um pouco de assunto, como funcionam as associações em Cavalcante?

Como é seu dia-a-dia? O que você faz pra se distrair e comemorar/celebrar?

O que te motiva a permanecer em Cavalcante?